



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MESTRADO PROFISSIONAL

JOSÉ OLIVEIRA DE AMORIM

MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: AÇÕES DE
UM PROGRAMA INTERDISCIPLINAR NA COMUNIDADE DA PENHA

JOÃO PESSOA – PB

2025

JOSÉ OLIVEIRA DE AMORIM

**MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: AÇÕES DE
UM PROGRAMA INTERDISCIPLINAR NA COMUNIDADE DA PENHA**

Dissertação apresentada como parte do requisito à titulação de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador(a): Profa. Dra. Edineide Jezine Mesquita.

JOÃO PESSOA – PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A524m Amorim, José Oliveira de.

Mobilização e participação na extensão universitária
: Ações de um Programa Interdisciplinar na Comunidade
da Penha / José Oliveira de Amorim. - João Pessoa,
2025.

128 f.

Orientação: Edineide Jezine Mesquita.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Universidade - Extensão universitária. 2.
Mobilização e participação comunitária. 3.
Desenvolvimento local - Comunidade da Penha. 4.
Qualidade de vida - João Pessoa- PB. I. Mesquita,
Edineide Jezine. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378.4(043)

JOSÉ OLIVEIRA DE AMORIM

MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: AÇÕES DE
UM PROGRAMA INTERDISCIPLINAR NA COMUNIDADE DA PENHA

Dissertação apresentada como parte do requisito à titulação de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **EDINEIDE JEZINI MESQUITA**
Data: 08/05/2025 12:00:13-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª. Dra. Edineide Jezine Mesquita (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DA SALETE BARBOZA DE FARIAS**
Data: 08/05/2025 17:28:10-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª. Dra. Maria da Salete Barboza de Farias
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **LINCOLN ELOI DE ARAUJO**
Data: 08/05/2025 13:10:32-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Lincoln Eloi de Araújo (Externo ao
Programa) Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 **BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA**
Data: 18/05/2025 19:04:18-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira (Externo ao
Programa) Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

RESUMO

O estudo investiga o processo de mobilização e participação comunitária, a partir do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC) como uma atividade contínua de extensão universitária que visa integrar a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a comunidade da Penha, em João Pessoa- PB. Busca analisar os avanços e contradições na construção de uma sociedade produtiva e sustentável, reconhecendo os desafios e avanços na melhoria da qualidade de vida da comunidade. A análise considera a evolução histórica e social da Comunidade da Penha e a valorização da participação ativa dos moradores, originalmente como uma comunidade de pescadores, agora voltada para o turismo, com problemas socioeconômicos resultantes dessa transição, como acesso limitado a serviços básicos e falta de oportunidades de emprego. A pesquisa adota como procedimentos metodológicos a entrevista semiestruturada com lideranças comunitárias, estudantes e professores. Os resultados evidenciaram que a comunicação efetiva entre agentes externos e membros da comunidade é essencial para a construção de projetos adaptados às realidades locais, fortalecendo o protagonismo comunitário e promovendo o desenvolvimento sustentável. As atividades de extensão, quando bem estruturadas, contribuem para a formação cidadã, a valorização cultural e ambiental, e a melhoria da qualidade de vida. Contudo, desafios como a superação de práticas assistencialistas e a necessidade de metodologias participativas ainda limitam a efetividade de algumas ações. Destaca-se que a integração entre universidade e sociedade enriquece a formação acadêmica, impulsiona transformações significativas nas comunidades, promovendo justiça social e ambiental. Projetos como o PIAC mostram que a colaboração entre academia e sociedade é uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento sustentável, inclusão e redução de desigualdades. A institucionalização e o planejamento participativo são essenciais para ampliar os benefícios dessas iniciativas.

Palavras-chave: extensão universitária; mobilização e participação comunitária; desenvolvimento local.

ABSTRACT

This study investigates the process of community mobilization and participation, based on the Interdisciplinary Community Action Program (PIAC) as an ongoing university extension activity that aims to integrate the Federal University of Paraíba (UFPB) and the Penha community, in João Pessoa, PB. It seeks to analyze the advances and contradictions in the construction of a productive and sustainable society, recognizing the challenges and advances in improving the community's quality of life. The analysis considers the historical and social evolution of the Penha Community and the appreciation of the active participation of residents, originally as a fishing community, now focused on tourism, with socioeconomic problems resulting from this transition, such as limited access to basic services and lack of employment opportunities. The research adopts semi-structured interviews with community leaders, students and teachers as methodological procedures. The results showed that effective communication between external agents and community members is essential for the construction of projects adapted to local realities, strengthening community protagonism and promoting sustainable development. When well structured, extension activities contribute to civic education, cultural and environmental appreciation, and improved quality of life. However, challenges such as overcoming welfare-based practices and the need for participatory methodologies still limit the effectiveness of some actions. It is worth noting that integration between universities and society enriches academic training, drives significant transformations in communities, and promotes social and environmental justice. Projects such as PIAC show that collaboration between academia and society is a tool for achieving sustainable development, inclusion, and reducing inequalities. Institutionalization and participatory planning are essential to expanding the benefits of these initiatives.

Keywords: university extension; community mobilization and participation; local development.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO SOCIAL	19
2.1	A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE .	19
2.2	A RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE	26
2.3	A EXTENSÃO COMO FUNÇÃO FORMATIVA	30
2.4	MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	44
3	O PIAC COMO LOCUS DA PESQUISA SOBRE EXTENSÃO	47
3.1	O PIAC E A PRÁTICA EXTENSIONISTA JUNTO A COMUNIDADE	51
3.2	ESTRUTURA, EIXOS CENTRAIS E INSERÇÃO DO PIAC NA COMUNIDA .	53
3.3	A COMUNIDADE DA PENHA E A AÇÃO DO PIAC	58
3.4	DESAFIOS DA AÇÃO EXTENSIONISTA NA COMUNIDADE DA PENHA ...	62
4	RESULTADOS	64
4.1	UM OLHAR SOBRE O PIAC	64
4.2	A FALA DOS SUJEITOS DA AÇÃO: ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	73
4.2.1	Entrevistado “Coordenador do Programa”	73
4.2.2	Entrevistado “G”	79
4.2.3	Entrevistado “Lívia”	82
4.2.4	Entrevistado “I”	84
4.2.5	Entrevistado “Bolsista A”	89
5	DISCUSSÃO	93
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	98
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	103

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM E DE SOM E DE VOZ.....	107
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	109
ANEXO A – ESCALA DE NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE MODELO LEADER PARTICPATION	112
ANEXO B – INDICADORES DE AVALIAÇÃO PARA A MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO	113

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) destaca-se nacionalmente no campo da extensão universitária, tanto pela atuação local em projetos de impacto quanto por abrigar grupos de estudo e pesquisa que contribuem teoricamente para o tema. Além disso, conta com núcleos que assessoram iniciativas junto a movimentos sociais, fortalecendo seu papel na interação com a comunidade.

A extensão universitária desempenha um papel essencial como função social da universidade, promovendo atividades educativas, sociais e acadêmicas que estreitam os laços entre a instituição e a sociedade. Este estudo investiga o impacto social das ações de extensão universitária, com foco no Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC), implementado na comunidade da Penha, em João Pessoa – PB.

Criado em 1990 pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) da UFPB, o PIAC desenvolve ações voltadas para grupos comunitários em diversas localidades do estado. O programa envolve estudantes de diferentes cursos e tem como objetivo melhorar as condições de vida das comunidades, promovendo uma formação acadêmica socialmente relevante. Contudo, a ausência de um registro sistematizado das atividades do PIAC ao longo dos anos dificulta a avaliação completa de suas contribuições para a extensão universitária.

Dentre as localidades atendidas, destaca-se a comunidade da Penha, um bairro de João Pessoa caracterizado por condições sociais precárias, situado próximo a áreas de alto poder aquisitivo. Em 1991, quando o PIAC iniciou suas ações na região, a situação era ainda mais alarmante, com deficiências em saneamento básico, abastecimento de água, transporte público e equipamentos sociais, como escolas, creches e unidades de saúde. Esse contexto evidenciava a necessidade de intervenções comunitárias sustentáveis para transformar positivamente a realidade local.

O presente estudo centra-se na atuação do PIAC como parte do Programa de Extensão Universitária (PROEX), com ênfase na organização comunitária e melhoria das condições de vida dos moradores. A questão de pesquisa que orienta a investigação é: Como as estratégias de mobilização e participação do PIAC na comunidade da Penha – João Pessoa-PB, contribuem para o desenvolvimento local?

A fundamentação teórica aborda a extensão universitária no contexto da sociedade, o papel social da universidade e sua relação com a comunidade, além de aspectos formativos e institucionais dessa prática. Esses elementos fornecem o arcabouço teórico necessário para compreender a relevância da extensão universitária e o impacto do PIAC na comunidade da Penha. A relevância do projeto reside em seu potencial de gerar transformações tangíveis, fortalecendo as capacidades de autogestão comunitária e promovendo o desenvolvimento sustentável e integrado. O PIAC, ao articular universidade e comunidade, reforça a importância da extensão universitária como prática essencial no contexto acadêmico e social.

Adicionalmente, o desenvolvimento deste projeto de mestrado compreende que a participação comunitária é essencial para promover mudanças significativas e sustentáveis nas comunidades. Desde o início das atividades acadêmicas e profissionais na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, observou-se o potencial transformador das iniciativas de ação comunitária e o papel ativo desempenhado pelos membros locais na construção de sociedades mais justas e inclusivas. Com atuação na Pró-Reitoria de Extensão por quatro décadas, foi possível o envolvimento em projetos e programas de extensão de longa duração, como o PIAC. Ao longo de 34 anos de existência, o PIAC tem se consolidado como um dos programas mais antigos e significativos dessa Pró-Reitoria.

Minha trajetória profissional esteve, desde o início, profundamente vinculada à extensão universitária, com atuação contínua na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Paraíba (PROEX/UFPB). Ao longo de mais de quatro décadas de dedicação a essa área, participei ativamente da elaboração, coordenação e execução de diversos projetos e programas, com destaque para o PIAC, uma das experiências mais consolidadas da PROEX, com seus 34 anos de existência.

Essa vivência permitiu-me acompanhar de perto as transformações sociais, políticas e culturais ocorridas em comunidades como a da Penha e outras localidades atendidas pelo PIAC, observando os processos de mobilização e organização coletiva que se desenvolveram ao longo do tempo. A experiência prática na interlocução com as comunidades e na articulação institucional proporcionou um conhecimento mais preciso sobre os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas, fortalecendo a compreensão sobre o papel estratégico da extensão universitária na promoção da cidadania, da inclusão social e do desenvolvimento local.

A proposta deste projeto de pesquisa surge como desdobramento natural dessa trajetória, motivada pelo desejo de compreender de forma sistemática os processos de participação comunitária, bem como de identificar estratégias para fortalecer a eficácia e o impacto social das ações extensionistas em contextos comunitários.

Este estudo tem por objetivo geral analisar o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC) e sua atuação na comunidade da Penha como uma atividade contínua de extensão universitária, que visa integrar a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a população. Para alcançar este objetivo, temos os objetivos específicos, que visam desde a análise do contexto em que o PIAC opera, até a proposição de estratégias para fortalecer a mobilização e participação.

- Analisar o contexto sociopolítico e econômico em que o PIAC está inserido a fim de reconhecer os principais fatores que influenciam a mobilização e participação das comunidades no programa;
- Avaliar os avanços alcançados pela comunidade como resultado da mobilização e participação no programa;
- Investigar os desafios e obstáculos enfrentados pelas comunidades no processo de mobilização e participação;
- Promover uma participação mais efetiva no PIAC, visando a construção contínua da comunidade.

A investigação também considera o contexto socioeconômico da comunidade, originalmente caracterizada pela pesca artesanal e atualmente voltada ao turismo religioso e de visitação. Esta transição trouxe desafios, como acesso limitado a serviços básicos, moradia inadequada e escassez de oportunidades de emprego. Este estudo visa investigar o impacto da mobilização e participação do PIAC na comunidade da Penha, João Pessoa-PB, com foco na análise dos avanços e recuos observados ao longo do tempo por meio da realização de entrevistas e da observação participante. A motivação para o desenvolvimento deste projeto decorre do desejo de proporcionar contribuições relevantes tanto para a academia quanto para a sociedade. Uma análise detalhada sobre os processos de mobilização e participação no PIAC pode oferecer percepções que ampliarão o conhecimento acadêmico existente e contribuirão para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

O PIAC representa uma importante iniciativa voltada para o desenvolvimento e fortalecimento das comunidades, promovendo a participação ativa dos membros locais na construção de uma sociedade mais inclusiva e sustentável. No entanto,

apesar de sua relevância, ainda há lacunas significativas na compreensão dos impactos reais desse programa no desenvolvimento das comunidades. A investigação desses fatores é fundamental para compreender melhor os avanços e recuos observados ao longo do tempo e identificar estratégias para fortalecer e aprimorar a eficácia do programa.

Diante desse contexto, este projeto de mestrado se justifica pela necessidade de uma análise aprofundada sobre a mobilização e participação no PIAC. A análise dos desafios e obstáculos enfrentados pelas comunidades no processo de mobilização e participação é fundamental para propor estratégias e recomendações que promovam uma participação mais efetiva no PIAC, visando à construção contínua da comunidade.

Ademais, este estudo se justifica pela importância de contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico no campo da ação comunitária e desenvolvimento local, fornecendo resultados importantes para pesquisadores, profissionais e gestores envolvidos em iniciativas semelhantes. Compreender os principais fatores que influenciam a mobilização e participação comunitária pode subsidiar a formulação de políticas mais eficazes e inclusivas.

O PIAC é uma iniciativa de extensão universitária que busca preencher lacunas sociais, econômicas e educacionais em comunidades marginalizadas, ajudando a reduzir desigualdades. Por intermédio da integração de alunos e professores de diferentes cursos e áreas, o PIAC promove atividades que expandem o aprendizado para além da sala de aula, articulando ensino, pesquisa e extensão. As ações do PIAC incluem projetos focados em saúde, cidadania, educação e participação social, levando o conhecimento e os recursos da universidade para as comunidades, com o objetivo de transformar a realidade local, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Além disso, o PIAC incentiva a prática de estudos independentes, visando aumentar a autonomia profissional e intelectual dos alunos e fortalecendo os laços entre a universidade e a sociedade. Ao engajar-se com a comunidade, o programa contribui para a formação cidadã dos estudantes e para a transformação social das comunidades atendidas. Deste modo, o PIAC desempenha um papel essencial na construção de pontes entre a academia e a sociedade, promovendo a troca de conhecimento, a inclusão social e o desenvolvimento humano, alinhando-se aos objetivos da extensão universitária de fomentar o desenvolvimento sustentável e a transformação social.

O PIAC encontra-se diretamente alinhado com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente nas metas voltadas à promoção de uma educação de qualidade, redução das desigualdades e fortalecimento de parcerias eficazes. O PNE, instituído pela Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), define metas e diretrizes para a política educacional brasileira no período de 2014 a 2024, priorizando a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a superação das desigualdades educacionais, com foco na promoção da cidadania e na eliminação de todas as formas de discriminação. Nesse contexto, o PIAC contribui significativamente para a concretização dessas diretrizes, promovendo ações que visam à inclusão social e educacional de comunidades marginalizadas, proporcionando oportunidades de aprendizado e desenvolvimento que minimizam desigualdades educacionais e sociais.

Como supracitado, o PIAC está alinhado aos ODS propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2025), que incluem 17 metas globais para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e assegurar paz e prosperidade para todos. Entre esses objetivos, destacam-se o ODS 4, que busca garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizado ao longo da vida; o ODS 10, que visa reduzir desigualdades dentro e entre países; e o ODS 17, voltado ao fortalecimento das parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. Por meio do desenvolvimento de projetos que promovem a educação inclusiva e de qualidade, o PIAC colabora para a redução das desigualdades sociais e fortalece parcerias entre a universidade e a comunidade, contribuindo diretamente para o alcance das metas globais propostas pelos ODS.

Os resultados das ações e pesquisas realizadas pelo PIAC também desempenham um papel estratégico na formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Ao documentar e avaliar o impacto de suas iniciativas, o programa oferece subsídios valiosos para gestores públicos, fornecendo evidências concretas sobre práticas que promovem a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Tais evidências podem orientar a elaboração de políticas que ampliem o alcance de programas bem-sucedidos e direcionem recursos para áreas prioritárias, gerando transformações sociais de grande relevância. Assim, o PIAC para além de contribuir com o cumprimento de metas nacionais e internacionais, se posiciona como

um agente catalisador para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

O PIAC tem desempenhado um papel transformador na comunidade da Penha ao longo das últimas décadas. Desde sua criação, o programa tem se adaptado às mudanças sociais e econômicas da região, promovendo ações que atendem às demandas emergentes da população local. Ao longo do tempo, a comunidade da Penha passou por significativas transformações demográficas, econômicas e culturais, o que gerou novas necessidades sociais. Nesse contexto, o PIAC tem se destacado por sua capacidade de identificar e atender essas demandas por meio de atividades extensionistas. A flexibilidade e a interdisciplinaridade que caracterizam o programa permitem uma constante adaptação às realidades locais, com ações que abrangem áreas como educação, saúde, cultura e desenvolvimento econômico. Essa abordagem assegura a relevância e a eficácia das iniciativas, promovendo o desenvolvimento sustentável da comunidade.

A continuidade do PIAC é essencial para consolidar um legado de impacto social positivo. Com mais de três décadas de atuação, o programa se firmou como um modelo de extensão universitária comprometida com a transformação social (UFPB, 2017). A manutenção e a ampliação de suas atividades garantem a preservação dos benefícios já alcançados, como também inspiram outras instituições a desenvolverem projetos semelhantes. O PIAC demonstra como a colaboração entre a universidade e a comunidade pode gerar soluções eficazes para desafios locais, servindo de referência para iniciativas de extensão em todo o Brasil.

A atuação do programa tem gerado resultados práticos e visíveis, como melhorias concretas nas condições de vida dos moradores. Por meio de projetos de extensão popular, o PIAC colaborou na implementação de iniciativas que fortaleceram a organização comunitária e impulsionaram o desenvolvimento local (Falcão, 2014). Essas ações resultaram em benefícios coletivos, incluindo a criação de espaços para diálogo e a execução de projetos voltados às necessidades específicas da comunidade. Além das melhorias práticas, o PIAC tem promovido uma mudança cultural e social significativa na região. A presença constante da universidade na comunidade tem desempenhado um papel crucial na disseminação de valores como cooperação, solidariedade e autogestão. Por meio do engajamento direto com os moradores, o programa incentiva a troca de saberes e experiências, fortalecendo os laços sociais e estimulando a participação ativa nos processos decisórios (Falcão,

2006). Essa interação dinâmica promove uma cultura de corresponsabilidade e empoderamento, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esta é uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa para consecução dos objetivos propostos por meio de entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade e partes interessadas, bem como a observação de atividades do PIAC com os participantes.

Estudos qualitativos visam explorar e investigar grupos sociais bem delimitados abrangendo o objeto de estudo sob a perspectiva dos atores participantes do seguimento sob o qual se tem interesse. Desta forma, este tipo de abordagem possibilita diferentes compreensões sobre a complexidade em detalhes obtidas por meio dos indivíduos (Minayo, 2010).

Estudos descritivos buscam por meio dos dados obtidos, descrever a realidade de determinado fenômeno. Além das entrevistas, os pesquisadores realizarão observação participante, engajando-se ativamente nas atividades do PIAC na comunidade. Isso incluirá acompanhar reuniões e iniciativas promovidas pelo programa para obter uma compreensão direta da dinâmica da mobilização comunitária e da interação entre os diferentes atores envolvidos.

O estudo de caso será conduzido na comunidade da Penha localizada no município de João Pessoa - PB, onde o PIAC está ativo. A realização das entrevistas com o público-alvo da pesquisa ocorrerá nos meses de novembro e dezembro de 2024.

O público-alvo deste estudo são participantes ativos das atividades desempenhadas na comunidade da Penha como: Coordenadores de programa, professores colaboradores, bolsistas universitários, moradores da comunidade da penha e presidentes de associações locais.

Vale salientar que os participantes da pesquisa devem ser legalmente capazes, estejam em condições de responder aos tipos de perguntas roteirizadas e estejam de acordo em participar do estudo.

O instrumento de coleta de dados consistirá em um roteiro de entrevista semiestruturada contendo questões norteadoras que discorrem sobre experiências de participação, percepções, desafios encontrados, expectativas e impactos percebidos pelos participantes em relação as atividades desempenhadas. Ressalta-se que há

diferentes formas de abordagem da temática de interesse de acordo com o ator e sua participação nas atividades de extensão na comunidade da Penha.

A busca ativa pelo público-alvo do estudo se dará por conveniência e fará uso de rede de referência para encontrar outros possíveis participantes. Os atores, antes de dar prosseguimento a coleta de dados, serão informados sobre os objetivos do estudo, riscos e benefícios e somente serão considerados aptos para coleta após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O procedimento de coleta de dados se dará por meio de uma entrevista semiestruturada gravada em áudio em local particular e reservado de interferências externas.

Os dados das falas gravadas em áudio serão transcritos a termo para posterior análise. Tais transcrições serão analisadas utilizando técnicas de análise de conteúdo e análise temática de Bardin (2010). Esta análise visa identificar padrões emergentes, temas recorrentes e resultados relevantes relacionados aos objetivos específicos do estudo, como os avanços alcançados pela comunidade e os desafios enfrentados no processo de mobilização e participação no PIAC.

Os resultados da análise serão interpretados à luz da teoria existente sobre mobilização comunitária, desenvolvimento local e ao modelo de análise de níveis de participação popular em programas de ação comunitária de Sherry Arnstein (2002) pela Escala de *Leader Participation* (Anexo I) proporcionando contribuições significativas sobre os mecanismos que influenciam a eficácia do programa e as barreiras a serem superadas. Serão destacadas as principais descobertas, implicações teóricas e práticas, bem como quaisquer limitações identificadas durante o estudo de caso.

Com base nos resultados obtidos, serão propostas estratégias e recomendações para fortalecer e aprimorar a mobilização e participação no PIAC. Isso incluirá sugestões concretas para melhorar a eficácia do programa, promover a inclusão de grupos marginalizados e superar os desafios identificados durante a pesquisa. As recomendações serão fundamentadas nos dados coletados e nas melhores práticas identificadas na revisão da literatura, visando contribuir para o desenvolvimento de intervenções comunitárias mais eficazes e sustentáveis.

A extensão universitária, como função social da universidade, desenvolve ações contínuas voltadas para a interação entre a instituição e a comunidade. Este projeto questiona o engajamento e o impacto social gerado pelas ações de extensão. Nesse sentido, o PIAC, na comunidade da Penha, em João Pessoa - PB, adota uma

abordagem holística e interdisciplinar para enfrentar os desafios locais. A interdisciplinaridade permite a integração de diferentes áreas do conhecimento, proporcionando uma compreensão mais abrangente dos problemas enfrentados pela comunidade e promovendo soluções mais eficazes e sustentáveis. O engajamento ativo dos moradores no PIAC fortalece o senso de pertencimento e responsabilidade coletiva, incentivando a colaboração e a cooperação.

A avaliação das ações de extensão é fundamental para verificar a eficácia das intervenções e orientar futuras ações, melhorando constantemente as práticas de extensão. Este projeto de mestrado se justifica pela sua relevância social, uma vez que uma compreensão mais profunda dos processos de mobilização e participação comunitária pode contribuir significativamente para o fortalecimento das comunidades, promovendo assim a construção de sociedades mais justas, democráticas e sustentáveis.

A extensão universitária insere-se em um contexto sociopolítico, econômico e educacional bastante complexo e interconectado. Do ponto de vista sociopolítico, a extensão universitária promove a democratização do conhecimento, facilitando o acesso à educação e aos serviços universitários por parte de comunidades que, de outra forma, poderiam ser excluídas desses recursos. Segundo Lima e Araújo (2020), a responsabilidade social das universidades, que são incentivadas a atuar como agentes de mudança social, abordando questões como desigualdade, exclusão social e direitos humanos através de projetos de extensão. Governos frequentemente desenvolvem políticas e programas de incentivo à extensão universitária, reconhecendo seu papel crucial na promoção do desenvolvimento social e na resolução de problemas comunitários (UNESCO, 2021). A extensão também fomenta o engajamento cívico, incentivando estudantes e professores a se engajarem em atividades que promovam a cidadania ativa e a participação comunitária, fortalecendo a relação entre a universidade e a sociedade.

No âmbito econômico, a extensão universitária contribui para o desenvolvimento econômico local e regional ao oferecer capacitação, apoio técnico e consultoria a empreendedores e pequenas empresas. Isso promove a transferência de tecnologia e inovação, beneficiando o setor produtivo e a economia local. A formação de parcerias público-privadas é outra característica importante da extensão universitária, criando sinergias que potencializam os resultados e ampliam o alcance

das iniciativas. A extensão também promove a inclusão produtiva de populações vulneráveis, oferecendo formação profissional e apoio ao empreendedorismo social.

Em termos educacionais, a extensão universitária complementa a formação acadêmica dos estudantes, desenvolvendo competências como trabalho em equipe, liderança e responsabilidade social. Promove a interdisciplinaridade ao integrar diferentes áreas do conhecimento, incentivando abordagens interdisciplinares na resolução de problemas reais. Em muitas instituições, a extensão está sendo integrada ao currículo acadêmico, tornando-se parte obrigatória da formação dos estudantes. Isso valoriza o conhecimento prático, permitindo que os estudantes apliquem na prática os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, vivenciando a realidade das comunidades e dos setores produtivos. No entanto, a extensão universitária enfrenta desafios como a sustentabilidade financeira, a avaliação de impacto, o engajamento da comunidade e a capacitação de docentes e estudantes. A obtenção de recursos para a continuidade dos projetos de extensão pode ser um desafio, especialmente em contextos de restrição orçamentária nas universidades. Medir o impacto real dos projetos na comunidade e na formação dos estudantes é uma tarefa complexa, mas necessária para justificar investimentos e aperfeiçoar as iniciativas. Conseguir o engajamento efetivo da comunidade e manter uma relação de colaboração e confiança entre a universidade e os beneficiários dos projetos demanda esforços contínuos. É essencial preparar docentes e estudantes para atuar em projetos de extensão, desenvolvendo habilidades específicas para o trabalho comunitário e interdisciplinar.

Programas de ação comunitária têm sido amplamente estudados na literatura acadêmica devido à sua importância para o desenvolvimento social e humano. Diversos autores ressaltam a relevância da mobilização e participação da comunidade para o sucesso dessas iniciativas (Smith et al., 2018; Mathie; Cunningham, 2003). Além disso, a interdisciplinaridade tem sido reconhecida como uma abordagem eficaz para lidar com problemas complexos em contextos comunitários (Stokols et al., 2003). Apesar disso, muitos programas anteriores enfrentaram dificuldades em alcançar resultados sustentáveis devido à falta de engajamento comunitário e à fragmentação das intervenções (Aldana et al., 2019).

O estado da arte sobre mobilização, participação comunitária e desenvolvimento local é enriquecido por uma série de autores que contribuem com teorias e abordagens diversas. Kretzmann e McKnight (1993) propõem o

Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA), que enfatiza a identificação e utilização dos recursos internos da comunidade. Putnam (2000) discute a teoria do capital social, enfatizando a importância das conexões sociais e da confiança entre os membros da comunidade para o desenvolvimento local. Ostrom (1990) amplia o debate com suas pesquisas sobre a gestão de bens comuns, mostrando que as comunidades podem estabelecer regras e instituições eficazes para a gestão sustentável de recursos compartilhados.

Woolcock e Narayan (2000) enfatizam o papel do capital social no desenvolvimento, examinando como as relações sociais podem ser mobilizadas para alcançar objetivos de desenvolvimento. Sen (1999) contribui com a teoria do desenvolvimento humano, que posiciona as liberdades individuais e as capacidades humanas como centrais no processo de desenvolvimento, enfatizando a necessidade de empoderamento das comunidades. Evans (1995) aborda o papel do Estado no desenvolvimento, introduzindo o conceito de “*embedded autonomy*” para descrever a relação entre o Estado e as comunidades locais. Diaz-Cayeros, Estévez e Magaloni (2007) oferecem uma perspectiva específica sobre o contexto latino-americano, analisando a influência da governança, das instituições e das políticas públicas na mobilização comunitária e no desenvolvimento local.

A pesquisa sobre programas de ação comunitária e seu impacto na transformação social é um campo de estudo dinâmico e multidisciplinar. Um dos principais pontos realçados na literatura é a necessidade de uma abordagem participativa, que envolva ativamente os membros da comunidade no processo de identificação de problemas e na busca por soluções adequadas às suas necessidades e contextos específicos (Smith et al., 2018).

A interdisciplinaridade, utilizada pelo PIAC, permite a integração de diferentes áreas do conhecimento, como saúde, educação, assistência social e cultura, proporcionando uma compreensão mais abrangente dos problemas enfrentados pela comunidade e promovendo soluções mais eficazes e sustentáveis.

Outrossim, é relevante considerar se o engajamento ativo dos moradores no PIAC fortalece o senso de pertencimento e responsabilidade coletiva, incentivando a colaboração e a cooperação entre os membros da comunidade. Estudos anteriores destacam a importância desse tipo de participação comunitária para a construção de relações de confiança e o desenvolvimento de capacidades locais (Mathie; Cunningham, 2003). No entanto, apesar do potencial transformador do PIAC, é

importante reconhecer que sua implementação enfrenta desafios significativos. Questões como a falta de recursos, a resistência à mudança e a desigualdade de poder dentro da comunidade podem representar obstáculos ao processo de mobilização e participação comunitária (Aldana et al., 2019).

2 UNIVERSIDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO SOCIAL

2.1 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE

A extensão universitária desempenha um papel fundamental no desenvolvimento comunitário ao estabelecer uma ponte entre o conhecimento acadêmico e as necessidades reais das comunidades. Este aspecto é amplamente discutido por diversos estudiosos, como Almeida (1991) e Bemvenuti (2002), que destacam a extensão como uma terceira função; das universidades, complementar ao ensino e à pesquisa. Essa prática acadêmica enriquece o aprendizado dos estudantes ao aplicar teorias em contextos práticos e fortalece os laços entre a academia e a sociedade civil.

A extensão universitária se caracteriza por projetos e programas que buscam resolver problemas sociais, econômicos e culturais das comunidades, utilizando metodologias participativas e colaborativas. Essa abordagem capacita os estudantes a desenvolverem habilidades práticas e profissionais, empodera as comunidades ao promover o acesso a serviços e recursos antes inacessíveis. Segundo Botomé (1996), essa prática visa superar a alienação entre universidade e sociedade, transformando a relação passiva em um diálogo construtivo e colaborativo.

A extensão universitária promove uma visão mais integrada do ensino superior, onde o conhecimento científico é aplicado para beneficiar diretamente a população local. Isso é especialmente relevante em contextos como o brasileiro, onde desigualdades socioeconômicas profundas exigem soluções inovadoras e sustentáveis. De acordo com Freire (1992), a extensão não se resume apenas à transferência de conhecimento, mas à construção conjunta de novos saberes que respondam às demandas específicas das comunidades, promovendo assim o desenvolvimento humano e social de forma inclusiva e participativa.

Portanto, o papel da extensão universitária no desenvolvimento comunitário vai além do ensino tradicional e da pesquisa acadêmica, configurando-se como um elo essencial na promoção da cidadania e na construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Ao integrar teoria e prática, a extensão transforma as vidas dos indivíduos envolvidos, assim como contribui para a construção de um futuro mais promissor e equitativo para as comunidades atendidas. Através do PIAC, as universidades podem utilizar seus recursos intelectuais e técnicos para apoiar

iniciativas de desenvolvimento sustentável, promovendo a autonomia e a cidadania entre os moradores da Penha.

Reconhecida como uma das três funções fundamentais da universidade ao lado do ensino e da pesquisa, a extensão universitária desempenha um papel necessário na interação entre a academia e a sociedade. Conforme discutido por Almeida (1991), essa função transcende os muros da instituição de ensino superior, levando o conhecimento científico e acadêmico para além da teoria, aplicando-o na prática para resolver problemas reais das comunidades.

No contexto brasileiro, a extensão universitária é respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que a reconhece como parte integrante do processo educativo, promovendo a democratização do acesso ao saber e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país. Segundo Botomé (1996), ao estabelecer essa função, a legislação brasileira enfatiza a formação acadêmica dos estudantes e o compromisso das universidades com o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas.

A extensão universitária assume diversas formas, desde programas de prestação de serviços à comunidade até projetos de pesquisa participativa e desenvolvimento comunitário. Como discutido por Freire (1992), essa prática educativa vai além da transmissão de conhecimento, envolvendo os estudantes em experiências práticas que os capacitam academicamente, mas também os transformam em cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Ademais, Buarque (1994) ressalta que a extensão universitária contribui para a formação de uma consciência crítica e para o fortalecimento do vínculo entre universidade e sociedade, essencial para o desenvolvimento de uma cidadania participativa e ativa. Ao integrar teoria e prática, a extensão enriquece o aprendizado dos alunos e promove a inovação social e a sustentabilidade em diferentes condições.

Logo, a extensão universitária como terceira função da universidade além de complementar o ensino e a pesquisa, fortalece a responsabilidade social das instituições de ensino superior. Ao conectar o conhecimento acadêmico às necessidades e demandas da sociedade, essa prática educa para além das salas de aula, preparando os estudantes para enfrentar desafios complexos e contribuir significativamente para o desenvolvimento humano e social.

A defesa de uma maior integração da universidade com os demais setores da sociedade brasileira ganhou destaque no debate sobre o papel histórico dessa

instituição, especialmente após a promulgação da Lei 13.005 de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) (Silva et al., 2020; Fernandes, 2021). Esta legislação reforçou o compromisso da universidade na construção e disseminação do conhecimento científico, como também no alcance social e político de sua missão (Miguel, 2023).

Essa legislação é um marco importante, pois reconhece formalmente a necessidade de a universidade ampliar seu impacto para além dos muros acadêmicos, integrando-se de maneira mais efetiva com a sociedade. No entanto, a implementação prática desse ideal enfrenta diversos desafios. A estrutura administrativa e burocrática das universidades muitas vezes dificulta a agilidade e a flexibilidade necessárias para responder rapidamente às demandas sociais (Lavor Filho et al., 2021). Além disso, há uma lacuna significativa entre as intenções políticas expressas no PNE e a realidade vivida nas instituições de ensino superior. Muitos projetos de extensão ainda são subfinanciados e carecem de apoio institucional robusto para atingir seu pleno potencial (Santos, 2023).

A adesão global à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável pela Organização das Nações Unidas em 2015 reforçou ainda mais a necessidade de desenvolvimento conjunto entre governo, organizações sociais, empresas e sociedade civil (Lavor Filho et al., 2021). Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo a Erradicação da Pobreza, Fome Zero, Educação de Qualidade e Redução das Desigualdades, destacam-se como metas fundamentais para melhorar as condições de vida globalmente (Miguel, 2023).

Embora a integração dos ODS nas políticas e práticas universitárias seja um passo positivo, a realidade de sua implementação revela tensões e contradições. As universidades precisam lidar com a pressão de equilibrar a excelência acadêmica e a pesquisa de ponta com a necessidade de atender a demandas sociais urgentes e, muitas vezes, complexas (Silva et al., 2020). Além disso, a colaboração entre os diferentes setores mencionados – governo, organizações sociais, empresas e sociedade civil – pode ser dificultada por interesses divergentes e pela falta de uma visão estratégica compartilhada (Santos, 2023).

A educação superior, sob esses pressupostos, assume um papel de extrema importância. O PNE 2014-2024, por exemplo, reafirma diretrizes como a superação das desigualdades educacionais, a promoção da cidadania e o combate à discriminação. A meta 12 desse plano, especificamente, incentiva a curricularização

da extensão universitária, exigindo que pelo menos 10% dos créditos curriculares da graduação sejam cumpridos em atividades extensionistas relevantes para o desenvolvimento sustentável e solidário (Miguel, 2023).

Embora o cumprimento dessa determinação legal varie entre as universidades brasileiras, com algumas já consolidando o processo e outras ainda em desenvolvimento, a iniciativa reflete a complexidade e a importância de integrar a universidade de forma efetiva com as necessidades sociais e ambientais do país (Miguel, 2023). A curricularização da extensão universitária é uma medida ambiciosa e essencial, pois visa garantir que os estudantes tenham experiências práticas e diretas com as realidades sociais e ambientais que necessitam de intervenção (Santos, 2023).

No entanto, a implementação dessa meta enfrenta diversos desafios. Primeiramente, a resistência interna dentro das universidades é um obstáculo significativo. Muitos currículos são rígidos e já sobrecarregados, o que torna difícil encontrar espaço para atividades extensionistas. Além disso, a extensão universitária muitas vezes não recebe o mesmo prestígio ou recursos que o ensino e a pesquisa, resultando em uma desvalorização dessas atividades por parte de estudantes e professores (Santos, 2023).

Outro ponto crítico é a qualidade e relevância das atividades extensionistas oferecidas. Para que a curricularização seja efetiva, é necessário que as atividades sejam bem estruturadas, com objetivos claros e mensuráveis, e que estejam verdadeiramente alinhadas às necessidades sociais e ambientais. Há o risco de que, sem uma supervisão adequada, as atividades extensionistas se tornem meramente simbólicas, sem impacto real nas comunidades envolvidas (Miguel, 2023).

Além disso, a desigualdade entre as universidades também afeta a implementação dessa meta. Instituições com mais recursos financeiros e humanos têm mais facilidade em desenvolver programas de extensão robustos e eficazes, enquanto universidades em regiões mais pobres enfrentam dificuldades adicionais. Isso pode levar a uma disparidade na qualidade da formação dos estudantes de diferentes instituições, perpetuando as desigualdades que a própria meta visa combater (Santos, 2023).

Tem-se, pois, que, enquanto a meta 12 do PNE 2014-2024 representa um passo importante para a integração da universidade com a sociedade, a sua efetiva implementação exige um esforço coordenado e contínuo. É necessário que as

universidades recebam apoio institucional adequado, que haja uma valorização das atividades extensionistas e que se desenvolvam estratégias para superar as resistências internas e externas.

Neste contexto, conforme Miguel (2023), pode-se asseverar que a defesa da maior integração da universidade com os demais setores da sociedade brasileira, destacada anteriormente, se fundamenta em concepções teóricas e práticas que permeiam o papel social da universidade e sua relação com a sociedade. Diante disso, este capítulo visa explorar esses aspectos, demonstrando como a extensão universitária se posiciona como uma ferramenta crucial para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável e promover uma educação de qualidade para todos.

Sendo assim, no primeiro subcapítulo, o propósito será versar sobre o papel social da universidade. Segundo Miguel (2023), a universidade, além de ser um centro de produção de conhecimento científico, desempenha um papel essencial na promoção da inclusão social, na redução das desigualdades e na formação de cidadãos conscientes e engajados. A legislação educacional brasileira, como o PNE, enfatiza a necessidade de a universidade atuar como agente de transformação social, alinhando seus objetivos às demandas da sociedade, tal como se verá.

O debate sobre o papel social da universidade é realmente um tema sempre atual e relevante, especialmente no contexto brasileiro, onde a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, e os diversos Planos Nacionais de Educação (2001-2010, 2011-2020, e 2014-2024) reconhecem a importância dessa instituição. A análise crítica desse debate revela uma trajetória histórica e contemporânea que reflete tanto avanços quanto desafios significativos.

Historicamente, como Faveró (2015) destaca, as universidades brasileiras seguiram um modelo tradicional de ensino, fortemente influenciado por uma vertente colonizadora. As Instituições de Ensino Superior (IES) conservadoras adotaram posturas centralizadoras, focadas em programas de ensino e pesquisa que muitas vezes estavam descolados da realidade social do país. Essas instituições frequentemente serviam aos interesses das classes dominantes, perpetuando uma educação elitista e excludente. Essa visão crítica de Faveró (2015) evidencia a necessidade de uma transformação profunda nas universidades para que elas possam cumprir seu verdadeiro papel social.

No cenário contemporâneo, segundo Santos (2023), há uma mudança importante em direção à aproximação da universidade com a comunidade. Essa

integração se manifesta por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma abordagem mais dialética e participativa dos serviços oferecidos pela universidade. O controle social sobre essas práticas institucionais é essencial para garantir que a universidade responda às necessidades da sociedade e contribua efetivamente para o desenvolvimento social.

Entretanto, conforme Santos (2023), essa aproximação ainda enfrenta vários desafios. A burocratização excessiva, a falta de recursos financeiros, e a resistência a mudanças estruturais são obstáculos que dificultam a plena realização do papel social da universidade. Além disso, de acordo com o autor, a formação acadêmica muitas vezes ainda privilegia conhecimentos teóricos em detrimento de práticas que poderiam ter um impacto mais direto e imediato na comunidade.

Para superar esses desafios, apontam Silva et al. (2020) que as universidades devem adotar políticas e práticas que promovam a inclusão, a diversidade e a justiça social. A valorização das práticas de extensão universitária, que vinculam o conhecimento acadêmico às demandas sociais, é uma estratégia crucial. Por esta razão, para os autores, a implementação de currículos que integrem de forma equilibrada ensino, pesquisa e extensão pode ajudar a formar profissionais mais conscientes e comprometidos com a transformação social.

Valadão, Cunha e Braga (2022), por sua vez, sustentam que, em uma relação simultaneamente contraditória e complementar, as práticas de integração ensino-serviço-comunidade devem incluir elementos estruturantes externos à instituição universitária, bem como seu público-alvo. Além disso, conforme os autores, é necessária uma estrutura conceitual de atores que reafirmem seus princípios e ofereçam arenas para a difusão das ideias de mundo dos grupos que buscam poder por meio da legitimidade, autenticidade e domínio das interpretações culturais que permeiam todas as relações humanas.

Neste contexto, Freire (1980) argumenta que, em atos de compartilhamento, deve haver uma conscientização com compromisso histórico, implicando o engajamento de indivíduos que assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. As práticas extramuros de integração entre universidade, serviço e comunidade apostam no cuidado como um processo dinâmico, tendo a integralidade como pilar essencial para o desenvolvimento de projetos que redirecionem caminhos de comunicação e entendimento dos conhecimentos técnicos e práticos, na tentativa de superar as iniquidades nas esferas de educação e saúde. Entretanto, para Miguel

(2023), essa integração apresenta fragilidades que podem ser vistas como resultados de ações descontextualizadas, diante da importância política e social no processo formativo contextualizado.

É preciso reconhecer que a participação da comunidade nesses espaços é valiosa e deve ser considerada pelos centros de saúde e educação, a fim de abordar fatores culturais, sociais e comunitários que afetam o acesso e o uso de recursos relacionados à saúde, como o cuidado (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

A relação entre universidade e sociedade não se limita ao fornecimento de serviços educacionais, mas também se estende ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas, à prestação de serviços à comunidade e à formação de profissionais qualificados e éticos. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reforça a importância dessa interação, incentivando parcerias entre instituições de ensino, governo, empresas e organizações sociais para enfrentar desafios globais (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

Fernandes (2021) complementa que a universidade deve atuar como agente de desenvolvimento cultural, social e econômico, integrando esses aspectos em suas políticas e práticas. Lavor Filho *et al.* (2021) reforçam essa visão, destacando a responsabilidade social da universidade no Brasil como um elemento crucial para o desenvolvimento sustentável e equitativo da sociedade.

Ribeiro e Sales (2020) discutem os desafios da docência diante do papel social da universidade, apontando a necessidade de formação continuada dos docentes para que possam contribuir de maneira efetiva nesse processo de transformação social. Smaili e Almeida Filho (2023) acrescentam que a universidade é central na definição de novos rumos para a sociedade contemporânea, sendo essencial na construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Tem-se, pois, que a universidade tem um papel social crucial que precisa ser constantemente revisitado e aprimorado. A transformação dessa instituição em um agente de mudança social requer um compromisso contínuo com a inclusão, a participação comunitária e a relevância social de suas práticas acadêmicas (Miguel, 2023).

2.2 A RELAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Teorizado por Etzkowitz e Leydesdorff (1995), o modelo de interação universidade-empresas-governo (UEG), denominado *Triple Helix*, representa uma abordagem inovadora para fomentar o desenvolvimento social e econômico por meio do conhecimento. Esse modelo enfatiza a interconexão entre cada um dos atores – universidade, empresas e governo – que, ao se entrelaçarem, formam um sistema dinâmico e interativo. Segundo os autores, a universidade do futuro será parte dessa “hélice tripla”, desempenhando um papel fundamental na promoção do progresso societal.

No cerne do modelo *Triple Helix* está a ideia de que cada esfera institucional da hélice (universidade, empresas e governo), além de cumprir suas funções tradicionais, também assume parcialmente os papéis das outras esferas. Essa sobreposição de funções resulta em um ambiente colaborativo onde cada instituição pode adotar as responsabilidades e iniciativas das outras, criando um espaço propício para a inovação (Starling, Saraíva e Silva, 2021).

Para Etzkowitz e Leydesdorff (1995), essa interação livre e flexível entre as esferas permite a criação de organizações híbridas, tais como parques científicos, spin-offs, empresas administradas pela universidade e incubadoras. Essas entidades emergem das interações entre universidade, empresas e governo, combinando recursos e capacidades para impulsionar o desenvolvimento tecnológico e econômico. Por exemplo, os parques científicos servem como ambientes, nos quais o conhecimento acadêmico pode ser aplicado diretamente ao desenvolvimento de novos produtos e serviços, enquanto as incubadoras oferecem suporte e infraestrutura para startups e empreendimentos inovadores (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

Um exemplo claro do impulso dado pela universidade no modelo *Triple Helix* pode ser observado no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) nas décadas de 1930 e 1940. Durante esse período, o MIT desempenhou um papel central na promoção da inovação tecnológica, estabelecendo parcerias com indústrias e desenvolvendo tecnologias que tiveram um impacto significativo na economia americana. Essa abordagem proativa da universidade demonstra como a academia pode liderar iniciativas de inovação e desenvolvimento (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

Por outro lado, a inovação também pode ser liderada pelo governo, como observado na China. O governo chinês tem desempenhado um papel crucial na promoção da inovação regional, investindo em infraestrutura, educação e pesquisa. Esse apoio governamental cria um ambiente favorável para o desenvolvimento de

tecnologias emergentes e para a colaboração entre universidades e empresas. A política de inovação da China é um exemplo de como o governo pode impulsionar o progresso tecnológico e econômico (Starling; Saraíva; Silva, 2021).

Além disso, as corporações também podem liderar o modelo *Triple Helix*, como é o caso da Coreia do Sul. As grandes empresas sul-coreanas, conhecidas como *chaebols*, têm desempenhado um papel central na inovação, investindo fortemente em pesquisa e desenvolvimento e estabelecendo parcerias com universidades e o governo. Esse modelo corporativo de liderança demonstra como as empresas podem ser motoras do progresso tecnológico, colaborando com outras esferas para alcançar objetivos comuns (Starling, Saraíva; Silva, 2021).

A estrutura do modelo *Triple Helix* está emergindo globalmente, apesar do desenvolvimento desigual, com a cultura acadêmica mudando em taxas diferentes em várias sociedades. Essa disparidade reflete a adaptação variável de diferentes regiões e países ao modelo de inovação colaborativa proposto por Etzkowitz e Leydesdorff (1995). A transição de um modelo linear de inovação para a Hélice Tríplice evidencia a complexidade da transferência de conhecimento e a necessidade de estruturas mais flexíveis e integradas para fomentar o desenvolvimento tecnológico e econômico (Sulaiman; Comaru, 2021).

O modelo linear de inovação, que tradicionalmente é expresso em termos de ser “puxado pelo mercado” ou “impulsionado pela tecnologia”, mostrou-se insuficiente para promover uma transferência efetiva de conhecimento. Nesse contexto, as publicações acadêmicas e os patentes passaram a seguir diferentes sistemas de referência, tanto em relação entre si quanto em relação à transformação do conhecimento em produtos comercializáveis. Como resultado, as regras e regulamentos precisaram ser reformulados, criando uma interface estratégica de inovação que não é linear, mas sim baseada em interações dinâmicas e complexas entre os atores envolvidos (Etzkowitz; Leydesdorff, 1995).

Essas interações não se limitam a relacionamentos diretos entre governos nacionais e setores industriais específicos. Alianças estratégicas podem ser formadas em múltiplos níveis: global, nacional e regional. Blocos comerciais, como a União Europeia (UE), o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), oferecem novas oportunidades para buscar vantagens competitivas e promover o crescimento econômico através da colaboração e integração regional (Sulaiman; Comaru, 2021).

Além disso, empresas podem se unir a outras de diferentes segmentos ou mesmo do mesmo setor para formar clusters e Arranjos Produtivos Locais (APLs). Essas formações colaborativas são capazes de impulsionar o crescimento de setores específicos, promovendo a inovação através da troca de conhecimentos, recursos e tecnologias. *Clusters* e APLs oferecem um ambiente propício para a inovação, onde empresas, universidades e governos podem colaborar de maneira mais efetiva, criando sinergias que beneficiam todos os envolvidos (Sulaiman; Comaru, 2021).

Starling, Saraiva e Silva (2021) destacam que essa interface estratégica de inovação não-linear permite a criação de novos espaços de interação, onde a transferência de conhecimento pode ocorrer de maneira mais fluida e eficiente. Parques tecnológicos e incubadoras são exemplos de ambientes que facilitam essa interação, oferecendo infraestrutura e suporte para startups e projetos inovadores que surgem da colaboração entre universidade, empresas e governo.

Um exemplo prático dessa interação pode ser visto na formação de parques científicos e tecnológicos, onde universidades, empresas e governo colaboram estreitamente para desenvolver novas tecnologias e promover a transferência de conhecimento. Esses parques não só fornecem um ambiente físico para a inovação, mas também um ecossistema de suporte que inclui financiamento, *mentoring* e *networking*, essenciais para o sucesso de novas iniciativas (Starling; Saraiva; Silva, 2021).

A criação de *spin-offs* universitários é outro resultado significativo do modelo da Hélice Tríplice. Essas empresas, originadas a partir de pesquisas acadêmicas, beneficiam-se da proximidade com universidades e do acesso a recursos e conhecimento especializado. Elas representam uma ponte entre a academia e o mercado, transformando pesquisas teóricas em aplicações práticas que podem ser comercializadas (Starling; Saraiva; Silva, 2021).

Incubadoras de empresas também desempenham um papel importante nesse modelo, oferecendo um ambiente de suporte intensivo para startups durante suas fases iniciais. As incubadoras fornecem espaço físico, como também uma gama de serviços como consultoria empresarial, acesso a redes de investidores e oportunidades de financiamento. Esse suporte é vital para transformar ideias inovadoras em negócios sustentáveis (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

A flexibilidade do modelo da Hélice Tríplice permite que ele seja adaptado a diferentes contextos e necessidades regionais. Por exemplo, em países em

desenvolvimento, onde os recursos podem ser mais limitados, o governo pode desempenhar um papel mais ativo em incentivar a colaboração entre universidades e empresas, oferecendo incentivos fiscais e políticas de apoio à inovação. Em regiões mais desenvolvidas, a ênfase pode estar na criação de ecossistemas de inovação que facilitem a interação espontânea e o surgimento de novas parcerias (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

Essa adaptabilidade é necessária para maximizar os benefícios sociais e econômicos da inovação, promovendo um desenvolvimento equilibrado e inclusivo. Em contextos em que os recursos são mais limitados, como em países em desenvolvimento, a flexibilidade do modelo da Hélice Tríplice permite que o governo desempenhe um papel central em incentivar a colaboração entre universidades, empresas e comunidades locais. Isso não só impulsiona a inovação tecnológica, mas também fortalece as redes de conhecimento e promove o crescimento econômico sustentável (Miguel, 2023).

De fato, segundo Miguel (2023), a extensão universitária desempenha um papel fundamental nesse processo. Esta função social complementa a formação acadêmica dos estudantes, proporcionando oportunidades práticas de aplicação do conhecimento, como também atua como um agente de inclusão social ao levar os benefícios da educação e da pesquisa às comunidades menos favorecidas. Ao integrar a extensão universitária ao modelo da Hélice Tríplice, é possível potencializar o desenvolvimento humano ao capacitar indivíduos com habilidades relevantes e promover a criação de soluções inovadoras que abordem desafios locais específicos. Assim, essa integração fortalece os laços entre academia, setor produtivo e governo, bem como contribui para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

2.3 A EXTENSÃO COMO FUNÇÃO FORMATIVA

Quando se discute a formação do indivíduo, a presença das universidades se destaca como um pilar fundamental para o desenvolvimento das diversas áreas do saber social. A implantação de uma universidade não deve ser vista apenas como um centro de ensino e pesquisa, mas como um mecanismo essencial para promover um pensamento crítico e intervencionista na sociedade. Mais do que simplesmente transmitir conhecimento, a universidade deve capacitar seus estudantes no saber

fazer, preparando-os para aplicar esse conhecimento de maneira prática e significativa no contexto social (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

A principal função das universidades, conforme destacado, é servir às comunidades locais, oferecendo respostas às suas necessidades específicas enquanto respeita suas concepções, culturas e modos de vida. A pesquisa é fundamental nesse processo, como um meio de descobrir novos conhecimentos, bem como uma ferramenta para melhorar a qualidade de vida das comunidades por meio dos recursos já disponíveis (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021). Assim, a universidade não deve ser apenas um agente de inovação, mas também um catalisador de desenvolvimento sustentável e inclusivo (Starling; Saraiva; Silva, 2021).

No entanto, ao considerar a extensão universitária, observa-se que muitas instituições ainda enfrentam desafios significativos quanto ao impacto real que têm nas comunidades em que estão inseridas. Embora algumas universidades estejam próximas e engajadas com as comunidades, há um número considerável que precisa revisar sua função e presença efetiva (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021). Muitas vezes, as comunidades pouco se beneficiam da presença das Instituições de Ensino Superior (IES) em seu meio, revelando uma lacuna entre a potencialidade transformadora das universidades e sua aplicação prática na melhoria das condições locais (Valadão; Cunha; Braga, 2022).

Segundo Faveró (2015), a educação universitária deve ser vista como uma via de mão dupla, na qual o conhecimento além de ser adquirido, é devolvido à sociedade de maneira que promova uma relação simbiótica e sustentável. Freire (1980) argumenta que a verdadeira educação deve ser libertadora, capacitando os indivíduos a entender o mundo e a transformá-lo em um lugar mais justo e igualitário.

Portanto, é fundamental que as universidades revejam suas estratégias de extensão e engajamento comunitário, garantindo que suas atividades não se limitem ao campus, mas se estendam de forma efetiva às comunidades vizinhas. A colaboração genuína com líderes locais, organizações comunitárias e entidades governamentais é essencial para alinhar os objetivos da universidade com as necessidades reais das pessoas que ela pretende servir (Vaz et al., 2021; Miguel, 2023).

Para Fernandes (2021), a função das universidades vai além da academia; elas têm o potencial de serem agentes catalisadores de mudança social e econômica. Contudo, segundo Albrecht (2021), a transformação efetiva ocorrerá quando as

universidades forem além da produção de conhecimento, e comecem a integrar-se de maneira significativa e inclusiva às comunidades, promovendo um desenvolvimento humano e comunitário sustentável.

Assim, ao refletir sobre a função primordial das universidades, destaca-se sua missão fundamental como instituições de ensino e pesquisa que promovem o conhecimento acadêmico e são essenciais na transformação das comunidades locais. Segundo Albrecht et al. (2021), as universidades são concebidas como centros de aprendizado que devem capacitar os indivíduos para pensar criticamente, como também para agir de forma intervencionista na sociedade, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social.

A visão de Faveró (2015) complementa essa perspectiva ao enfatizar que a universidade deve ser um agente ativo na resposta às necessidades das comunidades, respeitando suas peculiaridades culturais e modos de vida. Nesse sentido, a pesquisa é fundamental como uma fonte de inovação e descoberta, como também um instrumento para melhorar a qualidade de vida das comunidades já existentes.

No entanto, ao analisar a extensão universitária, conforme observado por Sulaiman e Comaru (2021), constata-se que muitas instituições de ensino superior ainda enfrentam desafios significativos em relação ao impacto real que têm sobre as comunidades em que estão inseridas. Embora algumas universidades tenham iniciativas de extensão que se aproximam das comunidades, há uma necessidade premente de revisão da função dessas instituições para garantir que todas as comunidades se beneficiem igualmente de sua presença.

Freire (1980) argumenta que a verdadeira educação deve ser libertadora e transformadora, capacitando os indivíduos a se tornarem agentes ativos de mudança em suas próprias realidades. Portanto, as universidades não podem se contentar apenas em produzir conhecimento acadêmico; devem também facilitar o acesso desse conhecimento às comunidades marginalizadas e desfavorecidas, promovendo inclusão social e desenvolvimento humano.

A partir das reflexões de Vaz *et al.* (2021), percebe-se que o compromisso histórico-social das universidades é um imperativo ético e educacional. Essas instituições devem ser provocadoras de mudanças progressistas, inspiradas no pensamento freiriano, que reconhece a educação como uma prática de liberdade e emancipação.

Tem-se, pois, conforme Fernandes (2021), que a função das universidades vai além da simples transmissão de conhecimentos; elas devem se comprometer ativamente com as comunidades, adaptando-se às suas necessidades e promovendo um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Somente assim poderão cumprir seu papel integral como agentes de transformação social e construção de um futuro mais justo e igualitário.

De fato, a extensão universitária desempenha um papel crucial ao integrar a formação acadêmica e a produção de conhecimento com as necessidades da comunidade (Ribeiro; Sales, 2020). Essa integração é fundamental para corrigir desigualdades no acesso ao conhecimento científico e tecnológico, promovendo o empoderamento social por meio da educação e da aplicação prática do saber (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

No entanto, a extensão universitária não está isenta de conflitos e discordâncias metodológicas e teóricas. Esses conflitos são frequentemente evidenciados na dicotomia entre abordagens assistencialistas e não assistencialistas. A visão assistencialista tende a enxergar a extensão como um serviço unilateral de transmissão de conhecimento e assistência à comunidade, sem uma interação profunda com suas necessidades específicas. Por outro lado, a perspectiva não assistencialista propõe uma troca de saberes mais intensa e bidirecional entre universidade e comunidade. Aqui, a extensão é vista como um processo educativo e colaborativo, onde ambas as partes aprendem e se beneficiam mutuamente (Fernandes, 2021).

Segundo Miguel (2023), a extensão universitária deve ser encarada como uma prática que integra ensino, pesquisa e ação dentro de um ciclo contínuo de reflexão e prática. Essa abordagem político-metodológica prioriza as necessidades da maioria da população, promovendo a elaboração de conhecimento que surge do confronto entre teoria e prática, e que é constantemente revisitado e aprimorado pela interação com a comunidade.

Essas perspectivas fortalecem o impacto da universidade na sociedade ao propor soluções inovadoras e inclusivas para problemas locais e globais. A extensão universitária, quando alinhada à abordagem não assistencialista e à visão política de Miguel (2023), amplia o alcance do conhecimento acadêmico, como também fortalece os laços entre a academia e a comunidade. Esse compromisso com uma educação

participativa e democrática é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e construir sociedades mais justas e sustentáveis.

As diretrizes propostas pelo FORPROEXT para orientar as ações de extensão universitária têm o objetivo claro de integrar a universidade com a sociedade de maneira eficaz e transformadora. A interação dialógica, por exemplo, enfatiza a importância do diálogo constante e bidirecional entre a academia e os diversos setores sociais, permitindo a co-construção de conhecimento relevante e aplicável. Essa troca não se limita à transmissão de saberes acadêmicos, mas envolve também a escuta ativa das necessidades e perspectivas da comunidade, gerando soluções mais contextualizadas e eficazes (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

A interdisciplinaridade e interprofissionalidade, por sua vez, incentivam a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento e profissões, buscando abordagens integradas para resolver problemas complexos que afetam as comunidades. Ao combinar expertise técnica com uma visão holística das questões sociais, culturais e econômicas, as universidades podem oferecer soluções mais abrangentes e adaptadas às realidades locais (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reforça que estas três dimensões devem estar integradas e complementares. A extensão não é apenas uma aplicação prática do conhecimento adquirido em sala de aula, mas um meio de envolver os estudantes na geração de novos saberes através de pesquisas aplicadas e reflexões críticas sobre suas experiências de campo (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

Além de impactar diretamente na formação acadêmica dos estudantes, a extensão universitária visa também enriquecer sua formação ética e cidadã. Ao participar de projetos que têm impacto social tangível, os alunos desenvolvem habilidades como liderança, empatia e responsabilidade social, preparando-se para suas carreiras profissionais e para contribuir de maneira significativa para a sociedade (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

Por fim, o impacto e a transformação social são metas fundamentais da extensão universitária. Ao colaborar com comunidades locais e instituições públicas, as universidades buscam não só resolver problemas imediatos, mas promover mudanças estruturais e sustentáveis. Isso inclui o fortalecimento de políticas públicas baseadas em evidências, o desenvolvimento socioeconômico regional e a promoção de uma participação cidadã mais informada e ativa (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021). Assim, as diretrizes do FORPROEX oferecem um roteiro claro e abrangente para que

as universidades brasileiras possam efetivamente integrar a extensão em sua missão educativa e social, contribuindo para uma sociedade mais justa, equitativa e desenvolvida.

Neste contexto, é importante destacar que a consolidação da extensão universitária como função acadêmica e social depende diretamente de processos institucionais que garantam a sistematização e a visibilidade das ações extensionistas. A experiência da UFPB, com a implantação do módulo de extensão no Sistema Integrado de Gestão e Atividades Acadêmicas (SIGAA), evidencia como o fortalecimento da institucionalidade da extensão está vinculado à qualificação do registro, ao reconhecimento acadêmico e à integração efetiva com o ensino e a pesquisa, promovendo maior articulação entre a universidade e a sociedade (Falcão; Milagre; Jezine, 2021).

A extensão universitária não deve ser vista apenas como uma atividade complementar, mas como parte indissociável do processo formativo, capaz de articular saberes acadêmicos e populares, potencializando ações transformadoras e promovendo a inserção social da universidade. Conforme argumenta Jezine (2004), a extensão precisa ser assumida como dimensão político-pedagógica essencial, integrando-se criticamente ao currículo e fortalecendo o compromisso social da universidade com a superação das desigualdades.

Não obstante, é fundamental compreender que a extensão universitária ocupa um espaço estratégico na articulação entre a universidade e a sociedade, sobretudo como resposta às demandas históricas que pressionaram a universidade a sair do seu isolamento e assumir um papel mais ativo frente aos problemas sociais, políticos e econômicos. Nesse sentido, Jezine (2001) ressalta que a extensão surge como a forma mais concreta e funcional para a universidade exercer sua dimensão social, configurando-se como um canal privilegiado para o atendimento das necessidades coletivas, especialmente em contextos marcados por desigualdades. A autora destaca que, embora essa função tenha sofrido diversas ressignificações ao longo do tempo, permanece central a ideia da extensão como instrumento de socialização do conhecimento, capaz de contribuir para a transformação social e para o fortalecimento da cidadania.

Institucionalmente, a implementação da extensão universitária envolve políticas e estratégias específicas para integrar atividades extensionistas ao currículo acadêmico, garantindo que essas iniciativas estejam alinhadas aos princípios éticos e

às necessidades sociais e ambientais do país. A diversidade de abordagens nas universidades brasileiras reflete a complexidade e a riqueza dessa prática, com alguns estabelecimentos já consolidando a extensão como parte integral de sua missão educacional (Miguel, 2023). Considerando-se tais apontamentos, será o subcapítulo seguinte destinado a abordar a extensão universitária em seus aspectos institucionais.

A origem do termo “extensão” remonta à Inglaterra do século XIX. Segundo Vaz et al. (2021), as universidades inglesas inicialmente concentravam-se na formação da elite e da nobreza, preparando-as para assumir cargos de liderança no governo. No entanto, com o advento da Revolução Industrial, houve uma pressão crescente para que essas instituições se adaptassem ao novo contexto social e econômico.

A universidade inglesa, diante dessas transformações, viu-se obrigada a ampliar seu escopo de atuação. Além de continuar formando a elite, passou a oferecer educação técnica e a se envolver com as classes populares que buscavam acesso ao conhecimento. Foi nesse contexto que surgiu a extensão universitária como uma atividade fundamental da instituição (Fernandes, 2021).

A extensão, então, não se limitou mais ao ensino formal destinado à elite, mas passou a englobar programas e atividades que visavam beneficiar diretamente a sociedade em geral. Essa mudança representou uma democratização do acesso ao conhecimento acadêmico e técnico, contribuindo para a formação de uma sociedade mais informada e capacitada para enfrentar os desafios da época (Fernandes, 2021).

A criação das Universidades Populares (UP) marcou um ponto significativo durante o surgimento da extensão universitária. Originadas da insatisfação tanto de indivíduos dentro das universidades quanto daqueles que estavam fora delas, as UPs surgiram como um esforço autônomo de intelectuais. Seu principal objetivo era oferecer oportunidades educacionais às populações que não tinham acesso às universidades tradicionais. No período inicial, as atividades de extensão se concentravam principalmente em cursos livres destinados ao público em geral (Gaspar, 2024).

Nos primórdios, a extensão universitária assumiu duas vertentes distintas, conforme descrito por Miguel (2023). A primeira vertente teve origem na Inglaterra e se espalhou pelo continente europeu. Essa vertente refletiu o engajamento das universidades em um movimento mais amplo que envolvia várias instituições, como o Estado, a Igreja e partidos políticos (Albrecht, 2021). Cada uma dessas instituições buscava, à sua maneira, oferecer contrapontos às consequências mais severas do

capitalismo. Essa abordagem enfatizava a busca pela legitimação e estabilidade do Estado de Bem-estar Social, predominante em vários países europeus (Albrecht, 2021; Miguel, 2023).

Por outro lado, a segunda vertente da extensão, predominantemente associada aos Estados Unidos, tinha um enfoque mais utilitarista e liberal. Seu objetivo principal era mobilizar a universidade para enfrentar questões relacionadas à vida econômica, como a transferência de tecnologia e a aproximação com o setor empresarial (Albrecht, 2021). Este modelo refletiu uma abordagem mais voltada para as necessidades do mercado, característica do modelo capitalista norte-americano (Fernandes, 2021).

Ambas as vertentes da extensão universitária, embora distintas em suas origens e objetivos, refletiram os diferentes contextos sociais, políticos e econômicos em que surgiram. Enquanto a primeira buscava atender às demandas sociais dentro do contexto do Estado de Bem-estar Social europeu, a segunda estava mais alinhada com os princípios de mercado e utilitarismo característicos dos Estados Unidos. Essas diferentes abordagens contribuíram para moldar o papel e a evolução da extensão universitária ao longo do tempo (Albrecht, 2021).

Na América Latina, a trajetória da extensão universitária foi influenciada por eventos históricos significativos que moldaram sua evolução. A Revolução Mexicana de 1910 e a Revolução Cubana de 1959 foram marcos importantes que deixaram suas marcas nas universidades da região. A Constituição Mexicana de 1917 foi pioneira ao incorporar direitos sociais em um texto constitucional, refletindo um compromisso com a inclusão social e educacional (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

As Universidades Populares, como a UP Mexicana (1912), a UP Lastarria (1918) no Chile, a UP González Prada (1922) no Peru e a UP José Martí (1923) em Cuba, exemplificam iniciativas latino-americanas que buscaram expandir o acesso à educação para além das elites. Cada uma dessas universidades populares tinha o objetivo de proporcionar educação acessível e relevante para as comunidades locais, muitas vezes negligenciadas pelas instituições tradicionais de ensino superior (Vaz, Chacon e Zarahi, 2021).

Um dos eventos mais marcantes na história educacional da América Latina foi o movimento pela Reforma Universitária de Córdoba, em 1918. Originado pelos estudantes da Universidade de Córdoba, esse movimento se espalhou por todo o continente, influenciando profundamente as estruturas universitárias e suas relações

com a sociedade. O Manifesto Liminar, emitido pelos estudantes, criticava a falta de engajamento das universidades com os problemas sociais, econômicos e políticos da região, defendendo uma gestão mais democrática e participativa das instituições acadêmicas (Fernandes, 2021).

A Reforma de Córdoba defendeu a autonomia universitária e a democratização da gestão acadêmica, como também promoveu a extensão universitária como um componente essencial das universidades. Esta foi uma resposta direta à necessidade de as universidades se engajarem mais profundamente com as demandas sociais e de promoverem a inclusão e a justiça social através da educação e pesquisa aplicada (Miguel, 2023).

A partir dos anos 1960, a América Latina testemunhou um aumento nas mobilizações sociais e políticas, marcadas por intensas lutas de classes. Essas mobilizações buscavam reformas profundas, incluindo a construção de nações mais justas e a socialização dos meios de produção. No entanto, foram frequentemente confrontadas por regimes autoritários que buscaram reprimir esses movimentos, resultando em uma série de golpes de estado e regimes ditatoriais que tentaram deter o avanço das reformas sociais (Miguel, 2023).

No Brasil, as primeiras experiências formais de Extensão Universitária remontam ao início do século XX, refletindo um movimento global de democratização do acesso ao conhecimento e engajamento social das universidades. Em 1911, a Universidade de São Paulo iniciou cursos e conferências que buscavam ampliar o alcance de seu conhecimento além dos muros acadêmicos. Ao mesmo tempo, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa começava a oferecer serviços à comunidade, marcando o início de uma prática que se expandiria significativamente nas décadas seguintes (Santos, 2023).

Entre as décadas de 1950 e 1960, o Brasil viu intensas mobilizações políticas e sociais que influenciaram profundamente o panorama educacional e universitário. Movimentos como a grande greve operária em São Paulo, as lutas pela Reforma Agrária promovida pelas ligas camponesas, e a defesa da escola pública foram marcos desse período turbulento. Um dos movimentos mais emblemáticos foi a campanha pela alfabetização, impulsionada pelo Método Paulo Freire, que se tornou um símbolo de mobilização social e política ao unir esforços de governos, da Igreja Católica, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e das universidades (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

A contribuição de Paulo Freire foi especialmente significativa na Universidade de Recife, onde dirigiu o Serviço de Extensão Universitária. Sob sua liderança, a extensão universitária não se limitou apenas à alfabetização, mas também desenvolveu metodologias inovadoras que integravam o saber técnico-científico com as culturas populares, como discutido em sua obra “Extensão ou Comunicação?” (1969), onde criticava abordagens unilaterais e invasivas da extensão em favor de práticas dialógicas e educativas (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

Durante o período da ditadura militar, iniciativas como o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), o Projeto Rondon e a Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68) foram implementadas para institucionalizar e fortalecer a extensão universitária. A criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE) e posteriormente o Plano de Trabalho de Extensão refletiram a influência de Paulo Freire e a necessidade de orientar os esforços de extensão para atender organizações e populações marginalizadas (Santos, 2023).

A redemocratização do Brasil nas décadas de 1980 e 1990 trouxe novos desafios e oportunidades para a extensão universitária. O reconhecimento legal da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão na Constituição Federal de 1988 estabeleceu um marco importante, elevando a extensão ao mesmo nível de importância que o ensino e a pesquisa dentro das universidades. A criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em 1987 consolidou o papel político e articulatório da extensão no contexto nacional (Vaz; Chacon; Zarahi, 2021).

A partir dos anos 2000, políticas como o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) e o Programa de Educação Tutorial (PET) continuaram a fortalecer e estruturar a extensão universitária no Brasil, apoiando financeiramente e definindo diretrizes claras para suas atividades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e o Plano Nacional de Extensão estabeleceram bases sólidas para a continuidade e expansão das práticas de extensão nas universidades brasileiras (Santos, 2023).

Para Miguel (2023), a trajetória da extensão universitária no Brasil reflete um compromisso com a democratização do conhecimento e a inclusão social, como também uma resposta contínua às demandas e desafios da sociedade. A visão integral e comprometida socialmente da universidade, que se manifesta através do

tripé ensino-pesquisa-extensão, continua a ser um princípio orientador essencial para o desenvolvimento acadêmico e social no país.

A extensão universitária representa um dos pilares fundamentais da missão educacional das instituições de ensino superior na contemporaneidade. Este conceito não se limita apenas a atividades de aplicação prática do conhecimento acadêmico, mas engloba um compromisso mais profundo com a transformação social e a democratização do acesso ao saber (Starling; Saraiva; Silva, 2021). É necessário compreender e ampliar a discussão sobre a extensão universitária, tanto nas universidades quanto nas comunidades onde estão inseridas, de modo a efetivar sua verdadeira finalidade.

Conforme Gadotti (2017), influenciado pelo pensamento de Paulo Freire, a extensão universitária é vista como um instrumento de mudança social e de fortalecimento da própria universidade. Esta atividade não deve ser vista isoladamente, mas como parte integrante do processo de conquista de direitos e da defesa da democracia. Nessa perspectiva, a universidade se posiciona como um agente comunitário, cujas ações de extensão têm o poder de promover a igualdade social ao valorizar e respeitar os direitos individuais das pessoas como membros plenos da sociedade.

A democracia desempenha um papel crucial no contexto da extensão universitária, conforme destaca Gadotti (2017). Ao abrir espaço para a participação cidadã, independentemente do nível de escolarização, as universidades democratizam o acesso ao conhecimento e o processo de transformação nas comunidades. A seu ver, por meio da extensão, os cidadãos são não apenas ouvidos, mas integrados no desenvolvimento de soluções para desafios locais, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Nesse sentido, expõe Miguel (2023) que as universidades devem compreender a extensão não como uma atividade periférica ou opcional, mas como parte essencial de sua função social. As ações de extensão devem ser planejadas e executadas de forma estratégica, alinhadas com as necessidades reais das comunidades, e promovendo um diálogo contínuo entre academia e sociedade. Somente assim será possível alcançar o potencial transformador da extensão universitária, indo além do simples repasse de conhecimentos para efetivamente impactar vidas e promover mudanças significativas.

Para Albrecht (2021) ao declarar que as universidades devem valorizar conhecimentos que ajudam a refletir a realidade social e promover a democracia, é fundamental reconhecer que isso implica em incorporar disciplinas na estrutura curricular que abordem temas como cidadania, direitos humanos, bem-estar social e emocional. Essa inclusão disciplinar, conforme o autor, enriquece a formação dos estudantes e os capacita para compreender e respeitar a essência das comunidades em que estão inseridos. Isso porque, por intermédio desses estudos, os futuros profissionais adquirem competências técnicas e desenvolvem sensibilidade para as questões sociais e éticas que permeiam a sociedade contemporânea.

Neste contexto, Starling, Saraiva e Silva (2021) e Miguel (2023) analisam a extensão universitária como prática indissociável do ensino e da pesquisa, constituindo-se em um dos pilares fundamentais para a formação acadêmica crítica e comprometida com a transformação social. Mais do que ações pontuais ou assistencialistas, a extensão configura-se como processo educativo, cultural e científico, conforme definido pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) em seu Plano Nacional de Extensão Universitária (2012). Esse documento orientador destaca que a extensão deve articular-se organicamente com as atividades de ensino e pesquisa, viabilizando uma relação bidirecional entre universidade e sociedade, baseada no diálogo de saberes e na coautoria de conhecimentos.

A concepção de extensão como espaço de construção coletiva pressupõe a superação de modelos verticalizados, substituindo-os por práticas que valorizem os saberes populares e promovam a justiça social. Para Miguel (2023), a curricularização da extensão – processo que integra atividades extensionistas à matriz curricular dos cursos – reforça seu caráter transformador, pois desloca a formação profissional de uma lógica meramente instrumental para um compromisso ético-político com as demandas sociais. Essa perspectiva alinha-se às diretrizes do FORPROEX, que desde 2012 defende a extensão como ferramenta de democratização do conhecimento e de enfrentamento das desigualdades estruturais.

O Plano Nacional de Extensão Universitária enfatiza ainda que as ações extensionistas devem orientar-se por princípios como a interdisciplinaridade, a sustentabilidade socioambiental e o respeito à diversidade cultural, constituindo-se em mecanismos efetivos para a materialização da função social da universidade. Nessa ótica, a extensão transcende sua dimensão projetual, tornando-se estratégia

pedagógica para a formação de profissionais críticos e cidadãos engajados na construção de sociedades mais equitativas.

Albrecht *et al.* (2021), por sua vez, de maneira pragmática, pontuam que a extensão universitária possibilita uma aliança genuína entre universidades e sociedades. Esta atividade além de transferir conhecimento técnico, abre espaço para a troca de saberes, enriquecendo ambos os lados do processo. Segundo Gadotti (2017), essa prática vai além de uma abordagem assistencialista; ela propicia uma verdadeira colaboração onde o saber acadêmico e o conhecimento das comunidades se complementam e se potencializam mutuamente.

A extensão universitária configura-se como um eixo estruturante da missão institucional das universidades públicas, articulando de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a ação comunitária. Para além de intervenções pontuais ou assistencialistas, a extensão representa uma prática acadêmica comprometida com a transformação social, contribuindo significativamente para a formação crítica e cidadã dos estudantes, bem como para o desenvolvimento sustentável e inclusivo dos territórios onde as instituições estão inseridas. Essa concepção ampliada da extensão reflete uma luta histórica pela sua institucionalização, que remonta à década de 1980, com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Esse movimento expressa a reivindicação por reconhecimento e incorporação da extensão nas políticas universitárias, consolidando-a como componente estratégico da função social da universidade. Dessa forma, ao promover a democratização do conhecimento e a justiça social, a extensão universitária reafirma seu papel fundamental na articulação entre universidade e sociedade.

Calderón e Borges (2013), em importante apontamento, ressaltam que a vertente não assistencialista da extensão universitária critica a concepção que a define apenas como a transmissão vertical de conhecimento, um serviço unidirecional e assistencial, que muitas vezes ignora a riqueza da cultura e do saber popular presentes nas comunidades. Essa abordagem assistencialista simplifica a interação entre universidade e sociedade a uma dinâmica onde os conhecimentos são transferidos de forma unilateral, dos especialistas acadêmicos para os membros da comunidade que supostamente carecem desse conhecimento.

Essa visão limitada, de acordo com Calderón e Borges (2013), não reconhece a reciprocidade no processo de aprendizagem e colaboração entre universidade e

sociedade. Ao contrário, ela perpetua uma relação hierárquica onde a universidade assume o papel de provedora de conhecimento, sem valorizar devidamente os saberes locais e as experiências comunitárias que poderiam enriquecer e contextualizar o ensino e a pesquisa acadêmica.

De acordo com os princípios defendidos pelo FORPROEX (2012), a extensão universitária não assistencialista busca transformar essa dinâmica unidimensional em uma interação bidirecional e colaborativa. Esta atividade propõe uma abordagem na qual o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular se complementam mutuamente, promovendo um diálogo horizontal que enriquece tanto a produção de conhecimento quanto o desenvolvimento comunitário.

Nesta vertente não assistencialista, a universidade muitas vezes não reconhece a contribuição significativa que a sociedade pode oferecer para enriquecer seu próprio conhecimento. Ela tende a se posicionar como a única detentora de um conhecimento válido e sistemático, obtido através de metodologias experimentais e acadêmicas rigorosas. Esse ponto de vista frequentemente desconsidera o conhecimento prático e contextual que as comunidades possuem, derivado de suas experiências cotidianas e da interação direta com os desafios sociais e ambientais que enfrentam diariamente.

A extensão universitária nas instituições públicas de ensino superior brasileiras tem passado por significativas transformações conceituais, especialmente a partir das diretrizes estabelecidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). O Fórum defende uma prática extensionista crítica, dialógica e voltada à transformação social, rompendo com a tradicional visão assistencialista que historicamente marcou muitas ações de extensão, caracterizadas por intervenções pontuais e unilaterais, nas quais a universidade se posicionava como agente doador de saberes e a comunidade como mera receptora passiva.

Essa crítica ao assistencialismo é central para a concepção contemporânea da extensão, que deve promover o diálogo de saberes e a construção coletiva de soluções em parceria com os sujeitos sociais envolvidos, respeitando os saberes populares e buscando a superação das desigualdades históricas. Assim, a universidade deixa de ser uma simples prestadora de serviços para atuar como agente ativo na produção de cidadania e no fortalecimento do tecido social, contribuindo para a transformação das realidades locais.

O Plano Nacional de Extensão Universitária (2012), documento referencial do FORPROEX, define a extensão como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e sociedade, integrando indissociavelmente ensino, pesquisa e extensão. Além disso, o Plano apresenta diretrizes fundamentais para orientar as ações extensionistas, tais como a interação dialógica, a interdisciplinaridade, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, o impacto na formação do estudante e o impacto e transformação social. O Plano enfatiza que a extensão deve ser entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma relação transformadora entre universidade e sociedade. Essa articulação é fundamental para que as atividades extensionistas sejam incorporadas aos projetos pedagógicos dos cursos, conforme previsto no Plano Nacional de Extensão Universitária 2011-2020 (PNEExt), que estabelece metas para a curricularização da extensão e sua avaliação institucional.

Complementarmente, a Resolução CNE/CES nº 7/2018 (Brasil, 2018) regulamenta a extensão na educação superior brasileira, reafirmando sua integração curricular e sua dimensão política e social. A Resolução destaca a extensão como atividade que articula permanentemente ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação cidadã dos estudantes, a produção de mudanças institucionais e sociais, e a interação dialógica com a sociedade, em consonância com as diretrizes pactuadas pelo FORPROEX.

Nesse contexto, o PIAC comunidade da Penha exemplifica a concretização desses princípios ao estabelecer vínculos permanentes e horizontais com a comunidade, pautados no protagonismo dos moradores e na valorização das experiências locais. O programa incorpora a escuta ativa, a corresponsabilidade e a interdisciplinaridade, fortalecendo a ideia de que o conhecimento se constrói em interação com os saberes cotidianos das comunidades, superando o paradigma assistencialista e assumindo uma postura crítica e transformadora, alinhada à Política Nacional de Extensão Universitária e à Resolução nº 7/2018 (Brasil, 2018).

As atividades de ensino, pesquisa e extensão são entendidas como complementares e interdependentes, refletindo nos projetos pedagógicos dos cursos e alinhadas com suas diretrizes (Gaspar, 2024). Conforme destacado por Fernandes (2021), a extensão universitária deve ser criteriosamente planejada para englobar tanto a perspectiva técnico-profissional quanto a formação política e cidadã dos

estudantes. Isso implica transmitir conhecimento acadêmico, mas também capacitar os alunos a entenderem e atuarem de maneira responsável e engajada nas questões sociais e comunitárias. Essa abordagem amplia o papel da universidade como agente de transformação social, reconhecendo e valorizando os saberes diversos presentes na sociedade e promovendo uma relação mais equitativa e colaborativa entre academia e comunidade.

Portanto, a crítica à visão assistencialista não se restringe apenas a uma questão de método ou abordagem, mas representa uma mudança paradigmática na forma como a universidade se relaciona com a sociedade. Ao adotar uma perspectiva não assistencialista, a extensão universitária, de acordo com Calderón e Borges (2013), se posiciona como um agente de transformação social que reconhece e valoriza a diversidade de saberes e práticas presentes nas comunidades, promovendo uma verdadeira democratização do conhecimento e contribuindo para a construção de sociedades mais inclusivas e igualitárias.

2.4 MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

A mobilização e participação comunitária são fundamentais para o desenvolvimento social e o fortalecimento das comunidades, sendo temas essenciais no contexto da extensão universitária e de programas como o PIAC na Penha. Este trabalho dissertativo explora os benefícios dessas práticas, destacando sua importância na promoção da cidadania ativa e na melhoria da qualidade de vida local.

A participação comunitária, como discutido por Aldana, Ganesh e Kinney (2019), não se limita à simples presença ou colaboração ocasional, mas envolve o engajamento ativo dos moradores na identificação, análise e solução de problemas que afetam suas vidas. No caso do PIAC, essa participação é essencial para garantir que as ações desenvolvidas atendam verdadeiramente às necessidades e expectativas da comunidade da Penha. Ao envolver os residentes no processo decisório, o programa transcende a promoção de uma maior transparência e legitimidade, pois capacita os indivíduos a serem agentes de mudança em suas próprias realidades.

Um dos principais benefícios da mobilização comunitária é a promoção de uma maior coesão social e solidariedade, conforme discutido por Mathie e Cunningham (2003). Por meio da colaboração e da construção de redes sociais mais fortes, os

moradores da Penha podem enfrentar desafios coletivos de forma mais eficaz e sustentável. Essa união fortalece o tecido social da comunidade e contribui para uma melhor qualidade de vida geral, reduzindo isolamento social e aumentando o senso de pertencimento e identidade local.

Outrossim, a mobilização e participação comunitária podem catalisar o desenvolvimento de lideranças locais e o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas dos moradores, como observado por Smith et al. (2018). O envolvimento ativo em atividades de planejamento e execução de projetos permite aos residentes da Penha desenvolver habilidades de resolução de problemas, gestão de recursos e negociação, essenciais para o empoderamento comunitário e para a sustentabilidade das iniciativas locais.

Por fim, a mobilização comunitária além de beneficiar os participantes diretos, contribui para uma governança mais democrática e inclusiva, conforme preconizado por Bobbio (2000). Ao promover a voz e a participação dos cidadãos nos processos decisórios, o PIAC na Penha não só fortalece a democracia participativa, mas também constrói uma base sólida para políticas públicas mais eficazes e adaptadas às necessidades locais.

Verifica-se, portanto, que os benefícios da mobilização e participação comunitária no contexto do PIAC são múltiplos e abrangentes. Desde o fortalecimento do capital social até o desenvolvimento de lideranças locais e a promoção de uma governança mais democrática, essas práticas enriquecem a experiência educacional dos participantes e contribuem significativamente para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da comunidade da Penha.

Por meio dos relatos dos mais diferentes atores envolvidos nas atividades do programa, foi possível reconhecer que, segundo o modelo de “escada de participação” de Sherry Arnstein (2002), o PIAC situa-se no nível Parceria (*Partnership*). Este nível é caracterizado pelo compartilhamento de poder entre todos os participantes e desenvolvimento de trabalho conjunto para ações e decisões.

No programa analisado, a comunidade participa de forma ativa nas discussões estratégicas sobre desenvolvimento econômico demonstrando elevado grau de cogestão em que as ações são discutidas e acordadas em conjunto. Este modelo pode ser evidenciado pelas seguintes falas:

Naquela oportunidade começamos a discutir qual era a proposta e criamos uma linha de ação para que eles pudessem 'catar' seus recursos e ampliar sua frota de produção [...] a estratégia que a gente fez era ver, discutir, com eles a possibilidade de que negociassem seu próprio pescado (Relato de integrante da coordenação do projeto, 2024).

Em meio ao desenvolvimento das atividades do PIAC são reconhecidos e respeitados os valores da cultura local e sua ancestralidade em integração com a produção de conhecimento técnico-científico promovendo o sentimento de pertencimento e integração entre os membros.

Foi um momento importante para a comunidade que começamos a participar de reuniões e discutir sobre nossos direitos. Tinha música, danças e outros eventos na associação. Isso ajudou muita gente a querer participar mais (Relator de morador da comunidade da Penha, 2024).

Além disto o empoderamento da comunidade a perseguir seus objetivos de melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento local é evidenciado pelo empenho do programa em promover capacitações para membros da comunidade. Apesar dos desafios enfrentados pela comunidade e PIAC, juntos, o programa transcende e promove relações de colaboração e compartilhamento de poder decisório buscando melhores soluções a questões emergentes.

3 O PIAC COMO LOCUS DA PESQUISA SOBRE EXTENSÃO

A extensão universitária tem se consolidado como um dos pilares fundamentais da educação superior, promovendo a interação entre universidade e sociedade por meio de ações voltadas ao desenvolvimento social. O Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC) surge como um espaço privilegiado para a realização de atividades extensionistas, permitindo não apenas a aplicação do conhecimento acadêmico em contextos comunitários, mas também a investigação sobre os impactos e metodologias da extensão. Dessa forma, o PIAC se configura como um *locus* de pesquisa sobre extensão universitária, possibilitando a análise crítica de suas práticas e contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas extensionistas.

A extensão universitária é definida como um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa de forma indissociável, promovendo uma relação transformadora entre universidade e sociedade (FORPROEX, 2012). No contexto do PIAC, essa articulação ocorre de maneira interdisciplinar, permitindo que diferentes áreas do conhecimento dialoguem e construam soluções conjuntas para desafios comunitários. Essa característica torna o programa um campo fértil para investigações que buscam compreender as dinâmicas de interação entre acadêmicos e comunidades, bem como os impactos gerados por essas ações.

A pesquisa sobre extensão universitária tem se expandido significativamente, com estudos que analisam a eficácia das ações desenvolvidas, as metodologias participativas utilizadas e os efeitos da interação dialógica entre universidade e comunidade (Moll, 2010; Santos; Streck, 2019). No âmbito do PIAC, essas investigações ganham ainda mais relevância, pois a interdisciplinaridade das atividades desenvolvidas possibilita uma abordagem ampla e multifacetada. Além disso, o programa permite a aplicação de metodologias ativas, como a pesquisa-ação e a pesquisa participante, nas quais os sujeitos envolvidos não são meros objetos de estudo, mas partícipes do processo investigativo (Thiollent, 2011).

Outro aspecto fundamental do PIAC como locus de pesquisa sobre extensão é sua capacidade de avaliar criticamente desafios e potencialidades das práticas extensionistas, contribuindo para o debate sobre institucionalização, financiamento e reconhecimento acadêmico-científico da área. Conforme apontam documentos do FORPROEX (2017; 2019), a extensão universitária enfrenta obstáculos estruturais,

como a fragilidade de mecanismos de avaliação institucional e a desproporção entre demanda social e recursos disponíveis.

O FORPROEX (2017; 2019) propõe indicadores qualitativos baseados na tríade dialógica (impacto social, produção de conhecimento e formação cidadã), superando modelos quantitativos reducionistas. Os documentos enfatizam a necessidade de articular avaliação extensionista com os processos gerais de avaliação universitária, integrando-a às dimensões de ensino e pesquisa, conforme previsto no Plano Nacional de Extensão Universitária 2011-2020 (PNExt) (Brasil, 2011). A Meta 6 do PNExt, por exemplo, estabelece como prioridade a “criação de sistemas de avaliação participativa que envolvam comunidade acadêmica e parceiros sociais”, diretriz que o PIAC incorpora ao adotar metodologias mistas de análise, combinando dados quantitativos (número de participantes, horas dedicadas) com narrativas coletivas de moradores da Penha.

A inserção da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação das instituições públicas de ensino superior (IPES) brasileiras é resultado de um processo histórico e normativo que envolve marcos legais como o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e, mais recentemente, a Resolução CNE/CES nº 7/2018. Esta última estabelece que, até dezembro de 2021, todas as IPES deveriam reformular seus projetos pedagógicos para garantir que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação seja cumprida em atividades de extensão, priorizando áreas de grande pertinência social (FORPROEX, 2019).

O relatório do FORPROEX (2019) apresenta os resultados de dois mapeamentos realizados em dezembro de 2018 e maio de 2019, que buscaram diagnosticar o estágio de implementação da extensão nos currículos das IPES. Em dezembro de 2018, a maioria das instituições (63%) ainda estava na fase de discussão do modelo de inserção da extensão, variando desde tratativas iniciais até a elaboração de minutas de resolução. Apenas uma instituição relatou ter concluído todo o processo, com resolução publicada e currículos ajustados e em execução. A vinculação das resoluções internas ao PNE 2014-2024 era predominante, com 17 das 18 IPES respondentes já referenciando o novo marco legal, o que reforça a obrigatoriedade da participação discente em projetos e programas de extensão. No mapeamento de maio de 2019, dos 141 respondentes, 68 IPES participaram,

representando 47,5% do total. Dentre essas, 62,7% ainda estavam em discussão sobre o modelo ou minuta de normativa interna para a curricularização da extensão. O relatório detalha as etapas desse processo, que incluem consultas públicas, debates em comissões e colegiados, redação de minutas e encaminhamento para votação em conselhos superiores. Apenas uma instituição declarou ter concluído todas as etapas, com 100% dos projetos pedagógicos reformulados e unidades curriculares de extensão já ofertadas.

O relatório supracitado (FORPROEX, 2019) também destaca a importância do compartilhamento de experiências e da construção coletiva de soluções para os desafios enfrentados pelas IPES, como a necessidade de um observatório nacional e de um banco de dados sobre resoluções e práticas extensionistas. A socialização dessas experiências é vista como fundamental para o avanço da curricularização da extensão e para a superação de dúvidas operacionais e conceituais. Ainda, o documento evidencia que a implementação efetiva da extensão nos currículos requer não apenas adequação normativa, mas também mudanças estruturais nos fluxos, sistemas e processos de gestão acadêmica, de modo a garantir que a participação dos estudantes em atividades extensionistas seja devidamente reconhecida e validada em seus históricos escolares. O processo, portanto, é dinâmico e demanda o envolvimento ativo de toda a comunidade acadêmica, reafirmando o papel estratégico da extensão na formação cidadã e na transformação social.

O relatório “Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)” representa um marco na sistematização e avaliação das práticas extensionistas nas instituições públicas de ensino superior brasileiras. Coordenado pelo FORPROEX, o estudo teve como objetivo central construir uma base de referência nacional de indicadores capazes de subsidiar tanto a avaliação quanto a gestão da extensão universitária. Para isso, foi criado um Grupo de Trabalho Interinstitucional composto por representantes de universidades federais e estaduais de diferentes regiões do país, que conduziu uma pesquisa abrangente entre novembro de 2015 e setembro de 2016. O processo metodológico adotou a técnica Delphi, permitindo a coleta e o refinamento de opiniões de gestores, docentes e técnicos extensionistas, a fim de garantir que os indicadores propostos refletissem a diversidade e a complexidade do cenário nacional (Maximiniano Júnior et al., 2017).

Um dos principais resultados do estudo foi a definição de um conjunto consensual de indicadores, agrupados em dimensões estratégicas para a avaliação

da extensão: impacto social, formação do estudante, produção de conhecimento, gestão e sustentabilidade das ações extensionistas. O relatório destaca que a construção desses indicadores não se restringiu a aspectos quantitativos, mas também valorizou critérios qualitativos, como relevância social, potencial de transformação e articulação com políticas públicas. A pesquisa evidenciou que a avaliação da extensão deve ser multidimensional, incorporando tanto o alcance das atividades junto à comunidade quanto a integração efetiva com o ensino e a pesquisa, em consonância com o princípio da indissociabilidade (Maximiniano Júnior et al., 2017).

Não menos importante, o documento ressalta a importância de que esses indicadores sirvam de referência para a formulação de políticas institucionais e para a construção de uma matriz orçamentária específica para a extensão universitária, reconhecendo seu papel estratégico na formação cidadã e no desenvolvimento social. O relatório enfatiza que a adoção de indicadores padronizados pode contribuir para o fortalecimento da institucionalização da extensão, promovendo maior visibilidade, reconhecimento acadêmico e sustentabilidade das ações extensionistas nas universidades públicas brasileiras (Maximiniano Júnior et al., 2017).

Nesta continuidade, a experiência extensionista no PIAC possibilita a formação crítica e cidadã dos estudantes, conforme preconizado pelas Diretrizes Nacionais para a Extensão Universitária (CNE, 2018). Pesquisas que analisam os impactos da extensão na formação discente demonstram que a vivência em projetos comunitários amplia a compreensão sobre a realidade social, fortalece o compromisso ético e desenvolve competências socioemocionais e profissionais essenciais para a atuação no mercado de trabalho e na sociedade (Paiva, 2021).

Dessa forma, o PIACA além de promover a extensão universitária, também se consolida como um espaço estratégico para a pesquisa sobre essa dimensão do ensino superior. Por meio da investigação sistemática das práticas extensionistas, é possível compreender seus desafios, potencialidades e impactos, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas de extensão e para a consolidação da universidade como agente de transformação social.

3.1 O PIAC E A PRÁTICA EXTENSIONISTA JUNTO À COMUNIDADE

Até o fim da década de 1980, as ações da PRAC junto às comunidades concentravam-se principalmente no incentivo e apoio a atividades culturais e esportivas, além de intervenções em casos de calamidade pública com ações específicas e pontuais. Com uma visão de universidade engajada socialmente, o então Pró-Reitor começou a debater sobre como a universidade poderia ajudar no desenvolvimento dos municípios paraibanos. Além de usar esses municípios como campos de estágio para estudantes de graduação, propôs-se à universidade a criação de programas que atendessem demandas específicas dessas localidades. Assim, em 1990, foi criada a Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC), ligada à PRAC, cujo objetivo era ir além das ações pontuais de projetos específicos, instituindo programas em que vários projetos atuassem conjuntamente, tornando as ações mais efetivas e duradouras.

A criação do PIAC, em julho de 1990, ocorreu em um momento emblemático da história brasileira: os primeiros anos da redemocratização pós-ditadura e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que ampliou os direitos sociais e reforçou o papel das universidades públicas na promoção da justiça social. Apesar da ascensão das políticas neoliberais no início dos anos 1990, a gestão universitária responsável pelo PIAC reafirmou a universidade como agente de transformação social e promotora de cidadania. O PIAC, ao conceder bolsas a estudantes de diferentes cursos para atuarem diretamente em comunidades periféricas, expressa um compromisso ideológico com a democratização do conhecimento, a valorização dos saberes populares e a construção de uma sociedade mais justa.

Essa orientação está em consonância com o pensamento de Paulo Freire (1992), que defende uma educação libertadora baseada no diálogo, na problematização da realidade e na práxis — a ação-reflexão. Para Freire, o educador deve mediar o encontro entre saberes acadêmicos e populares, promovendo uma aprendizagem mútua que rompe com a lógica bancária da transmissão do conhecimento.

Para mais, o PIAC se alinha às propostas de Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010), especialmente na defesa da universidade como bem público e no conceito de epistemologias do Sul, que valoriza os saberes produzidos por populações historicamente marginalizadas. A atuação interdisciplinar dos estudantes em territórios vulneráveis contribui para a construção de uma ecologia de saberes, superando a hierarquia entre conhecimento científico e saberes tradicionais.

Assim, o PIAC representa uma experiência concreta de reinvenção da universidade pública, em sintonia com a luta por justiça cognitiva e social.

O programa articula diversas áreas do conhecimento — como biologia, sociologia, educação, saúde e arte — e promove a integração entre teoria e prática em ações comunitárias que valorizam a cultura local e o protagonismo dos moradores (Falcão; Cunha, 2024). Sua metodologia participativa baseia-se no diálogo constante entre estudantes, técnicos e membros das comunidades atendidas, por meio de reuniões semanais na universidade e visitas às comunidades para identificar demandas e planejar ações conjuntas. Essa dinâmica fortalece a corresponsabilidade entre universidade e comunidade, promovendo desenvolvimento sustentável e cidadania. Atualmente, o PIAC atua em 15 municípios paraibanos, abrangendo 134 comunidades e desenvolvendo projetos nas áreas de saúde comunitária, educação popular, desenvolvimento rural e urbano, pesca artesanal, entre outras. O programa mantém parcerias com prefeituras municipais e organizações não governamentais, potencializando suas ações extensionistas. Os resultados indicam que o PIAC contribui decisivamente para a organização social das comunidades, a resolução de demandas produtivas e a efetivação de políticas públicas locais, reafirmando o papel transformador da extensão universitária como espaço de articulação entre saberes acadêmicos e populares (Falcão; Cunha, 2024).

Inicialmente, foram concedidas 16 bolsas a estudantes dos cursos de serviço social, nutrição, medicina, enfermagem, odontologia, administração, arquitetura e farmácia, na forma de estágios extracurriculares. Entre os bolsistas de nutrição, estava a pessoa que se tornaria o coordenador do PIAC, que também era técnico-administrativo na PRAC.

Duas comunidades de baixa renda e situação socioeconômica e educacional vulnerável em João Pessoa foram selecionadas para o desenvolvimento das atividades: Mussumago (atualmente bairro Monsenhor Magno) e a favela Bola na Rede, localizada no bairro dos Novaes. Inicialmente, os estudantes foram distribuídos entre essas duas localidades, mas, devido à dificuldade de mobilização dos moradores na segunda comunidade, o trabalho passou a se concentrar exclusivamente em Mussumago. Como não havia definição prévia das atividades a serem realizadas, o grupo adotou uma postura dialógica, buscando junto à comunidade identificar e discutir suas demandas reais, evitando a imposição de ações prontas. Para fundamentar essas reflexões, foram convidados professores que já

desenvolviam trabalhos comunitários, os quais contribuíram com referenciais teóricos, destacando-se a educação popular e a pesquisa-ação/pesquisa participante como metodologias orientadoras do processo.

As visitas passaram a focar na observação das condições de vida dos moradores, identificando problemas como falta de abastecimento de água e energia elétrica, dificuldades de acesso a serviços de saúde, educação e transporte. A partir do contato com líderes comunitários, começaram a realizar pequenas reuniões para discutir esses problemas, incentivando a participação comunitária na busca de soluções.

As atividades eram realizadas semanalmente, de forma bastante empírica, geralmente com uma tarde por semana na comunidade. As reuniões do grupo continuavam na universidade, voltadas ao planejamento e avaliação do trabalho, além do aprofundamento teórico das questões surgidas.

No final de 1990, a coordenadora do programa foi convidada a integrar a Fundação de Ação Comunitária (FAC), órgão estadual focado nas demandas das comunidades paraibanas. Isso trouxe uma nova perspectiva ao PIAC, abrindo a possibilidade de articular suas atividades com as da FAC.

3.2 ESTRUTURA, EIXOS CENTRAIS E INSERÇÃO DO PIAC NA COMUNIDADE

O Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC) é o programa de extensão mais antigo da UFPB, está vinculado a COPAC/PROEX/UFPB. Referência nacional na extensão e educação popular, através do Estágio de Vivência em Comunidade e do Estágio Nacional de Extensão em Comunidade, entre outras ações, se destaca por proporcionar para estudantes do Brasil e do mundo vivências dentro das comunidades, trazendo para o aluno a oportunidade de aprender pela experiência. Em 30 anos de trabalho o PIAC produziu diversas publicações e sua forma de atuação já replicada em outras universidades.

Esta iniciativa é um exemplo significativo de como a extensão universitária pode se desdobrar em ações concretas e engajadas com o desenvolvimento comunitário e com a promoção de cidadania. O PIAC ilustra um modelo de educação que transcende o ensino estritamente teórico, oferecendo aos alunos uma forma de aprendizado experiencial que reflete diretamente as demandas sociais das comunidades onde atuam.

O programa, que conta com uma equipe de oito bolsistas, um extensionista colaborador, dois coordenadores e uma assessoria técnica, abrange 15 municípios paraibanos, alcançando um total de 134 comunidades. Destacam-se como comunidades assistidas pelo projeto: João Pessoa, Conde, Bayeux, Santa Rita, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição, Cruz do Espírito Santo, Mari, Mulungu, Fagundes, Taperoá, Coremas. São desenvolvidos sete projetos: Pesca artesanal, Desenvolvimento rural, Desenvolvimento urbano, Crianças em situação de risco, Saúde e educação, Educação popular, Projeto cultural (MAMARTE). O programa conta ainda com os seguintes órgãos parceiros: PRAC (órgão executor), Prefeituras Municipais, Banco do Nordeste, FAC, COOPERAR, AGENTE.

Vários Projetos de pesquisa são desenvolvidos na perspectiva de revelar o verdadeiro papel da universidade, o qual não seria o de mero modelo tradicional, estritamente teórico, praticado nas salas de aula e que, muitas vezes, não condiz com a realidade, mas o de articulador e construtor de ações concretas e contextualizadas, nas quais o econômico, o social, o simbólico e o real se articulam, resultando assim na possibilidade do exercício da cidadania. É nessa perspectiva o PIAC tem como objetivo principal a discussão sobre a sociedade, sobretudo, a relação da universidade para com as suas demandas, resgatando assim a essência na Extensão, na busca de qualidade de vida e direitos à cidadania.

De caráter interdisciplinar, o Programa articula cinco áreas do conhecimento: Organizacional, Produtiva, Informação, Qualidade de Vida e Bio Cultura. Essa articulação permite compreender as comunidades de forma integrada, considerando seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais sob uma perspectiva holística, fundamentada na Teoria da Complexidade.

De forma participativa, são realizadas atividades teórico-práticas que utilizam como recursos metodológicos o estudo, a apresentação e a discussão de textos, vídeos, relatórios e trocas de experiências sobre a realidade e as principais demandas das comunidades. As diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão visam, além de promover as comunidades envolvidas, estimular o processo de ensino-aprendizagem dos alunos bolsistas extensionistas, tornando-o mais produtivo e abrangente.

A principal preocupação do programa não está em resultados imediatos, mas na promoção da comunidade, na melhoria da capacidade acadêmica dos alunos e no fortalecimento da conexão entre a universidade e a comunidade, ressaltando assim o

valor e importância da universidade para a sociedade como um todo. As ações desenvolvidas levam em conta a cultura local, o acesso à informação e aos meios de produção, considerando o homem enquanto produtor de riquezas, cujo exercício da cidadania é fruto da sua ação global, devidamente contextualizada no meio em que vive.

A metodologia participativa do programa, que inclui atividades teórico-práticas, promove uma interação constante entre universitários, técnicos, e membros das comunidades, com encontros semanais para avaliação e planejamento das ações, favorecendo uma constante retroalimentação entre teoria e prática. Essa metodologia permite que os alunos, em conjunto com as comunidades, identifiquem problemas e implementem ações que reflitam as reais necessidades locais, além de contribuir para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes.

O PIAC se organiza em torno de cinco eixos centrais — organização político-social, saúde comunitária, educação popular, desenvolvimento rural e desenvolvimento urbano — que abordam temas essenciais para o desenvolvimento comunitário e o exercício da cidadania.

O trabalho de organização político-social tem por finalidade preparar política e socialmente a comunidade, fornecendo o suporte organizativo necessário ao desenvolvimento das demais atividades. Deste modo, contando com o respaldo da cultura local, estas atividades desenvolvem-se respeitando as potencialidades de cada comunidade.

A saúde comunitária é introduzida de forma essencial para o desenvolvimento social e de melhor qualidade de vida nas comunidades atendidas. O eixo educação popular busca valorizar o saber da população promovendo empoderamento, consciência crítica e autonomia dos membros da comunidade. Os eixos centrais voltados para o desenvolvimento rural e urbano busca a promoção das condições e qualidade de vida, habitação, saúde, segurança e mobilidade.

Observa-se muitas dificuldades de articulação das comunidades com os vários setores produtivos da sociedade, face aos problemas enfrentados por elas, com relação ao desemprego, acesso à terra, educação, saúde, resgate da cidadania. Estes problemas configuram-se em grandes desafios da inclusão social.

Neste sentido, o PIAC vem contribuindo, de forma participativa, no apoio ao processo organizativo das comunidades trabalhadas, na resolução das demandas

produtivas, como também na efetivação das atividades de educação popular e saúde comunitária.

Este Programa tenta articular, de forma mais efetiva como um de seus objetivos, o ensino, a pesquisa e a extensão comunitária, ao mesmo tempo que busca ver as famílias que estão envolvidas no mesmo. Deste modo, permite estimular o processo de ensino-aprendizagem dos alunos bolsistas voluntários, tornando-o mais produtivo e abrangente.

Neste sentido, é fundamental a participação de uma equipe interdisciplinar, assegurando uma identificação realística dos problemas bem como de suas possíveis soluções, de modo a se traçar ações técnicas e socioeconomicamente viáveis. Para tanto, é imprescindível que várias áreas do conhecimento: biologia, psicologia, sociologia, arte, educação, comunicação, contabilidade, enfermagem, medicina, odontologia, fisioterapia, nutrição e educação física, estejam presentes no Projeto, garantindo o sentido da interdisciplinaridade, na perspectiva de integrá-las através das atividades de extensão, articulando teoria e prática.

A abordagem metodológica deste Programa foi construída, gradualmente, a partir das dificuldades enfrentadas pelos técnicos, estudantes e comunitários na busca de uma ação extensionista capaz de, efetivamente, promover desenvolvimento comunitário. Portanto, fundamenta-se numa metodologia participativa e interativa onde o conhecimento da realidade e propostas de intervenção são realizadas e avaliadas de forma conjunta, retroalimentando a ação extensionista. (Met-Moci 2002, Falcão & Andrade)

A referida ação envolve atividades teórico-práticas, as quais têm por finalidade preparar a equipe do Programa para o bom desenvolvimento dos projetos. A preparação teórica é realizada através de reuniões semanais (geralmente nas sextas-feiras), na universidade, onde os estudantes de vários cursos e técnicos da coordenação de programas de Ação Comunitária (COPAC) encontram-se para discutir a interdisciplinaridade, a formação acadêmica e as relações da Universidade com a sociedade e o Estado.

Nestas reuniões, além da preparação teórica, o grupo discute e avalia as atividades desenvolvidas nas comunidades onde a ação extensionista está sendo desenvolvida. Os recursos metodológicos utilizados são estudo, apresentação e discussão de textos, vídeos e relatórios, troca de experiências sobre a realidade e as principais demandas das comunidades a serem trabalhadas.

As atividades desenvolvidas na comunidade ocorrem através de reuniões com seus membros e suas lideranças, nas quais estas, de forma participativa, colocam suas problemáticas em discussão. Estas visitas às comunidades permitem o levantamento das demandas e o planejamento das ações a serem desenvolvidas, a partir das quais os estudantes juntamente com os coordenadores estruturam as equipes que irão atuar em cada comunidade.

Em seguida, as experiências são trazidas para o grupo das sextas-feiras e analisadas por todos os envolvidos no Programa e desenvolvidas na comunidade em forma de ação concreta, buscando as parcerias internas nos vários departamentos da UFPB e as parcerias externas nos vários órgãos governamentais e não governamentais (Relatório 2002, PRAC/COPAC/PIAC).

O Desenvolvimento Comunitário exige intervenção de ações integradas, as quais levam em conta a multiplicidade de variáveis que interferem neste desenvolvimento. Para que este ocorra de forma harmônica e integrada, faz-se necessário a integração das várias áreas do conhecimento. Além disso, é preciso que haja participação efetiva dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas, sociais e financeiras, de modo a garantir um desenvolvimento autossustentável. Deste modo, urge que esse programa desenvolva projetos na área de saúde, educação, arte, agricultura, pesca artesanal, geração de emprego e renda e movimentos sociais. Durante todo o processo de desenvolvimento do Programa houve busca de estratégias para a melhoria da capacidade acadêmica do aluno e a aproximação cada vez maior da universidade com a comunidade.

Além de toda essa preocupação com a questão acadêmica, houve também a preocupação em assessorar tecnicamente as comunidades para a melhoria de sua qualidade de vida, a partir do processo organizativo e informativo. Outra preocupação tirada em discussões em grupo seria a monitoria dos resultados positivos e negativos nas comunidades, como também, a constante promoção de ciclos de debates com trocas de experiências entre bolsistas e entre esses e as comunidades. Em resumo, houve a realização de um trabalho de desenvolvimento sociopolítico, econômico e cultural, através do apoio à organização comunitária, promovendo a discussão de seus problemas e a busca de soluções, capazes de melhorar a qualidade de vida e o exercício da cidadania.

Ademais, o programa enfatiza a importância de uma relação de reciprocidade entre a universidade e a sociedade, o que revela a essência da extensão universitária

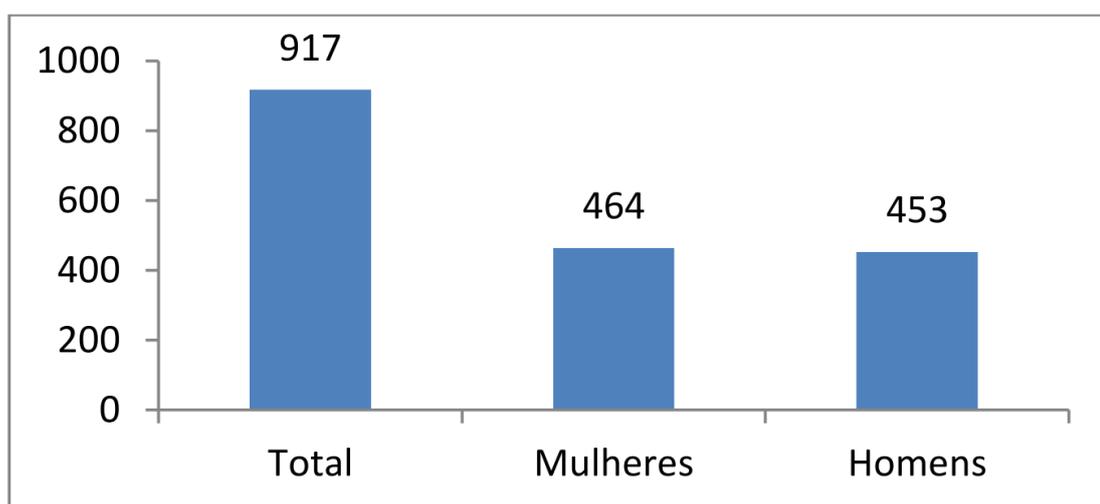
como promotora de desenvolvimento humano e social. A constante troca de saberes, aliada ao suporte técnico e ao incentivo à organização comunitária, contribui para que as comunidades se tornem mais autossuficientes e conscientes de seu papel como agentes de transformação. Por meio da integração de ensino, pesquisa e extensão, o PIAC consegue equilibrar a formação acadêmica dos alunos com o compromisso social da universidade, transformando essa relação em um ciclo de aprendizado e crescimento para ambas as partes. Ao final, o PIAC não só reafirma o papel transformador da universidade como também inspira outras instituições a adotar modelos semelhantes, tornando-se um referencial de educação popular e cidadania ativa no Brasil (Falcão, 2014).

3.3 A COMUNIDADE DA PENHA E A AÇÃO DO PIAC

O Bairro da Penha está localizado no município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. Fica ao Sul do ponto mais oriental das Américas, a Ponta do Seixas. Está a 14 km do centro da cidade de João Pessoa (7°09'56.75``S e 34°47'52.60``O.). Faz limite ao Norte com o Bairro Ponta do Seixas e com o Parque Natural Municipal Cabo Branco. Ao Oeste se limita com condomínios fechados de alto padrão e com zona de amenização ambiental, onde o tipo de investimento permitido é de condomínios ecológicos, que neste caso, significa também condomínios de alto padrão. Ao Sul se limita com zona turística e de eventos, onde já foi construído centro de convenções. Ao Leste faz limite com o Oceano Atlântico. A Penha está localizada na área de expansão urbana municipal. Como se pode perceber no parágrafo anterior, o bairro da Penha é um enclave de baixo poder aquisitivo rodeado por construções de padrão médio alto e de alto padrão. A comunidade tradicional de pescadores artesanais da Penha está cercada por uma urbanização de médio e alto padrão. O bairro da Penha está dividido em 04 partes. Penha de Baixo, em terraço costeiro. Penha de Cima, Vila dos Pescadores e Loteamento Nossa Senhora da Penha, localizados nos Baixos Planaltos Costeiros. As ocupações atuais sobre os Baixos Planaltos Costeiros, referentes à Penha de Cima e Vila dos Pescadores, datam de meados da década de 1950. Os pescadores dizem que na Penha de Baixo, os seus avós falavam que seus avós já haviam nascido ali, o que remonta à época que o Brasil era colônia de Portugal. O Loteamento Nossa Senhora da Penha é recente. Data da década de 1980. A população do bairro da

Penha é de 917 pessoas (figura 2), havendo 11 mulheres a mais do que homens, segundo os dados do Sistema de Atenção Básica do Ministério da Saúde, que é atualizado a cada mês, pelos Agentes de Saúde, que alimentam o Sistema de Atenção Básica. Deste total, 95 pessoas no bairro ainda trabalham com a pesca artesanal de forma direta ou indireta. São pescadores, vendedores de peixes, artesãs, marisqueiras e pessoas que consertam redes ou barcos. O nível de escolaridade é baixo, onde mais da metade dos envolvidos com a atividade pesqueira possuem, no máximo, 09 anos de estudos, que corresponde ao ensino fundamental completo. (Revista Formação, 2015, p. 193-220).

Figura 1 – Total de habitantes do bairro da Penha



Fonte: Sistema de Atenção Básica do Ministério da Saúde (2024).

Como demonstrado até então, a relevância do programa na comunidade da Penha impacta positivamente profissional e pessoalmente aos que dela participam direta e indiretamente. Além dos impactos subjetivos relatados anteriormente, impactos econômicos são citados na fala da coordenação do programa.

Era necessário construir uma comissão e aí a gente vê a possibilidade de montar algum projeto estratégico [...] eles conseguiram juntar o barco inicial [...] e ter uma produção e fazer uma estratégia de vendas [...] que na primeira quinzena que eles resolveram vender o pescado deles direto ao público, eles tiveram um lucro que deu para eles comprarem todos os apetrechos que eles necessitavam (Coordenação do projeto, informação verbal, 2024).

A iniciativa conjunta entre o programa e moradores da comunidade, fizeram que em uma mudança de modelo de vendas, passando a vender o pescado diretamente ao consumidor, obtiveram êxito em aumentar a rentabilidade dos pescadores possibilitando reinvestimento e desenvolvimento de um comércio local beneficiando toda a localidade.

Ações do programa também foram essenciais nas lutas para o reconhecimento da área pela comunidade como comunidade tradicional ribeirinha. A coordenação do programa relatou que no início dos trabalhos foram necessários organização de lideranças, reuniões de discussão, acionamento da linha de pesquisa de antropologia da universidade para levantamento de dados para impedir a execução da ação de despejo que havia para a área de abrangência da comunidade. O Impacto positivo da luta e resistência da comunidade com apoio da universidade pelo direito à moradia é comemorado no seguinte trecho:

O início da grande batalha que hoje a gente tem nessa comunidade, como comunidade tradicional ribeirinha e como referência de resistência, para dizer que a única praia em João Pessoa que tem pobre morando na beira da praia (Coordenação do projeto, informação verbal, 2024).

Após a regularização e legalização das terras à comunidade da Penha, a liderança afirma que o manejo e liberdade da estrutura e infraestrutura melhoraram significativamente e são essenciais para a promoção do desenvolvimento local.

Assinamos as documentações? É sim, essa é uma grande melhoria que junto ao PIAC, com a ajuda a gente agora vai receber a titularização e vai poder melhorar nossos comércios, porque antigamente era um aperreio, ninguém podia tirar um tijolo daqui e botar ali que dava polícia, chamavam logo. Agora com a gente documentado é outra história, né (Coordenação do projeto, informação verbal, 2024).

Relato da bolsista segue o mesmo sentido de que um dos principais feitos e impactos do programa na comunidade foi a regularização do território e levanta ainda a problemática da crescente especulação imobiliária e que a região lindeira à comunidade é visada por este tipo de movimentação econômica.

O projeto conseguiu a instituição da comunidade da Penha como uma Comunidade Tradicional Ribeirinha, e se isso não tivesse sido feito, eles já

teriam sido tirados dali. Até porque a especulação imobiliária crescente naquela área com os Resorts sendo construídos ali vizinho à comunidade [...] (Bolsista do projeto, informação verbal, 2024).

No mesmo informe, a bolsista afirma que o projeto presta amparo à comunidade nos mais diversos assuntos e percebe que acreditam na equipe do projeto para compartilhar qualquer tipo de demanda. Este tipo de suporte oportuniza a troca de saberes entre a comunidade e a universidade rompendo barreiras e viabilizando que alunos dos mais diferentes cursos e áreas do conhecimento experienciem realidades antes desconhecidas e que o campo teórico não pode proporcionar.

[...] é bem importante que tenham esses projetos da Universidade tanto para os alunos de graduação como para as pessoas da comunidade para que a gente possa [...] ter um pensamento fora dessa caixa. Facilitadora do PIAC (Bolsista do projeto, informação verbal, 2024).

Os impactos apontados transcendem barreiras da assistência social alcançando resultados profundos e duradouros na dimensão econômica fomentando o comércio local e mostrando-se importante catalizador do desenvolvimento sustentável. Avanços na luta pela regularização fundiária e apoio estratégico também são citadas proporcionando maior liberdade no gerenciamento da infraestrutura local.

Por fim, o PIAC repercute na formação acadêmica e pessoal sendo um ambiente transformador tanto para os acadêmicos quanto para os moradores locais indo além dos conhecimentos teóricos amplificando o senso de cidadania e compromisso social.

Em 2024, a comunidade da Penha alcançou um marco histórico com a regularização fundiária de 37 famílias pela SPU-PB, fruto de uma parceria entre governo federal, estadual e municipal. Esse avanço, previsto desde 1993, materializa-se como uma conquista jurídica, mas também como um exemplo prático da eficácia da mobilização comunitária apoiada por programas como o PIAC, que atuaram como catalisadores do diálogo entre moradores e instituições públicas (Almeida, 2024).

3.4 DESAFIOS DA AÇÃO EXTENSIONISTA NA COMUNIDADE DA PENHA

Ao longo dos anos de implementação e desenvolvimento do PIAC, diversos foram os desafios para promoção do crescimento do programa. Inicialmente foram relatadas dificuldades quanto a desorganização interna da comunidade e dificuldade de diálogo com lideranças emergentes.

Eu cheguei lá na comunidade da Praia da Penha, lá embaixo, com total desorganização, não tinha associação, não tinha nada, existia uma manipulação de lideranças falsas, com falsas informações, ações de despejo para a comunidade e o programa se instala identificando algumas lideranças da comunidade antiga [...] (Coordenação do projeto, informação verbal, 2024).

Lidar e compreender as relações internas dentro da comunidade junto as especulações imobiliárias então emergentes e opiniões de diferentes grupos também foram relatadas como dificuldade no início das atividades do programa. A falta de conhecimento e referências técnico-científicas também foram barreiras no início das atividades como demonstra o seguinte trecho da fala:

Outra grande dificuldade é a falta de conhecimento, a falta de aparato Técnico-Científico, a lei também que dê amparo, tanto a condição de moradia, quanto a condição ambiental, também com a especulação imobiliária, também com a expulsão natural quando chega um grande complexo hoteleiro como está, o perigo de fazer a compra indevida daqueles imóveis e tirando os pobres da sua região, da sua historicidade, da sua ancestralidade e nós estamos nessa preocupação para que o programa possa auxiliar a comunidade (Coordenação do projeto, informação verbal, 2024).

Por meio dos relatos de uma facilitadora é possível observar que a falta de apoio institucional e financeiro adequados às ações desenvolvidas pelo programa acontecem desde o período em que prestava apoio ao projeto enquanto graduanda. Tal relato demonstra que tais dificuldades ainda são enfrentadas até os dias atuais enquanto já facilitadora.

Na minha época bem precário, é como eu venho dizendo assim, não tinha conhecimento deste investimento do programa, é para não dizer que não havia nenhum eu tinha conhecimento assim da minha bolsa que vinha pelo programa. [...] eu senti essa necessidade de mais organização, mais apoio, da própria pró-reitoria conosco os facilitadores, não havia essa troca, eu me sentia assim como num setor à parte e isso dificultava um pouco (Facilitadora do projeto, informação verbal, 2024).

Já segundo relatos de uma bolsista do programa, são relatadas dificuldades mais subjetivas quanto ao desempenhar das atividades na comunidade, sob a perspectiva de enfrentar preconceitos e se dispor a novas experiências:

Enfrentar meus próprios preconceitos, pois no começo eu não conhecia, mas me coloquei aberta às novas experiências e observando todos os aspectos e entendendo que a comunidade não é um bicho de sete cabeças (Bolsista do projeto, informação verbal, 2024).

Dificuldades de ordem subjetivas também são relatados por uma liderança, mas na perspectiva de que alguns participantes das ações do programa não conseguem se adaptar plenamente à realidade local: “Às vezes tem um povo que vem que meio assim [entonação prolongada] ou não são todos uns anjinhos” (Liderança do projeto, informação verbal, 2024).

Tais desafios relatados demonstram a complexidade inerente a atuação em comunidades com contextos sociais, culturais e econômicos heterogêneos. Inicialmente, a desorganização e lideranças pouco representativas demandaram esforços dos participantes do programa para fomentar o diálogo e coesão em relação aos objetivos. Apesar da dificuldade, esta abordagem inicial cuidadosa e gradativa construiu o alicerce necessário para futuras ações.

Por fim, dificuldades institucionais e financeiras são recorrentemente impedimentos para alcance de resultados ainda mais significativos já que mesmo sob adversidades facilitadores e graduandos desempenham atividades e garantem a continuidade dos trabalhos. Relevante citar a necessidade de enfrentar preconceitos e desconstruir estigmas são fundamentais para proporcionar melhores experiências tanto para visitantes como para os membros da comunidade já que nem todos os envolvidos conseguem adaptar-se plenamente à dinâmica comunitária evidenciando ainda mais a complexidade da realização de atividades de extensão.

4 RESULTADOS

4.1 UM OLHAR SOBRE O PIAC

O Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC) foi criado em julho de 1990, vinculado à Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC) e à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Desde então, tem realizado diversas atividades em várias comunidades do estado.

Para entender o PIAC, é essencial reconstruir a trajetória histórica do programa, contextualizando os diferentes momentos e os desdobramentos de suas ações. Segundo Wladimir (2005), o foco do PIAC sempre foi a organização comunitária para melhorar as condições de vida dos moradores, formar profissionais críticos e colaborar com outras iniciativas de extensão na UFPB e em outras universidades.

Devido à escassez de materiais sistematizados sobre sua história, é necessário recorrer às memórias daqueles que participaram do programa ao longo dos anos. A narrativa é conduzida principalmente pela pessoa que coordenou o PIAC desde sua criação, sendo seu principal articulador e protagonista dos processos desenvolvidos.

Estudantes, Pró-Reitores e membros das comunidades que se envolveram com as atividades do PIAC contribuirão para essa reconstrução histórica por meio de depoimentos livres. Esses depoimentos serão fundamentais para captar os elementos necessários para a sistematização apresentada. Poucos professores contribuíram de forma consistente com o programa, limitando-se a participações pontuais, como facilitação de espaços ou discussão de temas. Houve, entretanto, dois momentos significativos em que a participação dos professores foi mais intensa, focados na realização de uma pesquisa e na sistematização da metodologia de trabalho do PIAC.

Com o objetivo de realizar ações em comunidades, articulando diversas áreas do conhecimento, em suas intervenções, o programa leva em conta a cultura local, o acesso à informação e os meios de produção, considerando o homem enquanto produtor de riquezas, cujo exercício da cidadania é fruto da sua ação global, devidamente contextualizado no meio em que vive.

Com essa perspectiva, iniciou suas atividades, atingindo primeiramente a comunidade Monsenhor Magno, com acompanhamentos na área social, cultural, educacional, produtiva e de Saúde. Estas ações tiveram a participação de dezesseis bolsistas dos cursos de Serviço Social, Pedagogia, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Medicina, Enfermagem e Nutrição.

Devido ao êxito da experiência do PIAC na comunidade Monsenhor Magno, em 1991, suas ações se estenderam para as comunidades da Praia da Penha e da Reserva Indígena da Baía da Traição.

No ano (1992), o PIAC inicia atividades no município de Cruz do Espírito Santo, na perspectiva de discutir a reforma agrária naquele município. Durante os três anos seguintes, o programa fortaleceu a proposta de estágios de vivência em comunidades e consolidou a ideia da reforma agrária, culminando na desapropriação de 6000 hectares, constituindo-se no maior programa de reforma agrária da Paraíba, coordenado pelo MST e pela CPT¹.

Nos anos seguintes, o programa ampliou-se para as demais regiões do Estado da Paraíba, exceto o Curimataú. Atualmente, o PIAC desenvolve suas ações junto ao Programa Fome Zero, do Governo Federal, e ao projeto CONSAD² – Litoral Norte, envolvendo os municípios de Mamanguape, Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição, Lucena, Mataraca, Jacaraú, Pedro Régis, Araçagi, Curau de Cima, Itapororoca, Capim e Cuité de Mamanguape. Acontecem ações do programa também nos municípios de Taperoá, Itaporanga e Bonito de Santa Fé, além de Gloria de Goitá, no Estado de Pernambuco.

Diante de tantas possibilidades que o PIAC ajudou a construir no campo da extensão universitária, e, no campo da pesquisa, servindo de espaços investigativos de alguns trabalhos de pós-graduação da UFPB, efetivou-se também, como espaço de estágio com caráter permanente.

Transformando-se em um lugar de acolhimentos de muitas experiências evidenciadas nos estágios de vivências em comunidades, promovido por sua coordenação, com dimensões nacionais, ocorrendo a cada período de férias acadêmicas, tantos para estudantes das universidades paraibanas, como para estudantes de outras universidades brasileiras e até de outros países.

No que tange ao jeito de fazer, desenvolvido no decorrer da experiência do PIAC, cabe ressaltar alguns aspectos metodológicos e procedimentos que caracterizam esta experiência. Para que essas ações possam ser efetivadas na perspectiva da participação, da organização e mobilização, é necessário que se construa um procedimento, a partir do entendimento dos limites, disponibilidade de

¹ Comissão Pastoral da Terra, Movimento criado pela Igreja Católica no ano de 1979 no Brasil.

² Consócio de municípios instalados no Brasil com o intuito de promover o desenvolvimento de uma microrregião.

tempo, vontade para o engajamento, observação do tempo das pessoas e das instituições locais, que se respeitem os princípios organizativos locais e a autonomia das pessoas. Mas, principalmente, que ocorra sempre o respeito pela cultura local.

Procurar respeitar os traços culturais do território, ou comunidade assistida, é buscar conhecer os elementos culturais nas reuniões de articulação, iniciando pela própria vivência no território, para poder contribuir nos espaços de problematização, depois, nos diagnósticos e reuniões técnicas de reflexão e capacidade de resolutividades, sob a ótica dos agentes interno, com o apoio dos agentes externos.

Em seguida, são levantadas as aspirações da comunidade, os temas recorrentes de preocupações, eventuais objetivos de projetos de ação individual e coletiva.

Uma vez acertado a discussão e hierarquização dos problemas prioritários, a partir das decisões coletivas, posso me debruçar sobre a temática escolhida e iniciar a mobilização dos trabalhadores em torno do tema, para ajudar no empoderamento desses sobre o tema, para que nesta visão sistêmica, as decisões sejam sempre apontadas pelos agentes internos, ou seja, os trabalhadores.

Conhecido o objeto da ação, passo a identificar os elementos locais e externos, que procederá com a etapa de elaboração de projeto, nela, o passo inicial, diz respeito ao planejamento, para em seguida, construir espaços de mobilização, participação, organização, e capacitação dentro de um processo educativo.

Isso implica em interagir com várias dimensões, como: capacitação técnica, formação política e qualificação profissional em vários níveis a luz da educação, que fortalece as propostas de extensão, aproximando o máximo que se pode das linhas teóricas dos procedimentos práticos.

Como possíveis resultados dessas ações, desenvolvidas pelos agentes internos e externos, pode-se apontar os projetos, programas e convênios executados ou firmados com os entes federativos, que são demandadas pelo território ou comunidade, apoiando as representações do território no encaminhamento dessas demandas.

Essa trajetória de crescimento do programa só foi possível porque o PIAC buscou junto à comunidade universitária, e em outras instancias de conhecimentos, a construção de forma coletiva, de uma proposta pedagógica, que pudesse contribuir com o crescimento das pessoas e instituições, dentro de uma proposta de extensão com caráter popular, fundamentada com base nos pensamentos de tantos teóricos,

filósofos, antropólogos, pensadores, pedagogos, mas sem perder de vista as trocas de experiências que foram promovidas no âmbito da UFPB, através dos professores extensionistas que contribuíram com suas críticas, como também, com as muitas experiências vivenciadas com as comunidades (Relatório 2002, PRAC/COPAC/PIAC).

Como ilustração de outro cenário, chamo a atenção para o “Programa de Combate à Fome e a Miséria e pela Vida”, encampado pelo sociólogo Betinho, iniciado no ano de 1994 com um cunho totalmente assistencialista. Mas, com o engajamento das IES brasileiras, através de seus programas de extensão, pode-se verificar uma importante contribuição que gerou uma grande mobilização da sociedade brasileira.

Como resultado dessa ação, que foi abraçada por vários segmentos da sociedade civil organizada, pelo estado, e por várias empresas nacionais e transnacionais que atuam no Brasil, terminando por se tornar uma política pública de combate à fome e a miséria.

Gerando a criação de vários programas em nível federal, dentre estes, destaco o Programa Comunidade Solidária, Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, Programa Universidade Solidária, culminando com a criação do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social.

Convém salientar que essa proposta, hoje, garante a geração de emprego e renda para um grande contingente de trabalhadores da agricultura familiar, que são beneficiários do Programa de aquisição de Alimentos – PAA, do Ministério do Desenvolvimento Social- MDS e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do Ministério da Educação.

Essa iniciativa trouxe à tona outras grandes discussões votadas para as questões produtivas, questões agrárias, de educação e saúde, temas sobre cidadania e controle social, a luz da sociedade civil organizada. Sem precisar me ater a outras iniciativas de extensão desenvolvidas por outras vias, que não fosse essas aqui apresentadas.

Comparando os modelos de extensão que convivi na década de 1980 numa linha mais assistencialista, com essas novas possibilidades a exemplo da campanha do Betinho, coloco-me na posição de protagonista no sentido de aproximar a UFPB através do PIAC/COPAC/PRAC na metade da década de 1990, de algumas iniciativas de extensão que eu já desenvolvia no Vale do Mamanguape.

Assim, o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, junto com a Coordenação de Programas de Ação Comunitária (COPAC), participou mais

efetivamente das ações de combate à fome. Esse foi um ato importante para que se pudesse pensar numa proposta de extensão para além da via de mão dupla.

A experiência da atuação do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária passou a articular instituições de governos em todos os níveis, mobilizar organizações da sociedade civil, que discutem ou estão envolvidas com os temas voltados para combater a fome, direitos humanos, cidadania e segurança alimentar.

Diante do exposto, essas categorizações mobilização e participação, dimensões escolhidas, para servir de elementos balizadores da análise dos dados, e poder averiguar, a partir dos relatos dos entrevistados, se realmente, a extensão universitária, ante essas categorias, se presta para construir caminhos que contribuam para o bem-estar da comunidade.

A integração entre teoria e prática é um aspecto fundamental da extensão universitária, exemplificado de forma vívida pelo Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC) na Comunidade da Penha. Este programa exemplifica como as universidades podem desempenhar um papel transformador ao aplicar os conhecimentos para resolver problemas reais e promover o desenvolvimento comunitário.

O PIAC na Penha surge como resposta às necessidades específicas de uma comunidade marcada por desafios socioeconômicos e estruturais significativos. Segundo Falcão e Andrade (2002), a comunidade enfrenta carências severas em áreas como educação, saúde e infraestrutura urbana, refletindo desigualdades profundas que perpetuam o ciclo de pobreza e exclusão social. Nesse contexto, o PIAC para além de oferecer suporte direto às demandas locais, capacita os estudantes universitários a aplicarem seus conhecimentos de forma prática e relevante.

Conforme discutido por Freire (1997), essa abordagem educativa estimula a reflexão crítica e o engajamento ativo dos estudantes, permitindo-lhes compreender a complexidade dos problemas sociais e desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis. Ademais, o PIAC oferece a troca de saberes entre a academia e a comunidade, promovendo um diálogo interdisciplinar que enriquece tanto os estudantes quanto os moradores locais.

A participação dos alunos em projetos reais, como descrito por Mathie e Cunningham (2003), não só fortalece suas habilidades práticas, mas também os sensibiliza para as realidades enfrentadas pela população local. Essa imersão prática

complementa o ensino teórico, bem como prepara os estudantes para se tornarem agentes de mudança social conscientes e responsáveis.

O PIAC na Penha ilustra como a integração entre teoria e prática na extensão universitária além de enriquecer o aprendizado dos estudantes, promove um impacto positivo e duradouro nas comunidades atendidas. Ao conectar a academia com as necessidades reais do contexto local, o programa capacita os futuros profissionais, bem como fortalece os laços entre a universidade e a sociedade, contribuindo para um desenvolvimento comunitário mais inclusivo e sustentável.

Durante a realização da pesquisa foram realizadas cinco entrevistas. Dentre os entrevistados houve um(a) coordenador(a) de projeto, um(a) facilitador(a), um(a) líder comunitário(a), um(a) bolsista do projeto e um membro da comunidade. Foram totalizados pouco mais de trinta mil caracteres em transcrição dos áudios das entrevistas.

Após a realização da transcrição e análise das entrevistas, foi possível caracterizar as falas dos entrevistados em cinco categorias de assunto. Foram estas: Primeiro contato, papel e envolvimento dentro do PIAC; Benefícios e impactos das ações do programa comunitário; Dificuldades e desafios do PIAC; Sustentabilidade, futuro e sugestões para o fortalecimento do PIAC.

No Primeiro contato, papel e envolvimento dentro do PIAC um dos responsáveis pelo programa relata em sua entrevista como foi o processo de conhecimento da atual área de atuação do PIAC na comunidade da Penha. Tal processo se deu em meados dos anos 1991 como consequência alcance de resultados realizados em outra comunidade em que foram se espalhando até a comunidade da Penha.

[...] e dado ao trabalho que foi feito neste ano de 1990 o resultado destes foram se espalhando e a comunidade da Praia da Penha naquela oportunidade [...] a coordenadora da COPAC, sugeriu que o nosso programa fosse até lá, para discutir com os pescadores uma proposta para que se fosse reestruturado a pesca no ramo da pesca artesanal [...] (Coordenação do projeto, informação verbal, 2024).

Além deste primeiro contato com a comunidade foi demonstrado que desde o início foi levado em consideração as particularidades, demandas e necessidades dos moradores locais para início a tomada de ações como se visualiza no seguinte trecho:

Naquela oportunidade começamos a discutir qual era a proposta e criamos uma linha de ação para que eles pudessem 'catar' seus recursos e ampliar sua frota de produção, porque naquela oportunidade só tinha um barco e duas jangadas e eles entregavam tudo ao atravessador e a estratégia que a gente fez era ver, discutir, com eles a possibilidade de que negociassem seu próprio pescado (Coordenação do projeto, informação verbal, 2024).

Segundo relato de uma das facilitadoras, seu primeiro contato com as atividades do PIAC na comunidade da penha se deu ainda na graduação como bolsista, onde desenvolveu atividades por quatro anos. Em sua vivência destaca-se que o papel por ela desenvolvido foi muito além de temas relacionados ao seu curso de graduação.

Foi uma experiência maravilhosa da qual eu posso trazer assim que houveram trocas de experiência de conhecimento, foi uma oportunidade assim de ampliar minha visão como humana. [...] me deparei com um cenário totalmente desafiador, porque eles necessitavam um tanto de mim que ia além de só a engenharia ambiental ou qualquer conhecimento que eu tivesse na área ambiental, né para ajudá-los e foi assim, um choque de realidade, mas que foi também muito valoroso para minha carreira, formação e até como pessoa (Facilitadora do projeto, informação verbal, 2024).

O envolvimento de uma bolsista do programa levanta sentimentos de carinho e respeito pela comunidade que refere ter visitado e vivenciado somente após o ingresso no programa. Além disto, o desenvolvimento de atividades na Penha é referido como um importante marco na vida pessoal e profissional da bolsista além de expandir seu olhar de cidadania.

Em relação a minha vida acadêmica antes da extensão e agora eu tive um amadurecimento muito grande, e adquiri uma certa autonomia a partir de contato com a comunidade e com o programa. [...] o programa é...ele trouxe um amor pela comunidade, um carinho imenso pela comunidade da Penha [...] eu tive a oportunidade de chegar e conhecer, de presenciar, de estar com as pessoas da comunidade. [...] E respeito pelas vivências deles (Bolsista do projeto, informação verbal, 2024).

Quanto aos relatos da liderança sobre seu envolvimento dentro do PIAC, foi referido seu importante papel de mediação e acolhimento entre os participantes do programa enquanto acadêmicos e as pessoas que vivem na comunidade. Este relato destacou a relevância da troca de saberes e da exposição da realidade do dia a dia da comunidade local.

O meu papel, eu ajudo a acolher as pessoas que vêm de fora. Quando as pessoas vêm de fora a gente mostra a comunidade para eles. [...] esse pessoal passa 15 dias aqui na comunidade e a gente fica dando assistência a eles, mostrando a vivência aqui da comunidade e como é no dia a dia (Liderança do projeto, informação verbal, 2024).

As atividades de acolhimento também são descritas pelo membro da comunidade. Em seu relato, expõe que a motivação inicial para participação das atividades do que no futuro se tornaria o programa foram necessidades enfrentadas pela comunidade em que o projeto e o engajamento social por ele proporcionado foram essenciais para alcance de conquistas para a comunidade.

O primeiro contato da comunidade aqui com [nome citado] foi a luta da terra. Pra poder a gente tá junto, tá por aqui, há 38 anos, há 40 anos, por aí. [...] Participar, a motivação foi porque a gente tava precisando muito e ele ajudou muito (Membro da comunidade, informação verbal, 2024).

A quantidade de pessoas acolhidas para participar da vivência na comunidade é incontável, estudantes da Paraíba e outros estados dos mais diversos cursos de graduação são relatados.

Da Paraíba e os de fora também, ó [nome de outra pessoa] a gente não tem nem base dos meninos que vem de fora, da vivência [...] tem muita foto ali na parede, querendo dar uma olhada não tem problema (??).

Tendo em vista os relatos apresentados, foi possível compreender o papel e envolvimento dos diversos atores do programa na comunidade da Penha sendo esta pautada no respeito às particularidades locais e trocas de saberes e experiências.

As ações desenvolvidas pelo PIAC na comunidade da Penha, desde o início, tiveram como ponto de partida as demandas locais motivadas pela necessidade de reorganização da pesca artesanal sendo estas atividades conduzidas participativa e valorizando o protagonismo dos moradores para construção da autonomia deles.

Os relatos reforçam ainda o impacto transformador do PIAC para os seus participantes ampliando além dos horizontes profissionais. As vivências promoveram a construção de conexões com a realidade social e cultural da comunidade

beneficiando a todos os envolvidos e fortalecendo vínculos entre a academia e sociedade.

Apesar das dificuldades, o crescimento e desenvolvimento do PIAC dentro da comunidade da Penha é visado. Vale ressaltar que além da preocupação com o progresso e desenvolvimento local junto à produção técnico-científica, também devem ser levados em consideração a necessidade de equilíbrio entre avanços socioeconômicos, proteção ambiental e respeito a ancestralidade e cultura local. Tal preocupação é explicitada no seguinte relato:

Então a gente está sempre aberto para a parte científica, mas também entendendo que a academia é limitada até certo ponto, podendo auxiliar no que se pode, no que se diz respeito a essa qualidade mais técnico-científica, mas sem atropelar a ancestralidade, a biodiversidade cultural existente naquela comunidade e entendendo as diferenças, as dificuldades de avanço e retrocessos em alguns pontos (Coordenação do projeto, informação verbal, 2024).

Um dos membros da comunidade expõe através de seus relatos que possui expectativas quanto a melhorias gerais para a comunidade. Relata ainda que para fortalecimento do programa na comunidade seria importante maior envolvimento governamental, incentivos e apoio institucional.

Em relato de uma das lideranças da comunidade, este apontou como sugestão para fortalecimento do programa a necessidades de iniciativas que beneficiassem os jovens da comunidade inclusive com a oferta de cursos profissionalizantes e aumento da presença de acadêmicos na comunidade da Penha.

[...] estamos precisando de mais cursos, principalmente para os jovens, porque as drogas tão por aí acabando com tudo. [...] a gente tá precisando com urgência, aqui tem um monte de jovem desocupado (Liderança do projeto, informação verbal, 2024).

O fortalecimento e continuidade das atividades desempenhadas na comunidade da Penha pelo PIAC demandam abordagem integrada e colaborativa envolvendo a academia, poder público e coletividade. Os relatos da liderança destacam a necessidade do investimento em capacitação de jovens e sua preocupação com a vulnerabilidade social e exposição ao mundo das drogas.

O alinhamento do desenvolvimento socioeconômico junto a preservação ambiental e cultural permanecem como eixo central do programa. Sobrelevam o potencial transformador do PIAC ao identificar o reconhecimento da importância da valorização do saber comunitário como essenciais para modelos de intervenção inclusivo e sustentável.

4.2 A FALA DOS SUJEITOS DA AÇÃO: ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

O objetivo é investigar a fala dos sujeitos envolvidos em ações comunitárias, com ênfase nas estratégias de organização e participação. A pesquisa feita através de entrevista semiestruturada pretende compreender de que maneira os discursos dos participantes refletem suas experiências, desafios e perspectivas, bem como identificar as estratégias utilizadas para a mobilização e a efetivação da participação coletiva.

4.2.1 Entrevistado “Coordenador do Programa”

Entrevistado – Emmanuel Fernandes Falcão

Entrevistador – José Oliveira de Amorim

“Meu nome é Emmanuel Fernandes Falcão, coordeno o Programa Interdisciplinar De Ação Comunitária desde 1987 e este programa se estende até a data de hoje, fazendo aproximadamente 45 anos, 43 anos para ser mais preciso, do Projeto De Extensão da Universidade Federal da Paraíba, na Pró Reitoria De Ação Comunitária, inicialmente e hoje Pró-Reitoria De Extensão. Nesse período nós iniciamos o trabalho com a suspensão da pesca da baleia em Costinha, que vai de 87’ a 89’ e no ano de 1990 se é constituído na Pró-Reitoria de Ação Comunitária a Coordenação de Ação Comunitária, COPAC e nela foi acolhido o programa, chamado Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária e naquela oportunidade nós fomos convocados para atuar em uma pequena comunidade na periferia de João Pessoa, chamada Monsenhor Magno, ou Mussumagro, nós naquela oportunidade tínhamos

16 estudantes de várias áreas, da saúde, serviço social, psicologia, arquitetura [...] e dado ao trabalho que foi feito neste ano de 1990 o resultado destes foram se espalhando e a comunidade da Praia da Penha naquela oportunidade a Professora Vera Lucena que era coordenadora da COPAC, sugeriu que o nosso programa fosse até lá, para discutir com os pescadores uma proposta para que se fosse reestruturado a pesca no ramo da pesca artesanal, a fim de que ficasse em uma situação melhor para o pescador porque todo produto que eles produziam era entregue ao atravessador e muitas vezes eles ficavam sem recurso. Nós nos deslocamos para lá no ano de 1990 a 1991, quando eu cheguei, no ano de 1991, mais precisamente no mês de Julho, na Vila dos Pescadores, naquela oportunidade fizemos a primeira reunião, ouvimos a comunidade, tinha aproximadamente 18 pescadores, alguns nomes interessantes que eu passei a conhecer: Assis, Edmilson, Bombardeio, Ventinha, Cumpade Tonho, Mí, João de Assis, Valda, esses eram alguns nomes que a gente tinha lá que a gente só conhecia pelos apelidos e eu tive de aprender isso. Naquela oportunidade começamos a discutir qual era a proposta e criamos uma linha de ação para que eles pudessem 'catar' seus recursos e ampliar sua frota de produção, porque naquela oportunidade só tinha um barco e duas jangadas e eles entregavam tudo ao atravessador e a estratégia que a gente fez era ver, discutir, com eles a possibilidade de que negociassem seu próprio pescado.

Por outro lado, o Governo do Estado, através do governo de Ronaldo Da Cunha Lima tava se instalando naquele ano de 1992 e uma das propostas da Secretaria e Ação Comunitária era dar uma atenção especial aos Pescadores Ribeirinhos e a Praia da Penha é uma delas. Então era necessário construir uma comissão e aí a gente vê a possibilidade de montar algum projeto estratégico para a aquisição de barcos, os pescadores deram uma resposta qualificada, inicialmente, pois eles conseguiram juntar o barco inicial com as duas jangadas e ter uma produção e fazer uma estratégia de vendas eles mesmos e perceberam que na primeira quinzena que eles resolveram vender o pescado deles direto ao público, eles tiveram um lucro que deu para eles comprarem todos os apetrechos que eles necessitavam, como facas, descamador, balança, geladeira de isopor para acondicionar [...] e dado este salto inicial na segunda quinzena eles já tinham dinheiro para pagar o pescador direto, assim que chegavam com o produto, então com isto, eles ficaram cientes de que era possível avançar. Diante deste fato, nós encaminhamos a proposta para o Governo do Estado, através da Secretaria de Ação Comunitária, a FAC, Fundação de Ação Comunitária e naquela

oportunidade a diretora da FAC, a Doutora Emília Correia Lima, conseguiu, adquiriu 3 barcos para a comunidade e estes 3 barcos começaram a fazer a produtividade. Neste intervalo 1 pescador, chamado Chico de Lindolfo, me pediu para ver um problema que havia na Penha de Baixo. Para entender bem geograficamente, a Praia da Penha é dividida em algumas localidades, tem a Penha de Baixo, a Penha de Cima, a Meia-Garrafa e a Vila dos Pescadores. Eu não entendia bem isso, mas, fui dialogando com esse pessoal e lá na Penha de Baixo tinha uma Ação de Despejo, que foi o início da grande batalha que hoje a gente tem nessa comunidade, como comunidade tradicional ribeirinha e como referência de resistência, para dizer que a única praia em João Pessoa que tem pobre morando na beira da praia, até lembro daquela música [cantarolando] 'quem é rico mora na praia, mas quem trabalha não tem onde morar' na Praia da Penha essa música não cabe mais, lá os pobres moram na beira da praia e negociam até hoje. Mas, eu cheguei lá na comunidade da Praia da Penha, lá embaixo, com total desorganização, não tinha associação, não tinha nada, existia uma manipulação de lideranças falsas, com falsas informações, ações de despejo para a comunidade e o programa se instala identificando algumas lideranças da comunidade antiga, como: Dona Irene, Dona Penha, Beto, Dona Rosa, eram as pessoas que a gente conhecia pelo nome, assim do apelido também, era o Inácio, o Jorge, então essas pessoas começaram a se reunir em torno desta questão da ação de despejo e a gente acionou, mais uma vez a Fundação de Ação Comunitária (FAC), para acompanhar o processo, naquele momento o governo está em transição e Cícero Lucena estava assumindo a Governadoria do Estado e quando se instalou definitivamente um projeto lá de resorts e a tentativa de tirar ali os moradores daquela localidade e aí começou nosso trabalho realmente, propriamente dito. O Programa Interdisciplinar agora tinha um trabalho com os pescadores na Vila dos Pescadores e esse Núcleo de Resistência com a luta por moradia e evitar a ação de despejo. Para isso nós acionamos toda linha da Antropologia da Universidade fazendo os estudos antropológicos, sabendo a história de cada família e nos reunimos todas as sextas feiras para discutir com os pescadores e todas as segundas feiras para discutir com os moradores essa situação. A gente observou que naquela oportunidade eles não tinham noção nenhuma de organicidade, era uma total negligência da liderança. Naquela oportunidade, Jair Santos era o nome do líder que defendia, mas parece que ele mais usurpava da comunidade para se locupletar do que defender a própria comunidade. Assim sendo, houve a primeira ação de despejo, de Dona Rosa e toda

a comunidade se juntou e impediu que acontecesse a ação de despejo, até a gente acionar a defensoria pública e Cícero Lucena se debruçar sobre o processo e naquela oportunidade ele desapropriar a situação da Praia da Penha de Baixo, para garantir a tranquilidade dos moradores, mas essa luta ficou desde muito tempo, desde 1994 quando se instala realmente este processo, até 2014 quando começa realmente uma discussão mais profícua para se discutir a legitimidade de uma Comunidade Tradicional Ribeirinha, mas neste intervalo, o que o programa faz, o programa traz diversos estudantes, de várias partes do Brasil, instala o programa de vivência na comunidade e começa a passar informações das mais variadas, desde arquitetura, culinária, enfermagem, medicina, história, então nós tivemos um verdadeiro celeiro de estudantes, levando informação e trazendo informação da comunidade, ao ponto da Penha ser um ponto de estágio avançado da Pró Reitoria de Extensão, naquela época, Pró reitoria de Ação Comunitária. ainda pelo Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, ao qual coordenava e coordeno até hoje, obviamente. Nesse sentido, começamos a preparar algumas lideranças e assim foi Dona Irene, assim foi Dona Rosa, assim foi Penha, assim foi Dona Da Luz, assim foi o Inácio, o Jorge, o Edmilson e nós entramos na luta pela moradia e nós conseguimos parar o processo de expropriação, desapropriação e garantimos que a associação dos pescadores ficassem juntos, aí se juntou as duas forças, as duas lideranças e realmente se instalou o processo de resistência da comunidade, ao ponto da Associação dos Pescadores produzir mais do que qualquer comerciante de pescado naquela oportunidade e baratear ao ponto de toda João Pessoa ir comprar peixe lá, isso deu um salto, um ganho de qualidade e o Banco do Nordeste financiou 10 barcos para a comunidade, então eram 3 barcos da FAC e mais 10 barcos do Banco do Nordeste, então eram 13 barcos, produzindo e produzindo muito. O avanço se deu de forma tal que até se criou os processos de especulação e manobras trabalhistas ao ponto de desarticular a associação e ela ficar inadimplente, entretanto a experiência dos pescadores, fizeram com que seus produtores, donos de barco, começassem a produzir na suas casas suas peixarias, então você hoje vê na penha diversas peixarias comercializando da mesma forma e a associação ela foi desativada e só foi reativada, diante do reconhecimento como comunidade tradicional ribeirinha que é a grande vitória em 2014, 10 anos de luta reconhecido agora pelo Ministério Público, como a primeira Comunidade Tradicional Ribeirinha de João Pessoa na modalidade pesca praieira, então a resistência mostrada na comunidade pela preparação daquela gente

que hoje eles tem uma condição melhor de organicidade e botou ao lado deles os órgãos competentes no caso a Defensoria Pública, depois o Ministério Público, depois a Sudema e os órgãos da prefeitura e por último a Superintendência de Patrimônio da União, convém salientar que toda esta estrutura foi articulada pela Fundação de Ação Comunitária inicial e depois pela CEHAP (Companhia Estadual de Habitação da Paraíba) quando a Doutora Emília Correia Lima foi ser presidente da Cehap, ela traz então essa luta toda da FAC porque conhecia tradicionalmente a comunidade e assumiu a luta pela CEHAP, é tanto que a CEHAP hoje, pelo Governo Do Estado e pela Procuradoria Geral Da República dá a condição de legitimar a titulação daquelas famílias e abre o escopo de discussão para agora a vila dos pescadores e a vila do Sol que são agora resquícios da comunidade tradicional ribeirinha que realmente trabalham diretamente com o pescado. Então a Praia da Penha passa agora a ter dimensões bem definidas com o turismo religioso pela procissão de São Pedro Pescador e associado também a grande procissão de Nossa Senhora Da Penha que acontece todo ano, numa verdadeira ação religiosa fantástica envolvendo fiéis de todo o Brasil. Já a procissão de São Pedro Pescador envolve todos os pescadores desde de Cabedelo e Tambaú até Jacarapé e essas duas modalidades de turismo religioso estão no calendário, este ano formou 100 anos desta procissão de São Pedro Pescador, mais antiga que a de Nossa Senhora da Penha. Para o outro lado virou a parte de turismo de gastronomia e turismo sol e mar, então a Praia da Penha acolhe hoje tanto turistas de fora do Brasil, como de outros estados, para aproveitar a culinária local, das praias, das piscinas naturais e no campo do artesanato se avançou muito, ao ponto de ter até as Sereias Da Penha fazendo merchandising até em novelas da globo por um certo momento e este trabalho está sendo reestruturado, por outro lado o trabalho de produção pesqueira, na Vila Dos Pescadores, com um quantitativo maior de barcos, na Penha de Baixo alguns poucos, a gente vê um grande produção de pescado, dependendo da maré e de período de pesca e um cuidado com o meio ambiente. Fechando todo este processo, a gente vê agora uma necessidade de ter maior cuidado com a especulação imobiliária que está acontecendo naquela região, a gente já viu vários condomínios fechados, Portal do Sol, Portal das Américas, você vê agora a invasão dos resorts, são 6 resorts que alteraram completamente a geografia do local e a gente viu a situação da Mata Atlântica sendo praticamente detonada e a gente vai estar na perspectiva de olhar uma condição melhor e de maior entendimento, para melhor atender aquela comunidade. E este programa, o Programa

Interdisciplinar de Ação Comunitária, foi parceiro permanente nesta luta. Como há grandes dificuldades e as dificuldades são tantas, primeiro o processo de compreensão de relações internas, muito difícil, pois são várias cabeças pensantes, várias especulações imobiliárias, especulação financeiras, grupos que não se entendem, isso é processo evolutivo de qualquer condição onde se está em crescimento. Outra grande dificuldade é a falta de conhecimento, a falta de aparato Técnico-Científico, a lei também que dê amparo, tanto a condição de moradia, quanto a condição ambiental, também com a especulação imobiliária, também com a expulsão natural quando chega um grande complexo hoteleiro como está, o perigo de fazer a compra indevida daqueles imóveis e tirando os pobres da sua região, da sua historicidade, da sua ancestralidade e nós estamos nessa preocupação para que o programa possa auxiliar a comunidade. Em linhas gerais, queria dizer que o programa tem a sua valentia quando se propõe a preparar essas lideranças e dá total liberdade pra que eles também dentro de seu campo de atuação possam resolver suas diferenças, sem a gente ter que tá se metendo ou dizendo o que eles devem fazer, deixamos a disposição todas as informações possíveis, os alunos para acompanhar, sistematizar o que for necessário, mas toda a decisão, toda discussão, toda a leitura com os óculos ambientais ou os óculos de apoio se dê pela leitura da comunidade. Este é o grande legado que a gente deixa com este trabalho. E aqui fica a gente na coordenação quando é chamado para uma discussão se faz presente, nos colocamos os alunos a toda disposição com os projetos de extensão, PROBEX, FLUEX, toda linha que se tenha por aparato que o estudante possa chegar, até pela linha de Vivência, o ENEX, Estágio Nacional de Extensão em Comunidade e o Estágio de Vivência em comunidade, recebemos muitas vezes residentes da medicina, saúde da família, outros profissionais de saúde e também outras linhas como administração de empresas, direito e também alunos que já concluíram sua graduação, para sua pós graduação, gente que está discutindo mestrado, doutorado. Então a gente está sempre aberto para a parte científica, mas também entendendo que a academia é limitada até certo ponto, podendo auxiliar no que se pode, no que se diz respeito a essa qualidade mais técnico-científica, mas sem atropelar a ancestralidade, a biodiversidade cultural existente naquela comunidade e entendendo as diferenças, as dificuldades de avanço e retrocessos em alguns pontos. Em linhas gerais, seria isto.”

4.2.2 ENTREVISTADO “G”

Entrevistado – Anônimo

Entrevistador – José Oliveira de Amorim

ENT: “O propósito da entrevista é saber como você líder da comunidade a quem vou chamar de G, para preservar sua privacidade, percebe o impacto do PIAC na Penha. Qual seu papel dentro do PIAC?”

G: “O meu papel, eu ajudo a acolher as pessoas que vêm de fora. Quando as pessoas vêm de fora a gente mostra a comunidade para eles”

ENT: “E vocês mostram esta comunidade tal qual ela é ou fazendo algum floreio, algo diferente?”

G: “Mostra como ela é, [gesticulando] aqui mora fulano, ali mora sicrano, aqui é o posto de saúde, aqui é a escola, aqui o cemitério, aqui é a Igreja, a gente trabalha assim, aqui é um ponto de comércio, aqui se vende uma peixada, ali é uma peixaria, é desse jeito”

ENT: “Para que eles possam ter acesso a realidade da comunidade?”

G: “É”

ENT: “Como você se envolve com as atividades do programa?”

G: “Aí eu já tô envolvida que eu não fico com esse pessoal? Levando, andando, mostrando”

ENT: “Esse pessoal, eles vêm e vão pra casa?”

G: “Não, esse pessoal passa 15 dias aqui na comunidade e a gente fica dando assistência a eles, mostrando a vivência aqui da comunidade e como é no dia a dia.”

ENT: “Certo, quais são os principais objetivos que você busca alcançar aqui com o PIAC?”

G: “Melhoria, melhorias pra comunidade né.”

ENT: “Na sua opinião, quais têm sido os principais avanços conquistados pela comunidade por meio do PIAC?”

G: “Foram vários porque essas pessoas que vêm de fora a gente acaba ganhando muito conhecimento, eles levam o conhecimento daqui e a gente acaba conhecendo com eles, que é gente de todo o Brasil, é gente do Cabo Frio, é gente de Brasília, é gente do Rio De Janeiro, gente de São Paulo.”

ENT: “Os estudantes que vêm, eles são de qual especialidade? São todos da área de educação?”

G: “Médico, enfermeiro, professor, dentista, jornalista, de tudo que é profissão.”

ENT: “E quando eles vêm, eles deixam alguma informação que vocês possam utilizar? Eles também fazem a troca de vivência com vocês?”

G: “Fazem a troca de vivência a gente ensina eles a pescar e por exemplo enfermeira, vem muita enfermeira aqui, dizem por exemplo - Agora é melhor se agir desse jeito, tá em alta isso aqui, vamos fazer tal coisa-.”

ENT: “Testar outras coisas?”

G: “É, ele traz o conhecimento dele lá de fora e leva daqui também.”

ENT: “Em relação a infraestrutura aqui da Penha, houve alguma melhoria junto ao programa, por exemplo as casas de vocês, é verdade que vocês...”

G: “Assinamos as documentações? É sim, essa é uma grande melhoria que junto ao PIAC, com a ajuda a gente agora vai receber a titularização e vai poder melhorar nossos comércios, porque antigamente era uma apanheira, ninguém podia tirar um tijolo daqui e botar ali que dava polícia, chamavam logo. Agora com a gente documentado é outra história, né.”

ENT: “Entendi, como você avalia a aceitação e apoio da comunidade às iniciativas do PIAC?”

G: “Bem, o pessoal aceita bem.”

ENT: “Quais são os principais desafios que você enfrenta ao implementar o projeto do PIAC? As dificuldades..?”

G: [silêncio]

ENT: “Às vezes tem um povo que vem que meio assiimmmm ou não são todos uns anjinhos?”

G: “[muitos risos] tem, tem umas pessoas boas, mas também tem umas pessoas mal assombrada, existem mais benefícios do que malefícios.”

ENT: “Como o PIAC lida com questões de inclusão e participação de toda a comunidade?”

G: “Bem, é inclusivo”

ENT: “Como você imagina o futuro do PIAC na comunidade da Penha?”

G: “Eita, que cresça mais, é só uma vez no ano que acontece a vivência, que venha mais vezes.”

ENT: “Mas é só a vivência que o PIAC traz pra cá, só o ENEC?”

G: “Traz outras melhorias, né, porque através do PIAC, a gente ficou conhecendo mais coisa, mais pessoas.”

ENT: “Não houve curso, outras atividades com o PIAC?”

G: “Sim, teve o curso de capacitação com os jovens, que a gente tá precisando de mais cursos, mais pros jovens que as drogas tão por aí acabando com tudo.”

ENT: “Então pro futuro o que que você imagina do PIAC aqui na Penha?”

G: “Investir mais em cursos profissionalizantes”

ENT: “Em relação a sustentabilidade das iniciativas do PIAC a longo prazo, a sustentabilidade tem a ver com a realização, quais as preocupações que você tem à longo prazo, a continuidade?”

G: “Que demore muito a acontecer, que a gente tá precisando com urgência, aqui tem um monte de jovem desocupado e tendo esses cursos de capacitação é muito melhor do que eles ficarem ociosos.”

ENT: “Que sugestões você teria para fortalecer a eficácia do PIAC?”

G: “PIAC colocar mais gente da universidade aqui para trabalhar com a comunidade.”

4.2.3 Entrevistado “Lívia”

Entrevistado – Lívia Paes Lagares

Entrevistador – José Oliveira de Amorim

“Me chamo Lívia Paes Lagares, fui aluna da Universidade Federal, no curso de Engenharia Ambiental, participei do programa do PIAC, esse projeto de Extensão, entrando ali pelo ENEC inicialmente, também, alguns anos acho que um ano e meio depois também pelo VERBAL SUS e pude ser contemplada como bolsista, onde passei 4 anos. Quando iniciei no ENEC, poucos meses depois houve a divisão dos extensores e inicialmente em áreas e eu fiquei com a área da Panha aqui em João Pessoa e foi uma experiência maravilhosa da qual eu posso trazer assim que houveram trocas de experiência de conhecimento, foi uma oportunidade assim de ampliar minha visão como humana. Porque o meu contato inicial quando eu cheguei na comunidade, eu pensava que ia ser assim eu aluna da universidade federal e as pessoas da comunidade da Penha e eu iria trabalhar com um foco, a área então em questão eu estava estudando na Engenharia Ambiental. E eu me deparei com um cenário totalmente desafiador, porque eles necessitavam um tanto de mim que ia além de só a engenharia ambiental ou qualquer conhecimento que eu tivesse na área ambiental, né para ajudá-los e foi assim, um choque de realidade, mas que foi também muito valoroso para minha carreira, formação e até como pessoa mesmo, fui bem acolhida pela comunidade e era um dos melhores momentos assim da faculdade [riso] quando eu estava lá na extensão. Estar com eles, aprender com eles, era o melhor momento da graduação e realmente quando a gente vai aberto para conhecer para aprender, a gente recebe muito mais, que foi o que aconteceu comigo. Com eles eu tive a oportunidade de pescar, auxiliá-los em questões de marketing de direito e em tantas outras coisas. Então no segundo ano após ter esse conhecimento com a comunidade, esse vínculo com a comunidade, a gente começou a abrir para inscrições para todo Brasil, para que alunos de outras universidades também tivessem a experiência de estarem aqui né, na Universidade Da Paraíba nesse programa como participantes, junto a gente, no caso os facilitadores, a gente tinha na época né um

espaço reservado para trazer esses estudantes e mostrar como era né o Enec e mostrar como era esse projeto de extensão que é totalmente diferente dos outros, realmente a gente põe a mão na massa a gente vai para a prática. Sobre os desafios inicialmente para receber outros alunos era mais a questão da organização, no projeto todo eu senti essa necessidade de mais organização, mais apoio, da própria pró-reitoria conosco os facilitadores, não havia essa troca, eu me sentia assim como num setor à parte E isso dificultava um pouco porque a gente podia ter mais abertura e visão por estar ali na pró-reitoria e fosse um projeto mais bem visto de dart de verbas, de trabalhos. Alguns trabalhos que eu participei da vivência foram fantásticos e tem professores, facilitadores também acadêmicos que poderiam ter ingressado mais, participado mais, ainda mais né que tinha alunos de fora, de todo Brasil para participar e esse eu acho que era o maior desafio realmente. Quando a minha participação como facilitadora com os membros da comunidade foi fantástico, nunca tive nenhum problema, sempre foi acolhedor, não só na comunidade da Penha, onde passei mais tempo, mas realmente com o coordenador que é o Emmanuel Falcão, eu pude ir a outras comunidades e sempre fui muito bem recebida. Essa pergunta é bem importante - como você promove a participação ativa dos moradores nas atividades e decisões do PIAC? - Então, eu não via muito essa participação, essa interação como facilitadora em relação ao PIAC, sempre estive ali sendo coordenada né, pelo Emmanuel Fernandes Falcão e ele era realmente essa ponte de ligação. Então quando eram as extensões abertas, esses momentos de vivência, ali era arrecadado pela inscrição do programa que vinham esses estudantes de todo o País, eu via mais essa contribuição nos estudantes né, de pagar uma taxa que era colocada ou não, que a gente teve essas vivências n=onde não foi cobrado nenhuma taxa e a questão de levar cestas básicas para a comunidade, até porque estávamos levando pessoa para dentro da casa de alguém da comunidade para ela também ter a vivência ali de 15 dias. A participação do PIAC em si eu não sei como se dava, eu tinha realmente só esse contato com o coordenador e dele e a partir das inscrições que a gente avaliava o que a comunidade precisava. Quanto aos recursos e apoios enquanto estive no projeto eu não sei de recursos, eu não saberia responder acerca de recursos, para comunidade né, recursos para por exemplo pagar a bolsa existia, tanto que eu recebia uma bolsa, agora assim em relação ao trabalho do PIAC quase todas as vezes que foi necessário ir às comunidades havia ali o auxílio do carro da universidade para nos

levar, algumas vezes, mas eu não sei dizer em relação ao recurso como este vinha para a comunidade, isto não sei dizer.

- Como eu avalio o suporte institucional e financeiro para as iniciativas do programa?

- Na minha época bem precário, é como eu venho dizendo assim, não tinha conhecimento deste investimento do programa, é para não dizer que não havia nenhum eu tinha conhecimento assim da minha bolsa que vinha pelo programa. Agora em relação a tantas outras atividades que foram feitas, eu não sei se veio pelo programa, se foi arrecadação com os alunos, então eu acho que nesse ponto sim era falho, para um projeto tão bom tão rico, poderia ter mais participação. Os impactos positivos do PIAC vem justamente dessa interação, as vezes a gente mora num lugar que a gente não tem oportunidade de ir, não visita, não passa nem perto, então conhecer saber que ali tem pessoas que precisam da gente como instituição né, falando pela Universidade Federal como uma instituição e como o projeto também que tem esse destino né, que tem essa via social, então realmente o PIAC tem essa versão e só tem pontos positivos principalmente se houver esse trabalho em união que assim o trabalho acontece. A lição que eu tirei como facilitadora de participação do PIAC é que realmente é bem importante que tenham esses projetos da Universidade tanto para os alunos de graduação como para as pessoas da comunidade para que a gente possa sair um pouco dessa caixa, ter um pensamento fora dessa caixa, porque esse projeto de extensão permite você ir a uma comunidade, estar lá nessa comunidade, ter contato com as pessoas, diferente de outros projetos que eu também participei como voluntária na própria instituição que ficam mais assim no lado acadêmico, então o PIAC dá essa oportunidade, dá essa troca de saberes, que em outros projetos você realmente não tem.”

4.2.4 Entrevistado “I”

Entrevistado – I

Entrevistador – José Oliveira de Amorim

ENT: “A entrevista que vou fazer agora é com um membro da comunidade à quem vou chamar de I, para preservar a identidade. Já falei um pouquinho sobre o que é o projeto e sobre o PIAC - Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária e sobre a importância deste para comunidade para comunidade da Penha. Como você ficou sabendo do PIAC?”

I: “De quê?”

ENT: “Do programa de Falcão”

I: “Programa de Falcão.... E Falcão tem entrado aqui?”

ENT: “Sim, o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária, como você ficou sabendo? Qual foi seu primeiro contato?”

I: “Contato... O primeiro contato da comunidade aqui com Falcão foi a luta da terra. Pra poder a gente tá junto, tá por aqui, há 38 anos, há 40 anos, por aí”

ENT: “Entendi. Qual foi sua motivação para participar?”

I: “Participar, a motivação foi porque a gente tava precisando muito e ele ajudou muito.”

ENT: “Quais são as principais atividades ou projetos do PIAC que você participa ou já participou?”

I: “A vivência”

ENT: “O ENEC, né?”

I: “É.”

ENT: “É o que você recebe os alunos?”

I: “Os estudantes, né, por aqui.”

ENT: “Quantos alunos a senhora já recebeu?”

I: “Ai meu pai, não tem quantidade não”

ENT: “São alunos todos da Paraíba?”

I: “Da Paraíba e os de fora também, ó [nome de outra pessoa] a gente não tem nem base dos meninos que vem de fora, da vivência?”

[Pessoa]: “De quantas pessoas?”

I: “hm”

[Pessoa ri e balança a cabeça dizendo não]

ENT: “É verdade que a senhora tem um mural de lembranças desses viventes?”

I: “Tenho.”

ENT: “Com todas as fotos?”

I: “Tem muita foto ali na parede, querendo dar uma olhada não tem problema.”

ENT: “E como é que você percebe o impacto do PIAC na comunidade da Penha?”

I: “Eu percebo bem.”

ENT: “Você acha que melhorou?”

I: “Melhorou, melhorou muito.”

ENT: “Na sua opinião quais são os pontos fortes do PIAC? Coisas boas que ele trouxe para a comunidade”

I: “Foi esclarecimento.”

ENT: “E o que precisa ser melhorado?”

I: “Rapaz, o que precisa ser melhorado, a parte que pertence à, tanta coisa, visse, me pegasse agora.”

ENT: “Um ponto só, um ponto que você acha que deve melhorar.”

I: “Ó [nome da pessoa] o que que tu acha que pode melhorar por aqui mais? O que acha que pode melhorar mais na Penha, o que é?”

[Pessoa]: “Infraestrutura”

ENT: “Não, o que o programa pode melhorar? O programa em si. Trazer mais cursos profissionalizantes, por exemplo, que já teve antes, né mesmo?”

I: “Mais recursos, precisa melhorar, a parte da igreja também. Muita coisa, muita coisa, eu mesmo sozinho não tem nem explicação.”

ENT: “Como você avalia a cooperação e o engajamento dos moradores com o PIAC?”

I: “Bem.”

ENT: “Você acredita que o PIAC promove a inclusão de todos os segmentos da comunidade?”

I: “Acredito”

ENT: “Por que?”

I: “Porque a gente acompanhava muito e sabe que ele só tem a oferecer o que é bom.”

ENT: “Desafios e obstáculos; quais são os maiores desafios enfrentados pela comunidade da Penha, atualmente?”

I: “Hm, é difícil”

ENT: “Diga assim, são muitos, mas. O que você lembra assim dos principais?”

I: “São muitos, é a finalidade até fica muito pesado de eu falar, a gente sabe agora com essas áreas tudo ocupada, assim é complicado. Aí a gente tem prestar atenção no que fala porque nós tamo cercado”

ENT: “Olhe assim, eu sei, mas como foi dito no termo de esclarecimento, as pessoas saberem pode trazer mais melhoria, mais recurso, mais esclarecimento. Sabendo das necessidades da Penha, talvez a gente consiga trazer mais pra cá, através de projetos.”

I: “Eu sei, mas eu acho assim, é muito difícil pra gente falar aqui, ninguém pode dizer nada, não tem como a pessoa falar.”

ENT: “Mas, imagine que não tem essas coisas desmanteladas, o que a gente poderia fazer?”

I: “Estrutura né, na Penha de cima, na Penha de baixo, em todo canto, a gente precisa de uma estrutura digna.”

ENT: “A coleta do lixo tá funcionando bem?”

I: “Pouco, não é muito muito, mas também não é tão mal, tem alguns trabalhadores.”

ENT: “E a parte de saneamento, como tá?”

I: “Horível”

ENT: “Tá precisando melhorar.”

I: “Isso, precisa melhorar”

ENT: “E em relação a posto de polícia, posto de saúde, como é que tá essa parte? Precisava melhorar?”

I: “Precisa melhorar”

ENT: “Vocês tem agente de saúde que trabalha ativamente na comunidade?”

I: “Teem, tem a parte, não posso falar nada não”

ENT: “Mas precisa de incentivo”

I: “É, precisa, precisa de melhora.”

ENT: “Você identifica algum obstáculo específico que dificulte a participação no PIAC?”

I: “Não.”

ENT: “Como você acha que esses desafios poderiam ser superados?”

I: “Com a ajuda dos mais, né?”

ENT: “Dos governantes?”

I: “É”

ENT: “Quais são as suas expectativas em relação ao futuro do PIAC na comunidade? O que você acha que o PIAC pode trazer no futuro para a comunidade?”

I: “Melhoramento.”

ENT: “Como você poderia contribuir mais com o PIAC?”

I: “Sei lá, ajudando nas necessidades deles? É porque, no caso o PIAC é o programa das meninas né, o programa da vivência, né?”

ENT: “É”

I: “Eu sempre recebo os viventes, um a mais, posso me comprometer assim, eles ajudam a comunidade e a gente ajuda à eles”

ENT: “Você se compromete, por exemplo, a receber os novos viventes.”

I: “Sim.”

ENT: “Existe algo mais que você gostaria de compartilhar sobre a sua experiência com o PIAC?”

I: “Não, tá bom, tem muita coisa já. O que tá bom pra mim tá bom pra eles já.”

ENT: “Tá certo, gratidão.”

4.2.5 Entrevistado “Bolsista A”

Entrevistado – Bolsista A

Entrevistador – José Oliveira de Amorim

ENT: “A quanto tempo você conhece a praia da penha?”

Bol. A: “Eu conheço a Praia da Penha desde 2016.”

ENT: “Foi seu primeiro trabalho com bolsa? Ou você antes já tinha visitado a praia da penha?”

Bol. A: “Foi o primeiro projeto de extensão que eu fui vinculada e também foi a primeira vez que eu conheci a praia da Penha. Conhecia apenas o nome, mas nunca tinha ido lá.”

ENT: “Como você descreveria a sua experiência trabalhando com o piac, na praia da penha?”

Bol. A: “Para mim, o PIAC é um programa que aborda a comunidade de maneira integral, todas as áreas desde a parte estrutural e respeitando os saberes da comunidade também, uma coisa que eu acho incrível. Que geralmente o saber

acadêmico esquece da sabedoria popular e é uma coisa que o programa respeita e dá voz. Em relação a minha vida acadêmica antes da extensão e agora eu tive um amadurecimento muito grande, e adquiri uma certa autonomia a partir de contato com a comunidade e com o programa. Eu já tinha feito outro curso em outra instituição e a gente não tem incentivo de chegar na comunidade, é só vivência acadêmica entre a gente mesmo, e nunca sai daí. Já no PIAC eu pude ter contato com as realidades diversas, com a população ribeirinha, indígena, quilombola, os assentamentos sem-terra. E até falei numa disciplina que para mim a extensão deveria ser obrigatória, desde que a extensão fosse realmente extensão que os alunos tivessem esse contato com a comunidade. A gente vê muito por aqui na universidade cursos de extensão que não sai da universidade e os alunos perdem a noção do que é realmente uma extensão. O contato com a comunidade, suas necessidades reais, até desfazer alguns preconceitos sobre os perigos da comunidade e o que eu pude enxergar que são pessoas reais que vivem alí, pessoas que trabalham que têm uma vivência e com necessidades nas quais a universidade pode ajudar. O Coordenador pediu para que a gente observasse os aspectos econômico, social, religioso, cultural, geográfico e histórico.”

ENT: “E as dificuldades?”

Bol. A: “Enfrentar meus próprios preconceitos, pois no começo eu não conhecia, mas me coloquei aberta às novas experiências e observando todos os aspectos e entendendo que a comunidade não é um bicho de sete cabeças.”

ENT: “Quando você chegou, como era a sua relação com o coordenador, com as lideranças e os membros da comunidade?”

Bol. A: “O Coordenador me apresentou aos membros da comunidade, alguns representantes, daí em frente eu fui participando e aparecendo cada vez mais, conversando com eles, vivenciando com eles algumas atividades. Por exemplo, na praia da Penha eu só não fui pra alto mar ainda, mas pescar de arrasto eu já pesquei, já fui pras piscinas naturais de kayak, pro mangue de catraia, tudo que eles fazem eu já fui. Minha experiência é diferenciada, porque eu acho que só vivenciando mesmo, pra entender o que é a comunidade. Porque quando eu participei do ENEC, organizando, junto com o Professor Falcão, eu via os alunos chegando com uma percepção sobre o que era a comunidade e voltando era uma coisa fantástica, porque

superava todas as expectativas e os relatos das experiências eram maravilhosas. No Estágio Nacional de Extensão em Comunidades, estudantes vinham de todo Brasil e ficavam imersos e isolados na Unidade Escola por alguns dias inicialmente, para compreender a teoria e fundamentação e os aspectos a serem observados na comunidade e depois ficavam 5 a 10 dias na comunidade completamente imersos naquela comunidade, vivenciando o modo de vida deles, a mesma alimentação, compartilhando até mesmo das preocupações, anseios e alegrias que os moradores daquela comunidade tinham. Todas as suas peculiaridades, apropriando-se desta maneira de tudo que foi experienciado. Levando também, de maneira não impositiva, seus conhecimentos, havendo uma bela troca de saberes, respeitando os saberes populares e tradições. Eles eram distribuídos pelas comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, assentamentos sem-terra. Para alcançar a comunidade nós nos aproximávamos da comunidade com respeito e aos poucos aprendíamos a ser considerados e queridos, com isso obtínhamos a confiança, também pelos resultados visíveis que o programa e a UFPB levava para eles. E a participação da comunidade se dava através do boca a boca.”

ENT: “Deslocamento?”

Bol. A: “Eu era bolsista desde o começo, mas a parte do transporte, eu recebia um valor do coordenador para abastecimento do carro, para levar os estudantes, quando não conseguíamos o apoio institucional para o transporte dos viventes. Alguns viventes buscavam contribuir também na comunidade para não se sentirem um peso a mais.”

ENT: “Suporte institucional e financeiro para a iniciativa do programa?”

Bol. A: “Era deficitário, e a comunidade não sofria com isso, porque o coordenador cobria esses gastos.”

ENT: “Principais impactos do programa na comunidade?”

Bol. A: “Na praia da Penha eu vejo que a comunidade de certa maneira se sente amparada pelo projeto, pelo programa, porque qualquer dificuldade que eles tenham, eles têm abertura de chegar e comunicar e dizer ‘olhe, tá acontecendo isso, tá acontecendo aquilo!’ Quando acontece das pessoas quererem se apropriar das áreas protegidas. A comunidade tem esse amparo. O projeto conseguiu a instituição

da comunidade da Penha como uma Comunidade Tradicional Ribeirinha, e se isso não tivesse sido feito, eles já teriam sido tirados dali. Até porque a especulação imobiliária crescente naquela área com os Resorts sendo construídos ali vizinho à comunidade, se não tivesse o programa, eles já teriam saído dali. Tem uma pessoa vivendo na comunidade, que não pertence a comunidade e que também não quer trocar com a comunidade, invés disso ela dificulta a vida dos moradores, dos pescadores, de todos. E também uma pessoa que se identifica como liderança, só que parece que ela mais dificulta do que ajuda. A intenção é o benefício próprio, não é a comunidade. Problemas na comunidade de pessoas de fora que não deveriam estar naquela área que deveria ser protegida.”

ENT: “Por que esse programa é tão importante?”

Bol. A: “Pra mim, o programa é...ele trouxe um amor pela comunidade, um carinho imenso pela comunidade da Penha, não só pela Penha, mas todas as comunidades que eu tive a oportunidade de chegar e conhecer, de presenciar, de estar com as pessoas da comunidade. Eu tenho um carinho por cada um deles. E respeito pelas vivências deles.”

ENT: “Você alargou seu olhar de cidadania?”

Bol. A: “Com certeza!”

5 DISCUSSÃO

Em um primeiro momento, vale ressaltar que programas comunitários podem não ser aceitos por serem constituídos de membros externos a comunidade. A promoção de reuniões e discussões junto aos membros e lideranças comunitárias são essenciais para estabelecimento de melhor comunicação, elemento essencial para promover o despertar da cidadania (Brito; Figueiredo, 1997).

Por meio dela, é possível ouvir a comunidade de forma respeitosa e colaborativa para realizar adaptações necessárias às intervenções para que estas possam ser adequadas à realidade local promovendo crescimento mútuo entre agentes externos e moradores (Brito; Figueiredo, 1997).

A participação cidadã quando exercida de maneira direta, evita que programas de desenvolvimento comunitário exerçam suas atividades de forma vertical que reforçam lógicas de dominação. Daí se emerge a constante necessidade de autocrítica constante por parte dos organizadores, para que o desenvolvimento de ações comunitárias sejam funcionais e realmente transformadoras (Baima; Guzzo, 2021).

Dada a complexidade no preenchimento de tais requisitos, a continuidade de projetos comunitários depende de esforços ativos de todos seus atores desde o planejamento até sua implementação. A percepção de propriedade sobre as ações do projeto pela comunidade é essencial para que esta se desenvolva de forma contínua e com organicidade (Macuácu, 2022).

Neste interim, a inclusão de atividades educativas e de capacitação são primordiais para o desenvolvimento de senso de responsabilidade nas comunidades por meio do aumento da conscientização, desenvolvimento de competências, sustentabilidade e formação e fortalecimento de redes de colaboração onde há apoio, compartilhamento de recursos e conhecimentos (Macuácu, 2022).

A estimulação e valorização do protagonismo comunitário apresenta-se como uma ferramenta para garantia da participação dos membros da comunidade em processos de decisórios abrangendo as mais diferentes perspectivas de olhar sobre determinado problema em questões relacionadas ao progresso local (Pires; Almesida; Emmendoefer, 2023).

Na execução de projetos comunitários, a Universidade desempenha importante papel com a finalidade de atender as necessidades sociais por meio de atividades de

extensão universitária. Esta é uma ferramenta essencial para devida integração entre a comunidade acadêmica e território e comunidade em que ela se insere (Fernandes et al., 2012).

Uma das limitações observáveis em ações de extensão universitária são inerentes a realização de atividades, em sua maioria, assistenciais. Com isto, projetos perdem em não conseguir promover uma verdadeira troca de conhecimentos entre academia e comunidade local (Fernandes et al., 2012). Portanto, atividades como as discutidas neste trabalho necessitam constantemente autoavaliar-se para fomentar a construção de conhecimentos compartilhados e verdadeira integração de saberes.

Esta aproximação entre universidade e comunidade são benéficas não apenas para a comunidade. Estas, diversificam e enriquecem a formação acadêmica dos participantes reforçando uma formação integral e preparando futuros profissionais para atuação nos mais variados contextos sociais (Santana et al., 2021).

Atividades de extensão como as realizadas pelo PIAC, são capazes de promover impacto social e até mesmo melhoria na economia local. A colaboração entre universidade e comunidade devem ser incentivadas por meio de maior institucionalização de suas atividades para geração de resultados ainda melhores no campo social, econômico e ambiental (Pereira; Sehnem, 2023).

Metodologias de práticas de extensão como a pesquisa-ação são interessantes modelos para desenvolvimentos de projetos juntos a comunidade. Este método permite a identificação de problemas locais e sua resolução por meio da interação entre acadêmicos e moradores. As ações empreendidas e seus efeitos de transformação local podem ser duradouros e se realizadas de maneira contínua diferentes potencialidades da comunidade podem ser trabalhadas ensejando mais articulações entre a comunidade e universidade (Haliski; Ribeiro; Gomes, 2022).

As relações entre pesquisa e extensão universitária nas ações comunitárias devem ser dinâmicas e adaptativas às demandas que emergem da própria comunidade. Para isso os colaboradores devem estar preparados de forma a atender da melhor maneira possível a finalidade da ação social e à produção científica para que resultados sejam atinentes a ações transformadoras e de conhecimento social relevante (Freitas, 2015).

Outro desafio encontrado na prática de ações de extensão universitária é sua diferente forma e natureza diferenciada das demais atividades verticais e institucionais

presentes nas universidades, foge ao número quantitativo e às estatísticas descritivas e analíticas como leciona Sandra de Deus (2020):

Como não é um “fazer enquadrado” através do qual se encontra imediatamente o resultado, a Extensão Universitária se descola do discurso fácil e das estatísticas, dificultando, assim, a sua compreensão dentro da estrutura vertical de universidade. Por apresentar as mazelas e as riquezas da instituição universitária — cujo capital é a geração de um conhecimento capaz de dar conta do bem viver da sociedade —, a Extensão Universitária impede que se esconda a realidade (Sandra de Deus, 2020).

No entanto, apesar das dificuldades encontradas na execução de atividades de extensão em projetos comunitários, a troca de saberes e trabalho coletivo interdisciplinar da extensão são oportunidades para o exercício da cidadania e experiência nos mais diferentes campos do saber profissional além de representar retribuições à sociedade com oportunidade de desenvolver novos conhecimentos e fortalecimento de seu potencial emancipatório (Moura; Albach, 2023).

A promoção de atividades de extensão na comunidade quando voltadas para o desenvolvimento local sustentável, beneficia os membros da comunidade no reconhecimento de potenciais econômicos locais que valorizam a história, costumes e cultura local trazendo melhorias na qualidade de vida sem deixar de lado as riquezas de sua ancestralidade (Siqueira et al., 2017).

Assim como o PIAC, tantos outros projetos de extensão universitária focados em realização de ações comunitárias, buscam fazer florescer e promover o reconhecimento pela própria população a abundante diversidade cultural no qual estão inseridos e como extrair destas atividades costumeiras melhoria e desenvolvimento econômico e social.

A utilização do meio ambiente para o desenvolvimento local é uma forma de concretização da justiça ambiental como ilustra Turine e Macedo (2017):

Este modelo de utilização do meio ambiente de modo sustentável tem a aptidão de concretizar a justiça ambiental, buscando a redução das desigualdades, e também de realizar o direito das comunidades que detêm o conhecimento tradicional associado à biodiversidade. A interferência no meio ambiente pelo homem é justificável em benefício de um bem maior, efetivando um direito humano, com sopesamento de direitos fundamentais (Turine; Macedo, 2017).

As atividades realizadas pelo PIAC obtiveram resultados positivos segundo a fala dos principais atores envolvidos no desenvolvimento do programa. O compromisso da participação social junto ao programa impacta positivamente a realização das ações e a sociedade reforçando a participação da universidade em seu território.

O modelo de parceria demanda efetiva organização popular da comunidade com representação de lideranças responsáveis por participar no planejamento e tomada de decisões. Isto proporciona aos membros da comunidade uma capacidade real de influência nos futuros resultados das atividades ali desenvolvidas (Arnstein, 2002).

O posicionamento efetivo das lideranças apoiadas pelos membros da comunidade reflete o empoderamento influenciado pela organização e desenvolvimento das atividades junto à comunidade. A própria organização e discussão dos melhores rumos para as atividades do programa são frutos da colaboração mútua entre a universidade e sociedade.

É importante salientar que a promoção de atividades deve sempre ter como base as necessidades reais da comunidade, e tais demandas podem ser aferidas a partir de dados gerados pela própria população por meio de diagnósticos, reuniões com lideranças ou consultas a comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC), ao longo do tempo de atividades na comunidade da Penha, demonstrou ser motivador de impactos positivos tanto para os moradores quanto para os acadêmicos envolvidos em sua execução. A partir de relatos dos mais diferentes atores envolvidos no programa evidenciou-se que o modelo de atuação do programa é norteado pela integração de saberes acadêmicos e comunitários promovendo melhorias locais socioeconômicas, sociais, culturais e educacionais.

O programa adota uma abordagem participativa considerando as demandas e particularidades locais em que foi responsável pela organização e execução de uma estratégia de melhoria da reestruturação da pesca artesanal e fortalecimento de lideranças comunitárias empoderando os moradores e construindo vínculo da comunidade local como a comunidade acadêmica.

Para a comunidade, por meio dos relatos foi possível perceber que o PIAC se fez presente em momentos importantes da história da comunidade participando ativamente em momentos decisivos da regulamentação fundiária da comunidade, em processos de melhoria da infraestrutura e aumento da autonomia da economia local. Nos acadêmicos participantes, o programa agiu no amadurecimento pessoal e profissional de diversos alunos que foram expostos às vivências na comunidade sendo estas experiências transformadoras para a atuação destes profissionais nos mais desafiadores contextos sociais.

A complexidade da execução em programas como o PIAC é evidenciada por meio dos desafios enfrentados em sua execução como as dificuldades de financiamento, institucionalização das atividades e existência de preconceitos. O futuro do programa envolve maior investimento institucional e de recursos humanos, realização de ações de capacitação à jovens da comunidade e planejamento de atividades que promovam desenvolvimento sustentável equilibrando o progresso socioeconômico e respeito às tradições culturais da comunidade da Penha.

Reconhece-se o empenho do PIAC em consolidar-se como um modelo de intervenção inclusivo refletindo potencial da construção de uma sociedade equitativa e reforçando o papel da universidade na perspectiva de agente de transformação social e na formação de profissionais críticos e engajados para atuação nos mais diversos contextos sociais.

Como Produto Técnico-Tecnológico desta pesquisa apresentamos Indicadores de avaliação para a Mobilização e Avaliação da Comunidade em Atividades de Extensão. (ANEXO II)

REFERÊNCIAS

- ALBRECHT, Leandro Paiola; ALBRECHT, Alfredo Junior Paiola; PIVETTA, Laércio Augusto. Atividades extensionistas da UFPR em dias de campo no Oeste do Paraná. **Extensão em Foco**, Paraná, n. 24, 2021. DOI <https://doi.org/10.5380/ef.v0i24.77703>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/77703>. Acesso em: 16 fev. 2025.
- ALDANA, A. A.; GANESH, S.; KINNEY, P. L. Incorporando determinantes sociais de saúde em nível comunitário na saúde pública de precisão: um estudo de caso. **Consequências de Saúde Pública dos E-Cigarros**. Springer, p. 281-294, 2019.
- ALMEIDA, Nice. **Prefeitura e SPU entregam certidões de regularização fundiária para famílias de pescadores da Penha**. João Pessoa: Prefeitura Conectada, 2024. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-e-spu-entregam-certidoes-de-regularizacao-fundiaria-para-familias-de-pescadores-da-penha/>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- ALMEIDA, M. Z. C. M. **A extensão universitária: uma terceira função**. 1991. 214 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 4-13, 2002. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/uma-escada-da-participacao-cidada/>. Acesso em: 16 fev. 2025.
- BAIMA, L. S.; GUZZO, R. S. L. Desenvolvimento comunitário e participação: organização de consenso e hegemonia burguesa no Brasil. **Psicologia em Pesquisa**, v. 15, p. 1-23, 2021. DOI 10.34019/1982-1247.2021.v15.30255. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v15n2/02.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010. 288 p.
- BEMVENUTI, V. L. S. **Da intenção ao gesto: a extensão universitária como prática acadêmica na perspectiva da construção do conhecimento novo**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.
- BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas. Fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.
- BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: O equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de jun. de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária 2011-2020**. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.

BRITO, R. C.; FIGUEIREDO, A. L. Desenvolvimento comunitário: uma experiência de parceria. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 10, v. 1, 1997.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

CALDERON, A. I.; BORGES, R. M. Avaliação educacional no Brasil: da transferência cultural à avaliação emancipatória. **Brazilian Geographical Journal**, v. 4, p. 259-275, 2013.

CUNHA, L. S. **O mal-estar da universidade: a tensão nos anos 90**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

DEUS, M. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria: Editora PRE-UFSM, 2020.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The Triple Helix of university-industrygovernment relations: a laboratory for knowledge based economic development. **EASST Review**, v. 14, n. 1, p. 11-19, 1995.

FALCÃO, Emmanuel Fernandes. **Extensão popular: caminhos para a emancipação**, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FALCÃO, E. F. **Vivência em Comunidade: outra forma de ensino**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006.

FALCÃO, E. F.; ANDRADE, J. M. T. **Metodologia para mobilização coletiva e individual**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.

FALCÃO, L. D. C.; MILAGRE, R. A.; JEZINE, E. A institucionalidade da extensão universitária a partir do Sigaa: perspectiva dos docentes da UFPB. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. e55380, p. 1–13, 2021.

FALCÃO, Emmanuel Fernandes et al. Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária. **Sanhauá - Revista de Extensão da UFPB**, Edição Especial, 2024.

FAVERÓ, O. **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. São Paulo: Autores Associados, 2015.

FERNANDES, M. C.; SILVA, L. M. S.; MACHADO, A. L. G.; MOREIRA, T. M. M. Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**, v. 28, n. 4, 2012.

FERNANDES, V. Dossiê: A universidade como agente de desenvolvimento cultural, social e econômico. **Revista NUPEM**, v. 13, n. 28, p. 6-8, 2021.

FLEURI, R. M. **Educação popular e universidade**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1989.

FORPROEX (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS). **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

FORPROEX. **Relatório final: mapeamento da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior brasileiras**. Coordenação Nacional: FORPROEX, 2019.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, M. F. Q. Desafios éticos na prática em comunidade: (des)encontros entre a pesquisa e a intervenção. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 2, 2015.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê? **Instituto Paulo Freire**, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

GASPAR, I. A Avaliação do impacto dos resultados das actividades de extensão universitária do projecto 'Supere-se Para Crescer e Fazer Crescer'. **Conexão com Ciência**, v. 2, n. 4, 2024.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HALISKI, A. M.; RIBEIRO, C. S.; GOMES, J. A. Q. Análise dos impactos da extensão universitária em comunidades a partir de um estudo de caso no guaraguaçu, em pontal do Paraná-PR. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 15, n. 1, p. 113-134, 2022.

JEZINE, Edineide Mesquita. Multiversidade e Extensão Universitária. **Participação**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 13-21, 2001.

JEZINE Edineide. **As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária**. In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - Área Temática de Gestão da Extensão. Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LAVOR FILHO, T. et al. Responsabilidade social da universidade (RSU) no Brasil: Uma revisão sistemática. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 58, p. 11-31, 2021.

MACUÁCUA, A. H. Senso de responsabilidade nos projectos de desenvolvimento comunitário em Moçambique. **Revista Relações Sociais**, v. 5, n. 2, 2022.

MATHIE, A.; CUNNINGHAM, G. From clients to citizens: asset-based community development as a strategy for community-driven development. **Development in Practice**, v. 13, n. 5, p. 474-486, 2003.

MAXIMINIANO JÚNIOR, Manoel et al. **Indicadores brasileiros de extensão universitária (IBEU)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2017.

MIGUEL, J. C. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. **Revista Práxis Educacional**, v. 19, n. 50, 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MOURA, R. R.; ALBACH, C. A. S. Os desafios e potencialidades da atuação profissional do assistente social no âmbito da extensão universitária: um relato da incubadora de empreendimentos solidários (IESOL/UEPG). **Revista Conexão UEPG**, v. 19, 2023.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 24 jan. 2025.

PEREIRA, A. P.; SEHNEM, S. Projetos de extensão como estímulo ao impacto social através das práticas circulares. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 8, n. 2, p. 138-163, 2023.

PIRES, C. M.; ALMEIDA, T. C.; EMMENDOERFER, M. L. Governança territorial como potencializadora das ações do turismo de base comunitária para desenvolvimento local sustentável. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 44, n. 145, p. 155-170, 2023.

RIBEIRO, M. L.; SALES, T. L. S. Diálogo: desafios da docência diante do papel social da universidade. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 65, p. 558-579, 2020.

SANTANA, R. R.; SANTANA, C. C. A. P.; COSTA NETO, S. B.; OLIVEIRA, E. C. Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde. **Educação e realidade**, v. 46, n. 2, 2021.

SANTOS, J. A. A Extensão como elo que une e transforma Universidade-Sociedade. **Revista da Extensão**, p. 31-39, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, H. G. N. et al. O papel social da Universidade mediante integração ensino-serviço-comunidade no Brasil: revisão sistemática e metassíntese. **Linhas críticas**, v. 26, 2020.

SILVA, J. B. C. et al. Função social da universidade no interior da Amazônia em tempos de pandemia. **João Batista do Carmo Silva**, 2020.

SIQUEIRA, S.M. C.; JESUS, V. S.; SANTOS, E. N. B.; WHITAKER, M. C. O.; SOUSA, B. V. N.; CAMARGO, C. L. Atividades extensionistas, promoção da saúde e desenvolvimento sustentável: experiência de um grupo de pesquisa em enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 21, n. 1, 2017.

SMAILI, S.S.; ALMEIDA FILHO, N. Universidade do futuro no Brasil: a universidade é central na definição de novos rumos para a sociedade contemporânea. **Ciência e Cultura**, v. 75, n. 1, p. 01-03, 2023.

SMITH, C. et al. Pesquisa participativa baseada na comunidade: Engajando comunidades como co-pesquisadores para pesquisa preventiva. **Psicologia da Saúde**, v. 37, n. 10, p. 919, 2018.

STARLING, C.; SARAIVA, A. M.; SILVA, A. C. A. Processo de Formação e Constituição Identitária nas Narrativas de Professores/as: Debate acerca da Responsabilidade Social da Universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 58, p. 139-157, 2021.

STOKOLS, D. et al. A ciência da ciência em equipe: visão geral do campo e introdução ao suplemento. **Jornal Americano de Medicina Preventiva**, v. 35, n. 2, p. S77-S89, 2008.

SULAIMAN, S. N.; COMARU, F. A. Extensão universitária: uma das ferramentas para transpor os muros da universidade. **Diálogos Socioambientais**, v. 4, n. 12, p. 43-46, 2021.

TURINE, J. A. V.; MACEDO, M. L. R. Direitos humanos, comunidades tradicionais e biodiversidade: desafios para o desenvolvimento sustentável. **Revista Direito UFMS**, v. 3, n. 2, 2017.

UFPB. **UFPB celebra três décadas de existência do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária**. 2017. Disponível em: <https://www.ufpb.br/antigo/content/ufpb-celebra-tr%C3%AAs-d%C3%A9cadas-de-exist%C3%Aancia-do-programa-interdisciplinar-de-a%C3%A7%C3%A3o-comunit%C3%A1ria>. Acesso em: 24 jan. 2025.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Mobilização e Participação na Extensão Universitária: Ações de um Programa Interdisciplinar na Comunidade da Penha, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) José Oliveira de Amorim, sob endereço profissional a Universidade Federal da Paraíba. Campus I, Castelo Branco, João Pessoa-PB. CEP: 58051-900 e e-mail para contato: joseoliveiradeamorimamorim@gmail.com. Está sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Edineide Jezini Mesquita Araujo, e-mail: edjezine@gmail.com. Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

O objetivo do estudo é analisar o Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC) e sua atuação na comunidade da Penha, João Pessoa/PB. A análise dos desafios e obstáculos enfrentados pelas comunidades no processo de mobilização e participação é fundamental para propor estratégias e recomendações que promovam uma participação mais efetiva no PIAC, visando à construção contínua da comunidade.

A coleta de dados propriamente dita se dará de maneira individualizada pelo pesquisador e equipe que estarão de forma integrada com o grupo social a ser estudado de forma ativa. Estes momentos serão gravados em áudio para posterior transcrição e análise.

RISCOS diretos para o voluntário dizem respeito ao constrangimento em relação as perguntas realizadas e pela exposição a dispositivo de gravação de áudio. Tais fatores serão minimizados com a promoção de ambiente reservado e sem a interferência de terceiros e pela aplicação do TCLE e TCUIV anterior a coleta. Além disto o participante poderá a qualquer tempo solicitar novos esclarecimentos sobre a finalidade do estudo ou sanar qualquer outra dúvida.

BENEFÍCIOS diretos e indiretos são importantes contribuições para o avanço do conhecimento acadêmico no campo da ação comunitária e desenvolvimento local, fornecendo resultados importantes para pesquisadores, profissionais e gestores envolvidos em iniciativas semelhantes.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens etc.), ficarão armazenados em arquivo pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado pelo período mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação), assim como será oferecida assistência integral, imediata e gratuita, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes desta pesquisa.

**ENDEREÇO E INFORMAÇÕES DE CONTATO DO COMITÊ DE ÉTICA EM
PESQUISA (CEP/CCS/UFPB)**

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba

Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB

Telefone: +55 (83) 3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Horário de Funcionamento: 07h às 12h e das 13h às 16h.

Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado pela pessoa por mim designada, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo tecnologias sociais para o desenvolvimento sustentável: Um estudo em comunidades rurais do município de Crato, Estado do Ceará como voluntário(a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

(assinatura do participante)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM E DE SOM DE VOZ

Eu, _____, participante do estudo Mobilização e Participação na Extensão Universitária: Ações de um Programa Interdisciplinar na Comunidade da Penha, de forma livre e esclarecida, cedo o direito de uso das fotografias, vídeos e/ou voz adquiridos durante a realização do estudo/pesquisa, e autorizo o pesquisador, José Oliveira de Amorim, da Universidade Federal da Paraíba responsável pelo trabalho a:

1- Utilizar e veicular as fotografias, vídeos e/ou voz obtidas durante sua participação em estudo/pesquisa anterior na(o) (colocar o objetivo fim do trabalho: TCC, tese, dissertação, nível e curso ou programa), para fim de obtenção de grau acadêmico (e/ou divulgação científica), garantido a ocultação de identidade (mantendo-se a confidencialidade e a privacidade das informações), inclusive, mas não restrito a ocultação da face e/ou dos olhos, quando possível;

2- Utilizar as fotografias, vídeos e/ou voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) ou impresso (pôsteres ou painéis); na publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções;

3- No caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contrastes necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as exclusivamente para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida;

4- No caso da voz, executar livremente a edição e montagem do trecho, realizando cortes e correções necessárias, assim como de gravações, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as exclusivamente para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida. O participante declara que está ciente que não haverá pagamento financeiro de qualquer natureza neste ou em qualquer momento pela cessão das fotografias, dos vídeos e/ou da voz, e que está ciente que pode retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, salvo os materiais científicos já publicados.

É vedado ao(s) pesquisador(es) utilizar as fotografias, os vídeos e/ou a voz para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. O(s) pesquisador(es) declaram que o presente estudo/pesquisa será norteado pelos normativos éticos vigentes no Brasil.

_____ de _____ de 20____.

(pesquisador responsável)

(participante do estudo)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista

Membros da Comunidade

Introdução e Contextualização:

- Apresentação do entrevistador e propósito da entrevista.
- Breve explicação sobre o PIAC e sua importância para a comunidade da Penha.

Experiências e Participação no PIAC:

- Como você ficou sabendo do PIAC? Qual foi sua motivação para participar?
- Quais são as principais atividades ou projetos do PIAC que você participa ou já participou?
- Como você percebe o impacto do PIAC na comunidade da Penha?

Percepções sobre o Programa:

- Na sua opinião, quais são os pontos fortes do PIAC? E os pontos que precisam ser melhorados?
- Como você avalia a comunicação e o engajamento dos moradores com o PIAC?
- Você acredita que o PIAC promove a inclusão de todos os segmentos da comunidade? Por quê?

Desafios e Obstáculos:

- Quais são os maiores desafios enfrentados pela comunidade da Penha atualmente?
- Você identifica algum obstáculo específico que dificulte a participação efetiva no PIAC?
- Como você acha que esses desafios poderiam ser superados?

Expectativas Futuras e Contribuições:

- Quais são suas expectativas em relação ao futuro do PIAC na comunidade?
- Como você gostaria de contribuir mais com o PIAC?
- Existe algo mais que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência com o PIAC?

Líderes locais

Introdução e Contextualização:

- Apresentação do entrevistador e propósito da entrevista.
- Breve contextualização sobre o PIAC e seu papel na comunidade da Penha.

Papel e Envolvimento no PIAC:

- Qual é o seu papel dentro do PIAC? Como você se envolve com as atividades do programa?
- Quais são os principais objetivos que você busca alcançar através do PIAC?

Impacto do Programa na Comunidade:

- Na sua opinião, quais têm sido os principais avanços alcançados pela comunidade por meio do PIAC?
- Como você avalia a aceitação e o apoio da comunidade às iniciativas do PIAC?

Desafios e Barreiras:

- Quais são os principais desafios que você enfrenta ao implementar projetos do PIAC?
- Como o PIAC lida com questões de inclusão e participação de todos os membros da comunidade?

Visão Futura e Sustentabilidade:

- Como você imagina o futuro do PIAC na comunidade da Penha?
- Quais são suas preocupações em relação à sustentabilidade das iniciativas do PIAC a longo prazo?
- Que sugestões você teria para fortalecer o impacto e a eficácia do PIAC?

Facilitadores do Programa

Introdução e Contextualização:

- Apresentação do entrevistador e propósito da entrevista.
- Breve explicação sobre sua função como facilitador dentro do PIAC.

Experiências no Trabalho com a Comunidade:

- Como você descreveria sua experiência trabalhando com o PIAC e a comunidade da Penha?
- Quais são os principais desafios que você enfrenta ao facilitar as atividades do programa?

Relação com os Participantes:

- Como é a interação e o relacionamento dos facilitadores com os membros da comunidade?
- Como você promove a participação ativa dos moradores nas decisões e atividades do PIAC?

Suporte e Recursos Disponíveis:

- Quais são os recursos e apoios disponíveis para facilitar o trabalho do PIAC na comunidade?
- Como você avalia o suporte institucional e financeiro para as iniciativas do programa?

Impacto e Lições Aprendidas:

- Na sua opinião, quais têm sido os principais impactos positivos do PIAC na comunidade?
- Que lições você tirou do seu trabalho com o PIAC que poderiam beneficiar futuras iniciativas comunitárias?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AValiação DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – Mestrado Profissional

ANEXO A - ESCALA DE NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE MODELO
LEADER PARTICIPATION (ARNSTEIN, 2002)

Nível	Questão a serem respondidas pelos participantes do grupo focal
1. Manipulação	Se o participante considerar que alguém chegava com o material todo pronto apenas para que os representantes da sociedade civil validassem.
2. Terapia	Se o participante considerar que os técnicos de órgãos públicos se utilizavam dos comitês participativos para elaborar o Plano conforme seus interesses, sem assumir possíveis erros cometidos por eles, ao se fazer valer desse mecanismo para diluir a responsabilidade com a sociedade civil.
3. Informação	Se o participante considerar que a gestão informava as pessoas dos comitês sobre seus direitos, responsabilidades e opções. Entretanto, chegava com o material todo pronto apenas para que os membros da sociedade civil validassem o produto.
4. Consulta	Se o participante considerar que os representantes da sociedade civil apresentavam suas contribuições para o Plano, mas no final do processo elas eram ignoradas.
5. Pacificação	Se o participante considerar que os representantes da sociedade civil tinham um certo grau de influência nas decisões, podendo participar dos processos de tomada de decisão, entretanto, não existia a obrigação da gestão de levar em conta o que ouviam.
6. Parceria	Se o participante considerar que havia discordância entre representantes da sociedade civil e da gestão, mas encontrava uma maneira de resolver, buscando a melhor solução para o município.
7. Delegação de Poder	Se o participante considerar que a opinião do grupo que representava a sociedade civil prevalecia diante da opinião da gestão e dos prestadores de serviços
Nível X	No caso de o participante sugerir alguma categoria de participação que não estivesse inicialmente incluída nesta pesquisa.

Fonte: Arnstein (2002).



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AValiaÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – Mestrado Profissional
PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO

ANEXO B - INDICADORES DE AVALIAÇÃO PARA A MOBILIZAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Introdução

A extensão universitária tem se consolidado como um eixo fundamental na relação entre a universidade e a sociedade, promovendo a troca de saberes e a construção de soluções conjuntas para desafios comunitários. No entanto, para que essas iniciativas tenham impacto significativo e sejam sustentáveis, é essencial a existência de mecanismos eficazes de avaliação. A mobilização e a participação da comunidade são dimensões centrais nesse contexto, pois determinam o engajamento dos cidadãos e sua apropriação das atividades extensionistas.

Diante desse cenário, torna-se necessário estabelecer indicadores que permitam aferir, de maneira objetiva e qualitativa, os níveis de mobilização e participação comunitária nos programas de extensão. Tais indicadores devem considerar não apenas a adesão numérica de participantes, mas também o protagonismo comunitário, a continuidade das ações após a intervenção da universidade e o fortalecimento da autonomia local.

Este documento propõe um conjunto de indicadores de avaliação que visam mensurar a mobilização e participação da comunidade nas atividades de extensão universitária, destacando boas práticas e desafios enfrentados nesse processo. A análise desses indicadores permitirá aprimorar as estratégias extensionistas,

garantindo maior impacto social e contribuindo para o fortalecimento do vínculo entre a universidade e a sociedade.

1. Indicadores de Avaliação

A extensão universitária se configura como uma ponte entre a academia e a sociedade, promovendo ações que visam ao desenvolvimento local e à construção de conhecimento colaborativo. No entanto, para que essas atividades tenham um impacto social significativo, é fundamental estabelecer mecanismos de avaliação que permitam medir sua efetividade e sustentabilidade. Nesse contexto, este Produto Técnico Tecnológico propõe um conjunto de indicadores que avaliam a mobilização e a participação comunitária em atividades extensionistas, possibilitando um diagnóstico preciso sobre o engajamento social e os impactos das ações implementadas.

A relevância da extensão universitária transcende a formação acadêmica e alcança dimensões sociais, culturais e econômicas. Segundo Santos (2023), a extensão representa o elo que une a universidade à sociedade, proporcionando um espaço de diálogo e troca de saberes. Para que essa interação seja eficaz, é necessário que as comunidades participem ativamente dos projetos, desde sua concepção até a avaliação dos resultados. Assim, indicadores que mensurem a mobilização e o engajamento contínuo dos participantes tornam-se essenciais para compreender os desafios e os sucessos das iniciativas de extensão.

Mobilização e adesão inicial

A mobilização da comunidade é um dos primeiros desafios das ações extensionistas. Para que um programa de extensão seja bem-sucedido, é necessário compreender como a comunidade é sensibilizada e envolvida no projeto. Indicadores desta dimensão incluem:

- Número de participantes nas reuniões iniciais
- Diversidade de perfis dos envolvidos (gênero, faixa etária, nível educacional, ocupação, etc.)
- Meios de divulgação utilizados e sua eficácia

- Percepção inicial da comunidade sobre o projeto

Segundo Albrecht, Albrecht e Pivetta (2021), a adesão da comunidade está diretamente relacionada à capacidade da universidade de comunicar de forma clara os objetivos e benefícios das ações extensionistas. Estratégias que valorizam o protagonismo dos moradores locais, permitindo que sejam coautores das iniciativas, aumentam significativamente o engajamento inicial.

Interação e engajamento contínuo

Manter a participação da comunidade ao longo do tempo é um grande desafio para os programas de extensão. Muitos projetos enfrentam dificuldades na continuidade das atividades devido à perda de interesse ou à falta de incentivos para a permanência. Indicadores para avaliar essa dimensão incluem:

- Taxa de retenção de participantes ao longo do projeto
- Frequência de participação nas atividades e reuniões
- Nível de envolvimento da comunidade na tomada de decisões
- Qualidade da comunicação entre universidade e comunidade
- Capacidade do projeto de atender às demandas emergentes dos participantes

De acordo com Baima e Guzzo (2021), a interação contínua entre universidade e comunidade exige um modelo participativo de governança, no qual os moradores tenham voz ativa na condução das ações. A extensão universitária não pode ser meramente assistencialista, mas sim colaborativa, valorizando a autonomia local na gestão das iniciativas.

Resultados e transformações sociais

O impacto da extensão universitária deve ser mensurado não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos. Os resultados sociais das ações implementadas podem ser avaliados a partir de indicadores como:

- Mudanças percebidas na qualidade de vida dos participantes
- Aperfeiçoamento das habilidades e conhecimentos da comunidade
- Efeitos das ações no fortalecimento de redes de cooperação local
- Acesso ampliado a recursos e oportunidades socioeconômicas

- Impactos da extensão sobre políticas públicas locais

Estudos como os de Halinski, Ribeiro e Gomes (2022) mostram que projetos de extensão bem estruturados contribuem para a redução de desigualdades sociais e para o desenvolvimento de comunidades mais organizadas e autônomas. Essas iniciativas favorecem a articulação entre diferentes atores sociais, fortalecendo a governança territorial e promovendo inclusão.

Autonomia e sustentabilidade das ações

Para que as ações extensionistas gerem impactos duradouros, é essencial que a comunidade desenvolva autonomia suficiente para dar continuidade às atividades mesmo após o término da participação universitária. Os principais indicadores desta dimensão incluem:

- Criação e fortalecimento de lideranças comunitárias
- Implementação de novas iniciativas derivadas do projeto original
- Capacidade da comunidade de captar recursos externos para manutenção das ações
- Inclusão do projeto em políticas públicas municipais ou estaduais

Segundo Pires, Almeida e Emmendoerfer (2023), a sustentabilidade das ações extensionistas está diretamente ligada à participação ativa da comunidade e ao envolvimento de parceiros institucionais. Projetos que incentivam a formação de lideranças locais e a capacitação dos participantes apresentam maior potencial de continuidade, garantindo que os benefícios das atividades se perpetuem no tempo.

A avaliação da mobilização e da participação da comunidade em atividades de extensão universitária é essencial para aprimorar as estratégias e garantir que os projetos tenham um impacto social relevante. O desenvolvimento de indicadores bem estruturados permite que gestores e coordenadores identifiquem desafios, ajustem abordagens e fortaleçam a cooperação entre universidade e sociedade.

Os indicadores apresentados neste Produto Técnico Tecnológico foram concebidos com base em referências acadêmicas que discutem a importância da avaliação das atividades extensionistas e seus impactos na realidade social. Como ressaltam Deus (2020) e Fernandes (2021), a extensão universitária deve ser vista não apenas como uma via de disseminação do conhecimento acadêmico, mas como um instrumento de transformação social e fortalecimento da cidadania.

A implementação desses indicadores possibilitará uma melhor compreensão dos processos de mobilização comunitária, ampliando a eficácia dos programas extensionistas e assegurando que as ações promovam mudanças significativas e sustentáveis nas comunidades envolvidas.

2. Apresentação do Extensionista e Projeto

A apresentação inicial do extensionista e do projeto à comunidade é um momento crucial para estabelecer a conexão entre a universidade e os participantes. A maneira como o projeto é comunicado pode influenciar significativamente o nível de adesão, engajamento e sucesso das atividades extensionistas. Segundo Moura e Albach (2023), uma comunicação clara e objetiva, aliada à escuta ativa das demandas da comunidade, fortalece o vínculo entre os extensionistas e os beneficiários das ações, promovendo maior engajamento e legitimidade ao projeto.

Clareza e Objetividade na Comunicação do Projeto

A forma como um projeto de extensão é apresentada à comunidade impacta diretamente sua aceitação e eficácia. Para que os moradores compreendam os objetivos e benefícios da iniciativa, é essencial que o extensionista adote uma linguagem acessível e estratégias de comunicação adequadas ao público-alvo. Indicadores que avaliam essa dimensão incluem:

- Nível de compreensão da comunidade sobre os objetivos e benefícios do projeto.
- Uso de recursos visuais e materiais explicativos na apresentação.
- Capacidade do extensionista de responder dúvidas e esclarecer conceitos de forma acessível.

Segundo Santana et al. (2021), a comunicação eficaz não se restringe à transmissão de informações, mas deve ser interativa, promovendo um espaço de diálogo onde os moradores possam expressar suas percepções, preocupações e sugestões.

Nível de Interesse Demonstrado pela Comunidade na Proposta Inicial

A recepção da comunidade à proposta extensionista é um dos primeiros indicadores de sucesso de um projeto. O interesse inicial pode ser medido por meio da participação ativa nas reuniões de apresentação, do engajamento nas discussões e do envolvimento espontâneo dos moradores. Para avaliar essa dimensão, considera-se:

- Quantidade de participantes nas reuniões iniciais.
- Número de perguntas e sugestões feitas pela comunidade durante a apresentação.
- Disposição dos moradores para contribuir com ideias e experiências locais.
- Interesse da comunidade em se envolver nas etapas seguintes do projeto.

De acordo com Lavor Filho et al. (2021), a extensão universitária deve ser concebida como um processo colaborativo, no qual o engajamento da comunidade já nas primeiras etapas garante maior alinhamento entre os interesses locais e as ações propostas pela universidade.

Aderência da Proposta aos Interesses e Necessidades da Comunidade

Um dos fatores determinantes para a continuidade e efetividade das ações extensionistas é o grau de correspondência entre os objetivos do projeto e as reais necessidades da comunidade. Conforme apontado por Baima e Guzzo (2021), projetos que são desenvolvidos sem um diagnóstico prévio e sem a participação ativa da comunidade tendem a enfrentar maior resistência e dificuldade na implementação. Para avaliar essa dimensão, os seguintes indicadores são considerados:

- Correspondência entre os temas abordados no projeto e as demandas expressas pela comunidade.
- Grau de adaptação da proposta conforme sugestões dos participantes.
- Capacidade do projeto de gerar soluções para problemas locais identificados.
- Aceitação do projeto pelas lideranças comunitárias.

A literatura enfatiza que a extensão universitária deve se basear em metodologias participativas, onde a comunidade seja protagonista das transformações. Segundo Silva et al. (2020), o sucesso de um projeto extensionista não depende apenas de sua concepção acadêmica, mas principalmente de sua capacidade de responder de maneira concreta e aplicável aos desafios enfrentados pelos moradores.

3. Envolvimento da Comunidade

O envolvimento da comunidade é um dos pilares fundamentais para o sucesso de um projeto de extensão universitária. A efetividade das ações depende não apenas da adesão inicial, mas da participação contínua e do engajamento ativo dos moradores ao longo do tempo. Segundo Gaspar (2024), a avaliação do impacto da extensão universitária deve levar em conta a constância da participação e a qualidade das interações entre extensionistas e comunidade, garantindo que as atividades tenham um caráter colaborativo e sustentável.

Número de Participantes Envolvidos nas Atividades ao Longo do Tempo

A adesão da comunidade a um projeto extensionista pode ser volátil, variando conforme o interesse, a disponibilidade e a percepção de benefícios. Um dos principais indicadores de envolvimento comunitário é a quantidade de pessoas que permanecem ativas ao longo do tempo. Para avaliar esse aspecto, podem ser considerados os seguintes critérios:

- Número total de pessoas cadastradas no projeto.
- Quantidade de participantes ativos ao longo das diferentes fases do projeto.
- Percentual de participantes que se mantêm engajados até a finalização da iniciativa.

De acordo com Santos (2023), a capacidade de manter um número estável de participantes ao longo do tempo é um indicativo do impacto positivo da ação, demonstrando que a iniciativa atende às expectativas da comunidade.

Frequência e Regularidade da Participação

Além do número de participantes, é essencial analisar a frequência com que eles comparecem e se envolvem nas atividades. A presença regular indica um maior comprometimento e interesse no projeto, enquanto a participação esporádica pode sinalizar desafios na mobilização comunitária. Os indicadores desta dimensão incluem:

- Média de comparecimento dos participantes nas reuniões e atividades programadas.
- Percentual de presença dos mesmos indivíduos ao longo de diferentes encontros.
- Taxa de desistência ao longo da execução do projeto.

Segundo Fernandes (2021), a frequência das interações entre extensionistas e comunidade é um fator essencial para a construção de vínculos de confiança e para a consolidação do projeto na realidade local.

Qualidade das Interações entre Extensionistas e Comunidade

A simples presença da comunidade nas atividades não garante que a relação entre universidade e sociedade seja produtiva. É fundamental que haja um diálogo ativo e que as interações sejam baseadas em respeito mútuo e na valorização do conhecimento popular. Para avaliar a qualidade dessas interações, podem ser analisados os seguintes fatores:

- Participação ativa dos moradores em debates e dinâmicas propostas.
- Sensação de pertencimento dos participantes ao projeto.
- Grau de abertura dos extensionistas para ouvir e incorporar sugestões da comunidade.
- Feedback qualitativo dos participantes sobre o relacionamento com os extensionistas.

Estudos como os de Haliski, Ribeiro e Gomes (2022) apontam que projetos que estimulam um ambiente dialógico e horizontal entre universidade e comunidade tendem a ser mais eficazes e melhor recebidos, pois promovem um verdadeiro intercâmbio de saberes.

Grau de Colaboração e Envolvimento nas Tomadas de Decisão

O nível de participação comunitária nas decisões do projeto é um reflexo direto de seu grau de apropriação e autonomia. Projetos de extensão que promovem espaços de cogestão, nos quais os moradores têm voz ativa e papel determinante na condução das atividades, tendem a gerar impactos mais duradouros. Indicadores dessa dimensão incluem:

- Presença de representantes da comunidade nos processos decisórios.
- Número de sugestões da comunidade incorporadas ao planejamento do projeto.
- Criação de grupos autônomos dentro do projeto para organizar atividades.
- Capacidade da comunidade de gerir e dar continuidade ao projeto após o encerramento da participação universitária.

Segundo Pires, Almeida e Emmendoerfer (2023), iniciativas que fortalecem a autonomia local garantem que os benefícios do projeto se mantenham mesmo após o fim da intervenção acadêmica, criando um ciclo sustentável de desenvolvimento comunitário.

4. Avaliação e Replanejamento das Ações

A avaliação contínua e o replanejamento são fundamentais para garantir que um projeto de extensão universitária alcance seus objetivos e produza impactos positivos na comunidade. A análise dos resultados obtidos permite identificar pontos fortes, desafios e oportunidades de melhoria, assegurando que as ações extensionistas sejam eficazes e sustentáveis. Segundo Moura e Albach (2023), a avaliação das atividades de extensão deve ser participativa e considerar tanto indicadores quantitativos quanto qualitativos, promovendo ajustes que tornem o projeto mais alinhado às necessidades da comunidade.

Desempenho da Comunidade sobre as Ações Realizadas

A participação ativa da comunidade na avaliação das ações realizadas é essencial para medir a aceitação e a eficácia do projeto. A percepção dos beneficiários e a forma como interagem com as atividades extensionistas fornecem dados valiosos para aprimorar futuras iniciativas. Para avaliar essa dimensão, podem ser analisados os seguintes indicadores:

- Feedback da comunidade sobre a relevância e efetividade do projeto.
- Nível de satisfação dos participantes com as atividades desenvolvidas.
- Grupos focais e entrevistas com participantes para relatar experiências e sugestões.
- Comparação entre expectativas iniciais e resultados obtidos.

Segundo Santos (2023), projetos extensionistas que promovem espaços de escuta e valorizam o protagonismo comunitário obtêm maior adesão e impacto social, pois garantem que as ações estejam verdadeiramente conectadas às demandas locais.

Adaptação do Projeto com Base nas Sugestões e Necessidades Locais

A flexibilidade para adaptar as ações conforme as necessidades da comunidade é um fator determinante para o sucesso de um projeto de extensão. A capacidade de modificar atividades, estratégias e objetivos a partir do feedback recebido demonstra que a iniciativa é dinâmica e sensível às realidades locais. Os principais indicadores dessa dimensão incluem:

- Quantidade de sugestões da comunidade incorporadas ao planejamento do projeto.
- Reformulação de metodologias e estratégias para melhor atender às demandas locais.
- Participação da comunidade no processo de reestruturação das atividades.
- Avaliação da satisfação dos participantes após a implementação de mudanças.

Estudos como os de Gaspar (2024) apontam que projetos extensionistas que se mantêm abertos à revisão e adaptação tendem a apresentar melhores resultados a longo prazo, pois conseguem responder de forma mais eficaz às realidades locais.

Indicadores Qualitativos de Impacto Social (Mudanças Percebidas pelos Participantes)

A mensuração do impacto social das atividades extensionistas não deve se restringir a dados quantitativos. É essencial compreender as transformações subjetivas e estruturais que ocorrem na comunidade em decorrência do projeto. Para isso, os seguintes indicadores qualitativos podem ser utilizados:

- Depoimentos dos participantes sobre mudanças em sua realidade após a participação no projeto.
- Relatos de melhorias na qualidade de vida, acesso a oportunidades ou fortalecimento da organização comunitária.
- Evidências de empoderamento e desenvolvimento de novas lideranças locais.
- Percepção dos extensionistas sobre os avanços na interação com a comunidade.

De acordo com Lavor Filho et al. (2021), o impacto social da extensão universitária deve ser avaliado de maneira holística, considerando não apenas números e estatísticas, mas as mudanças concretas na vida dos indivíduos e no desenvolvimento da comunidade.

Continuidade das Ações Mesmo Após o Encerramento da Iniciativa

Um dos principais desafios da extensão universitária é garantir que os impactos gerados pelas atividades se perpetuem além do período de atuação da universidade. Projetos bem-sucedidos são aqueles que conseguem fortalecer a autonomia da comunidade, possibilitando que as ações continuem mesmo após o encerramento da iniciativa. Para medir essa continuidade, os seguintes aspectos podem ser analisados:

- Criação de estruturas locais que possibilitem a manutenção das atividades.
- Capacitação de moradores para assumirem a gestão do projeto.
- Parcerias institucionais que garantam suporte e financiamento contínuo.
- Inclusão do projeto em políticas públicas locais.

Segundo Pires, Almeida e Emmendoerfer (2023), a governança territorial desempenha um papel essencial na sustentabilidade das ações extensionistas, pois permite que os projetos sejam incorporados em políticas de desenvolvimento local e recebam suporte contínuo.

5. Autonomia e Empoderamento da Comunidade

O verdadeiro impacto da extensão universitária vai além da simples realização de atividades em comunidades; ele se revela na construção da autonomia e no fortalecimento do empoderamento local. Um projeto extensionista eficaz não apenas oferece suporte temporário, mas capacita os participantes para que sejam protagonistas das próprias transformações sociais. Segundo Deus (2020), a extensão deve ser vista como um catalisador de mudanças sustentáveis, incentivando a comunidade a se organizar, articular e perpetuar as ações implementadas.

Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias

A presença de lideranças locais é essencial para garantir a continuidade e o fortalecimento das ações iniciadas por projetos de extensão. O empoderamento dessas lideranças permite que as iniciativas sejam conduzidas pela própria comunidade, reduzindo a dependência da universidade e promovendo uma gestão autônoma. Indicadores que avaliam essa dimensão incluem:

- Número de lideranças comunitárias identificadas e capacitadas ao longo do projeto.
- Participação ativa dessas lideranças na tomada de decisões.
- Evolução do nível de organização e influência dessas lideranças na comunidade.
- Criação de grupos de gestão comunitária para a continuidade do projeto.

Segundo Lavor Filho et al. (2021), um dos maiores desafios da extensão universitária é garantir que os participantes se apropriem das ações e adquiram autonomia para continuar desenvolvendo soluções locais. Quando a comunidade se torna protagonista, os impactos das atividades se multiplicam e se estendem a longo prazo.

Capacidade da Comunidade de Dar Continuidade às Ações

Um indicador fundamental do sucesso de qualquer projeto extensionista é sua capacidade de permanecer ativo mesmo após a finalização do envolvimento acadêmico. A continuidade das ações demonstra que o conhecimento compartilhado foi incorporado pela comunidade e que há estrutura suficiente para dar sequência ao trabalho iniciado. Aspectos a serem analisados incluem:

- Criação de estratégias autônomas para manter o projeto após o término do apoio universitário.
- Capacidade de buscar novos parceiros e fontes de financiamento.
- Participação ativa da comunidade em iniciativas de capacitação e gestão.
- Presença de um plano de ação para a sustentabilidade das atividades.

De acordo com Santana et al. (2021), a autonomia da comunidade na continuidade das ações extensionistas reflete não apenas a eficácia da intervenção acadêmica, mas também a solidez da mobilização social alcançada.

Criação de Redes de Colaboração e Apoio entre os Participantes

A articulação entre os membros da comunidade e a formação de redes de colaboração fortalecem o impacto das ações extensionistas, possibilitando que as iniciativas se tornem mais organizadas e autossuficientes. A troca de experiências e a

cooperação entre os participantes são fundamentais para o empoderamento coletivo. Indicadores que avaliam essa dimensão incluem:

- Número de grupos e coletivos formados a partir do projeto.
- Parcerias estabelecidas com instituições locais e organizações comunitárias.
- Frequência e qualidade das interações entre os membros da rede de apoio.
- Expansão das ações extensionistas para outras comunidades ou grupos.

Segundo Pires, Almeida e Emmendoerfer (2023), redes de colaboração aumentam a resiliência das comunidades, permitindo que novas iniciativas surjam e que o conhecimento adquirido durante o projeto seja disseminado de forma mais ampla.

Evidências de Transformação Social: Maior Organização e Articulação Comunitária

O impacto de um projeto de extensão pode ser percebido na forma como a comunidade se reorganiza, se articula politicamente e desenvolve novas iniciativas sociais. O fortalecimento do senso de coletividade e a criação de um ambiente propício para a autonomia local são sinais concretos da efetividade do trabalho extensionista. Para avaliar essa transformação, considera-se:

- Participação da comunidade em fóruns, conselhos e movimentos sociais.
- Número de novas iniciativas comunitárias surgidas após a implementação do projeto.
- Evolução da organização comunitária e da capacidade de autogestão.
- Relatos de empoderamento dos participantes, indicando mudanças na forma como se percebem e atuam na sociedade.

De acordo com Miguel (2023), a curricularização da extensão universitária deve ser estruturada para promover mudanças sociais efetivas, garantindo que os participantes adquiram conhecimento e habilidades que os capacitem a atuar em prol de sua própria realidade.